



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Concordo.
À consideração do membro do Governo.

Concordo com o parecer técnico.
À consideração superior.

Despacho:

Inf. n.º PLAV/714/2016

Data:2016-07-11

Assunto: SIADAP 1 |CCDR Centro - Relatório de Atividades e Autoavaliação de 2015

SUMÁRIO EXECUTIVO

Tendo por base os resultados do QUAR de 2015, abaixo resumidos, e a informação adicional constante na Autoavaliação considera-se que a menção proposta pela dirigente máxima da CCDR C **não preenche os critérios fixados no art.º 18.º da Lei do SIADAP**. Nestes termos, mesmos a menção a atribuir é a de *Desempenho Insuficiente*, cabendo à Tutela a decisão de homologação da menção de *Desempenho Bom* proposta pela dirigente máxima da CCDR C ou a alteração da menção qualitativa (*Desempenho Insuficiente/Satisfatório*).

Entidade	CCDR C					
Tutela	Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão					
Menção proposta pela Dirigente	Bom					
Parecer da SGPCM	Discordante/Insuficiente					
Avaliação global do QUAR	129%					
Avaliação por parâmetros:	Eficácia	156%	Eficiência	109%	Qualidade	133%
Resultados por objetivos:	Superados	9	Atingidos	1	Não atingidos	1
Resultados dos objetivos mais relevantes	4 superados (O2, O5, O8 e O11), 1atingido (O9) e 1 não atingido (O6).					
Taxa de execução recursos financeiros	73%					
Taxa de execução recursos humanos	101%					



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

1. ENQUADRAMENTO

O procedimento de avaliação fixado pela Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, (Lei do SIADAP) estipula as seguintes fases:

- Envio do relatório de atividades do ano transato contendo a autoavaliação, conforme o n.º 2 do art.º 15.º, até 15 de abril;
- Emissão do parecer da SGPCM com análise crítica da autoavaliação e comunicação ao serviço e respetiva tutela desejavelmente até 30 de maio;
- A tutela, após parecer da SGPCM, homologa ou altera a menção qualitativa de desempenho proposta pelo dirigente máximo do serviço (bom, satisfatório ou insuficiente);
- A comunicação da decisão é feita ao serviço e à SGPCM.

Posteriormente cumpre à SGPCM, nos termos do n.º 3 art.º 17.º, elaborar a análise comparada dos serviços do ministério com vista a:

- Identificar os serviços que se distinguiram positivamente ao nível do seu desempenho;
- Dar conhecimento ao Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado dos serviços com maiores desvios, não identificados, entre objetivos e resultados ou que, por outras razões consideradas pertinentes, devam ser objeto de heteroavaliação.

No exercício em apreço foram divulgadas, em 17 de março do corrente, as Linhas de Orientação para a construção do Relatório de Atividades e de autoavaliação. Nestas reúne-se o conjunto de orientações legais e técnicas do Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços (CCAS) que têm de ser observadas na elaboração destes instrumentos de gestão. A lista de validação desses pressupostos encontra-se em anexo e constitui parte integrante da presente informação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA ANÁLISE CRÍTICA

2.1. Resultados alcançados

A CCDD C obteve uma taxa de realização global do QUAR de 2015 de 129%, valor inferior ao registado em 2014 (157%), e mais consentâneo com as orientações do CCAS (que define como limite máximo de referência uma taxa de realização de 125%).

Os parâmetros de avaliação do QUAR foram ponderados da seguinte forma: Eficácia - 25%, Eficiência - 40% e Qualidade - 35%; registaram os seguintes resultados e classificações qualitativas: Eficácia - 156%; Eficiência - 109% e Qualidade - 133%.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Foram superados nove dos onze objetivos, ou seja, 82% dos objetivos, sendo que cinco dos quais com uma taxa de realização $\geq 125\%$. A tendência de superação de objetivos e indicadores mantém-se como um dos traços característicos da execução do QUAR da CCDR Centro, o que pode sugerir a necessidade de uma revisão do nível de exigência dos mesmos.

No que concerne aos objetivos mais relevantes importa salientar o não cumprimento do O6 (83%, dado que o Ind. 9 - *Taxa de apreciação de candidaturas do novo POR 2014-2020*) registou uma execução de 50%), o que configura, à luz da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei do SIADAP, a atribuição da menção de *Desempenho Insuficiente*.

2.2. Justificação de desvios significativos

O QUAR 2015 foi aprovado pela Tutela em 25/05/2015, não tendo sido objeto de reformulação. Durante o ciclo de gestão a SGPCM não recebeu qualquer monitorização do QUAR para análise. A monitorização regular do QUAR constitui um meio privilegiado de acompanhamento dos desvios de desempenho e definição de medidas corretivas ou preventivas a implementar.

O QUAR foi executado com exceção de um dos objetivos mais relevantes (O6). Em regra, os resultados e desvios encontram-se justificados. No que diz respeito ao Ind. 9 - *Taxa de apreciação de candidaturas do novo POR 2014-2020*, a CCDR C informa que a 31/12/2015 se encontravam aprovadas 936 operações das que tinham dado entrada até 31/10/2015 (3.131 candidaturas), o que resulta numa taxa de apreciação de 29,9%, abaixo da meta prevista de 65%.

A taxa de realização global do QUAR acima dos 125% e o número de objetivos superados parecem denotar a necessidade de reforço do exercício de planeamento, pese embora, em regra, os QUAR da CCDR C integrem um número elevado de indicadores com histórico (81%). Pode acontecer que no processo de fixação de metas, tolerâncias e valores críticos esse mesmo histórico ou as condições da envolvente interna e externa possam não estar a ser suficientemente considerados.

Em relação aos objetivos do Relatório de Atividades é efetuada uma descrição minuciosa dos resultados alcançados.

3. RECOMENDAÇÕES

Subsistem aspetos anteriormente referidos como área de melhoria, nomeadamente: a aplicação e evidência da operacionalização dos requisitos do Anexo A do Sistema de Controlo Interno, a realização e envio de monitorizações periódicas do QUAR, a adequada estruturação de conteúdos do Relatório de Atividades (*vide Guia de conteúdos - Relatório de Atividades e de Autoavaliação*), a adoção plena da plataforma tecnológica de gestão do SIADAP 1 - GeADAP.

Face ao exercício de 2016 sugere-se que a preparação do QUAR de 2017 decorra em estreita articulação com a SGPCM, facultando-se a possibilidade de uma fase de capacitação prévia aos trabalhos de elaboração dos instrumentos de gestão.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Considerando a natureza da missão das CCDR devem ser privilegiados indicadores de resultado, em consonância com a recomendação da OCDE (*vide Review of policy indicators for Portugal: key issues & conclusions*).

Aconselha-se ainda que o QUAR represente as diferentes vertentes de governação departamental: desenvolvimento e coesão; autarquias locais e ambiente.

Seria interessante desenvolver um exercício de comparação entre os diferentes serviços desconcentrados (serviços sub-regionais) através da definição e mensuração de objetivos ou indicadores comuns, conforme previsto no art.º 16.º da Lei do SIADAP.

4. CONCLUSÃO

Tendo por base os resultados do QUAR de 2015 e a informação adicional constante na Autoavaliação (art.º 15.º da Lei do SIADAP) considera-se que a menção de *Desempenho Bom* proposta pela dirigente máxima da CCDR C não preenche os critérios fixados no art.º 18.º da Lei do SIADAP. Face aos mesmos a menção a atribuir é a de *Desempenho Insuficiente*, cabendo à Tutela a decisão de homologação da menção de *Desempenho Bom* proposta pela dirigente máxima da CCDR C ou a alteração da menção qualitativa (*Desempenho Insuficiente/Satisfatório*).

À consideração superior,

A Técnica Superior,



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

CCDR Centro - RELATÓRIO DE ATIVIDADES E AUTOAVALIAÇÃO DE 2015

Legenda: S - Sim; N - Não; P - Parcialmente; N/A - Não Aplica

ORIENTAÇÕES GERAIS	VALIDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
O Relatório de Atividades e de Autoavaliação foi entregue até 15 de abril?	<input type="checkbox" value="N"/>	Enviaram a documentação por email em 11.07.2016.
Utilizam o modelo QUAR do GeADAP?	<input type="checkbox" value="P"/>	Embora tenha sido feita a inserção de dados na plataforma GeADAP, o modelo QUAR não foi remetido conjuntamente com a documentação enviada à SGPCM.

NOTA INTRODUTÓRIA	VALIDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Efetuem uma breve análise conjuntural?	<input type="checkbox" value="S"/>	
São apresentadas orientações gerais?	<input type="checkbox" value="N"/>	
São apresentadas orientações específicas?	<input type="checkbox" value="S"/>	

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E AUTOAVALIAÇÃO	VALIDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
ANÁLISE DE RESULTADOS E DESVIOS		
Identificam a taxa de realização global do QUAR?	<input type="checkbox" value="S"/>	129,1%.
Indicam a taxa de realização alcançada em cada parâmetro de avaliação?	<input type="checkbox" value="S"/>	Eficácia - 156%; Eficiência - 109%; Qualidade - 133%.
Os resultados alcançados e desvios verificados coincidem com os valores inscritos no QUAR?	<input type="checkbox" value="S"/>	
Assinalam os indicadores do QUAR com histórico?	<input type="checkbox" value="P"/>	Apenas no modelo QUAR.
Analizam a evolução verificada nos indicadores com histórico?	<input type="checkbox" value="N"/>	
Mencionam a % de indicadores com taxa de realização \geq 125%?	<input type="checkbox" value="N"/>	Superam 13 dos 15 indicadores, a maioria dos quais com taxas \geq 125%.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Referem se houve reformulação do QUAR, motivos e datas?

N

Apresentam o grau de concretização do Plano de Atividades?

P

Identificam o número de objetivos superados (55), cumpridos (1), não cumpridos (4) e “híbridos” (3). Apresentam ainda uma desagregação por unidade orgânica. 89,9%.

Há coerência entre Plano e Relatório de Atividades na descrição de resultados alcançados e desvios verificados?

S

Sinalizam a existência de objetivos e/ou indicadores com histórico no âmbito do Plano de Atividades?

N

São agrupadas em título próprio as atividades desenvolvidas mas não previstas inicialmente?

NA

Permite identificar se as atividades e objetivos do Plano estão relacionados com os objetivos do QUAR?

N

AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS

Identificam o nível de utilização dos recursos humanos?

N

101,1%.

Justificam eventuais diferenças de valores ou de critérios?

S

Explicam o desvio positivo observado.

Utilizam o regime de pontos de acordo com as orientações do CCAS?

S

Apresentam a tabela de meios humanos do QUAR, todavia não é possível averiguar se o cálculo está feito de acordo com as instruções metodológicas

Efetuem uma análise sintética ao Balanço Social?

S

Anexam o Balanço Social?

N

Apresentam informação sintética sobre o Relatório de Execução do Plano de Formação?

S

Anexam o Relatório de Execução do Plano de Formação?

N

Mencionam os resultados dos indicadores de execução do questionário do INA?

S



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Incluem informação sobre os recursos materiais?	S	
Identificam o nível de utilização dos recursos financeiros?	S	73%.
Justificam eventuais diferenças de valores ou de critérios?	N	
Existe coerência entre os dados incluídos no Relatório de Atividades e os do QUAR?	S	
APRECIÇÃO POR PARTE DOS UTILIZADORES		
Realizam a apreciação por parte dos utilizadores externos, da quantidade e qualidade dos serviços prestados?	S	
Incluem na ficha técnica: a metodologia; período de realização; universo de inquirição; dimensão da amostra e taxa de resposta?	N	
Identificam o grau de satisfação apurado, explicitando a escala utilizada?	S	7,7 de nível de satisfação (em 10).
Analizam a evolução dos resultados (caso exista histórico)?	N	
Recorrem a informação sobre reclamações /sugestões?	N	
Identificam a política de tratamento das reclamações/sugestões; descrevem as fontes e tipificam os motivos?	N	
Analizam a evolução dos indicadores relativos a reclamações/sugestões?	N	

APRECIÇÃO POR PARTE DOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES

Referem quais as iniciativas promotoras do envolvimento de dirigentes intermédios e trabalhadores na autoavaliação?

P

Referem de modo genérico a metodologia de elaboração dos instrumentos de gestão (“iteração estreita realizada entre a sua Presidência, os seus dirigentes e os funcionários responsáveis pelas diversas atividades, envolvendo a definição e seguimento, quer da estratégia e dos objetivos estratégicos, quer dos principais objetivos operacionais, projetos e ações das iniciativas e atividades desenvolvidas”).

Incluem a ficha técnica relativa aos inquéritos de satisfação a colaboradores, caso tenham sido realizados?

NA



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (SCI)

Anexam o formulário de avaliação do SCI devidamente preenchido?

Incluem informação sobre a avaliação do sistema de controlo interno mas não remetem o Anexo A.

Identificam a percentagem de respostas positivas?

COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS

Apresentam comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional?

Explicitam se a comparação se refere à entidade no seu todo, a uma área de negócio ou a áreas de suporte?

Mencionam a atribuição de prémios ou menções de reconhecimento?

Referem se o prémio/menção abrange a entidade no seu todo, a uma área de negócio ou a áreas de suporte?

Identificam o posicionamento obtido nesses concursos ou fóruns e identificam se houve evolução face a situações anteriores?

Efetuem uma análise quanto ao rácio entre *outputs/inputs* dos indicadores QUAR ou Plano de Atividades?

Os indicadores utilizados para a comparação estão expressos no QUAR?

Unidades Homogéneas.

Identifica se o indicador é de "Input/Output", Produtividade, "Tempo médio de resposta", "Grau de cumprimento", ou outro?

É possível apurar a evolução (favoravelmente; favoravelmente com denominador aquém do esperado; desfavoravelmente)?

Caso se aplique, é apresentada comparação entre as Unidades Homogéneas?

As CCDR constituem entidades homogéneas entre si, compete à SGPCM, conforme estipula o art.º 16.º da Lei do SIADAP, dar cumprimento a esta definição do sistema de indicadores de desempenho.

Para o efeito, a CCDR Centro adotou 2 objetivos (Otimizar a aplicação de Fundos Estruturais na Região; Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território, ambiente e desenvolvimento regional) e respetivos indicadores, cujos resultados se evidenciam no QUAR.

Este exercício será concluído quando forem reunidos os resultados de todas as CCDR's.

Não foi realizado um exercício de comparação entre os serviços



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

sub-regionais que constituem Unidades Homogêneas da CCDR Centro.

ANÁLISE DAS CAUSAS DE INCUMPRIMENTO E MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO

Apresentam as causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes?

P

Referem não haver nada a relatar, contudo, o O6|Ind.9 não foi alcançado, sendo que a CCDR C não inclui informação sobre problemas ou contingências que tenham influenciado o resultado.

Apresentam medidas que devem ser tomadas para um reforço positivo do seu desempenho?

S

Referem a melhoria da comunicação interna e externa da CCDR e o maior envolvimento dos trabalhadores na tomada de decisão, bem como a diminuição da idade média dos trabalhadores com através da entrada de novos colaboradores.

Evidenciam condicionantes ou constrangimentos que possam vir a afetar futuros resultados?

S

Elenam alguns dos problemas encontrados no âmbito da implementação do PO Mais Centro e do PO Centro 2020.

OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

VALIDAÇÃO

OBSERVAÇÕES

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Cumprem os requisitos relativos às iniciativas de publicidade institucional?

N

GESTÃO PATRIMONIAL

Reportam informação sobre Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado?

N

MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Relatam as medidas de modernização administrativa implementadas?

N

Avaliam a aplicação em cada ano e as poupanças verificadas?

NA

Incluem indicadores referentes a solicitações, sugestões, críticas ou pedidos de informação?

P

AVALIAÇÃO FINAL

VALIDAÇÃO

OBSERVAÇÕES

EXECUÇÃO GLOBAL DO PLANO E ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE GOVERNO

Evidenciam a articulação do QUAR e PA com o Programa de Governo?

N

Estabelecem ligação com os outros documentos estratégicos, gerais ou específicos?

S



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Referem, o envolvimento na execução ou reporte no âmbito dos objetivos do Programa Orçamental?

N

Os objetivos do Programa Orçamental 02 - Governação e Cultura não incidiam diretamente sobre a área de intervenção da CCDR, contudo contribuem através da implementação e monitorização do Programa Operacional Regional.

MENÇÃO PROPOSTA PELO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO

Identificam a proposta pelo dirigente máximo em sede de autoavaliação?

S

Desempenho Bom.

A menção decorre do artigo 18.º da Lei do SIADAP?

N

Desempenho Insuficiente por não terem sido atingidos os objetivos mais relevantes.

DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO E AUSCULTAÇÃO DOS CLIENTES

Identificam a metodologia utilizada?

S

Inquérito.

Identificam o período de realização do questionário?

N

Identificam o universo de inquirição?

N

Identificam a dimensão da amostra?

N

Identificam o grau de satisfação apurado?

S

7,7 (em 10).

CONCLUSÕES PROSPETIVAS E PLANO DE MELHORIA A IMPLEMENTAR

Apresentam conclusões prospetivas?

N

Apresentam Plano de Melhorias a adotar?

N

BOAS PRÁTICAS A REPLICAR

Destaca-se como boa prática a disseminar pelas restantes entidades integradas e apoiadas pela Presidência do Conselho de Ministros:

- A descrição pormenorizada dos resultados alcançados pelas diferentes unidades orgânicas.

PRÓXIMOS PASSOS

A presente secção sistematiza um conjunto de recomendações e/ou sugestões que podem ter origem: i) na necessidade de garantir a conformidade legal do processo de avaliação; ou ii) num estímulo de evolução e aperfeiçoamento, em consonância com as melhores práticas, nomeadamente as que se verificam no universo de entidades apoiadas pela SGPCM em matéria de planeamento, estratégia



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

e avaliação. Neste sentido, sugerem-se como desafios para o futuro:

- Reforço do exercício de planeamento, sobretudo na definição de metas exigentes e exequíveis atendendo ao histórico dos indicadores e à análise da envolvente interna e externa;
- Redução do número de objetivos e indicadores constantes do QUAR, conforme orientação técnica do CCAS e das boas práticas observadas no conjunto das entidades apoiadas pela SGPCM;
- Seleção de indicadores de resultado, em consonância com a recomendação da OCDE (*vide Review of policy indicators for Portugal: key issues & conclusions*), em detrimento de indicadores de acompanhamento da atividade corrente.
- Adotar plenamente a solução tecnológica de gestão do SIADAP 1 desenvolvida pela ESPAP (GeADAP).
- Definir e implementar uma lógica de comparabilidade para os serviços sub-regionais, conforme estipula o art.º 16.º da Lei do SIADAP.

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO: 2015

Presidência do Conselho de Ministros

Comissão Coordenação Desenvolvimento Regional-Centro

MISSÃO: Executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional, promover a actuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da NUTE II Centro.
Desenvolver e Coordenar o Centro de Portugal

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2015	TAXA REALIZAÇÃO
Promoção da competitividade das empresas e das instituições da Região bem como do correspondente investimento		
Dinamização do desenvolvimento sustentado, estruturado, ordenado e equilibrado do território e da qualidade de vida das suas populações		
Promoção da Coesão Territorial		
Promoção da Coesão Social		
Promoção e divulgação da Região Centro, a nível nacional e internacional		
Apoio, através de serviços de qualidade e de uma postura de excelência, aos agentes locais, sub-regionais, regionais, assim como aos cidadãos, reforçando a respetiva capacitação		
Reforço da motivação, envolvimento e satisfação dos colaboradores		

Objectivos Operacionais

Eficácia Peso: 25.0

Consolidar fluxo dos processos de contra-ordenações Peso: 30.0

INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
N.º de decisões tomadas em processos de contra-ordenação ambiental	300.0	550.0	500.00	50.00	687.00	100	670.0	122.7	Superou

Garantir a eficácia na avaliação de impacte ambiental e avaliação de incidências ambientais Peso: 50.0

INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Média de dias úteis ganhos nos procedimentos de AIA, face ao prazo legal para emissão da DIA		5.0	5.00	1.00	7.50	100	12.0	170.0	Superou

Garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território Peso: 20.0

INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de situações resolvidas	.0	.0	70.00	5.00	93.00	100	137.0	172.8	Superou

Eficiência Peso: 40.0

Garantir a eficiência de resposta na administração pública Peso: 20.0

INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Percentagem de decisões dadas no portal Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE)	90.0	90.0	90.00	5.00	100.00	50	100.0	125.0	Superou
Percentagem de pareceres emitidos no âmbito do Regime Jurídico da Sistema da Indústria Responsável (SIR), via Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (PIAP)			90.00	5.00	100.00	50	97.2	118.0	Superou

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Objectivos Operacionais

Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização Peso: 40.0

INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de iniciativas de internacionalização/captação de IDE		6.0	10.00	2.00	15.00	50	15.0	125.0	Superou
Número de respostas do Gabinete de Apoio ao Promotor a solicitações externas			95.00	5.00	125.00	50	133.0	131.7	Superou

Otimizar a aplicação de Fundos Estruturais na Região Centro Peso: 40.0

INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Taxa de execução do Mais Centro	78.0	82.0	95.00	2.00	100.00	50	98.1	115.7	Superou
Taxa de apreciação de candidaturas do Centro 2020	.0	.0	65.00	5.00	87.50	50	29.9	49.8	Não Atingiu

Qualidade Peso: 35.0

Garantir a monitorização e divulgação da Qualidade do Ar da Região Centro Peso: 10.0

INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Índice de eficiência da Rede da Qualidade do Ar	85.0	85.0	85.00	5.00	100.00	100	97.0	120.0	Superou

Melhorar o grau de satisfação percepcionada pelos parceiros e utentes dos serviços da CCDRC Peso: 25.0

INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Grau de satisfação de parceiros/utentes uma escala de 1-10	6.0	6.0	6.00	1.00	7.70	100	7.4	120.7	Superou

Melhorar os tempos de resposta a solicitações externas Peso: 25.0

INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Percentagem de situações em que o tempo de resposta a solicitações externas não excede 30 dias úteis	95.0	95.0	95.00	3.00	100.00	100	97.8	100.0	Atingiu

Aumentar a visibilidade externa Peso: 10.0

INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de referências não negativas publicadas na comunicação social sobre a CCDRC/Mais Centro/Centro 2020C/Mais Centro/Centro 2020	1000.0	1500.0	2000.00	100.00	2625.00	100	3332.0	153.3	Superou

Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território, ambiente e desenvolvimento regional Peso: 30.0

INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de conferências/ações de sensibilização sobre Ordenamento do Território/Ambiente/Desenvolvimento Regional	.0	.0	70.00	5.00	94.00	50	164.0	197.9	Superou
Taxa de cobertura territorial das ações de sensibilização	.0	.0	50.00	3.00	60.00	50	65.0	137.5	Superou

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Técnico Superior	12.0	1656.0	1692.0	36.0
Coordenador Técnico *	9.0	9.0	9.0	.0
Assistente Técnico *	8.0	400.0	408.0	8.0
Assistente Operacional *	5.0	65.0	35.0	30.0

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	180.0	180.0	.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	336.0	352.0	16.0
Técnico de Informática	8.0	24.0	24.0	.0
Especialista de Informática	12.0	36.0	36.0	.0
		2706.0	2736.0	

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:

31/12/2014	31/12/2015
234	237

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (EUROS)	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	6101000	6199319	98319
Despesas c/Pessoal	5227925	5372841	144916
Aquisições de Bens e Serviços	701685	792654	90969
Outras Despesas Correntes	115251	33824	81427
PIDDAC	3854570	3279441	575129
Outros Valores			
TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)	9955570	9478760	

NOTA EXPLICATIVA

Os objetivos relevantes são os seguintes: O2; O5; O6; O8; O09; O11.

São utilizadas as seguintes fórmulas de cálculo:

Indicador 1 - Não aplicável

Indicador 2 - Não aplicável

Indicador 3 - Não aplicável

Indicador 4 - Percentagem de decisões globais emitidas no prazo legal global / número de solicitações recebidas obtidas através do portal RJUE

Indicador 5 - (N.º de pareceres emitidos via Plataforma no prazo legal/N.º de Solicitações) * 100

Indicador 6 - Não aplicável

Indicador 7 - Não aplicável

Indicador 8 - (Total do Valor executado a 31.12.2015/Total do Valor Programado para o Mais Centro) x 100

Indicador 9 - Número de candidaturas apreciadas pelo ST do centro 2020/Número de candidaturas rececionadas no sistema de informação do Portugal 2020, desde que submetidas a aviso encerrado até 60 dias úteis antes de 31/12/2015

Indicador 10 - (n.º horas de funcionamento/n.º total de horas do ano)*100

Indicador 11 - (Somatório das respostas do inquérito (1...n))/(nº de perguntas*nº de inquéritos)

Indicador 11 - Não aplicável

Indicador 13 - Não aplicável

Indicador 14 - Não aplicável

Indicador 15 - (Número de municípios abrangidos pelo menos por uma ação/Número de municípios da respetiva NUTS II)*100

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Avaliação Final

Eficácia	39.3	Superou
Consolidar fluxo dos processos de contra-ordenações	37.0	Superou
Garantir a eficácia na avaliação de impacte ambiental e avaliação de incidências ambientais	85.0	Superou

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Avaliação Final		
Garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território	35.0	Superou
Eficiência	43.6	Superou
Garantir a eficiência de resposta na administração pública	25.0	Superou
Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização	51.0	Superou
Otimizar a aplicação de Fundos Estruturais na Região Centro	33.0	Não Atingiu
Qualidade	46.6	Superou
Garantir a monitorização e divulgação da Qualidade do Ar da Região Centro	12.0	Superou
Melhorar o grau de satisfação percepcionada pelos parceiros e utentes dos serviços da CCDRC	30.0	Superou
Melhorar os tempos de resposta a solicitações externas	25.0	Atingiu
Aumentar a visibilidade externa	15.0	Superou
Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território, ambiente e desenvolvimento regional	51.0	Superou

TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	NOTA FINAL
129.100	

Indicadores	Justificação do Valor Crítico
N.º de decisões tomadas em processos de contra-ordenação ambiental	Regra dos 125%
Média de dias úteis ganhos nos procedimentos de AIA, face ao prazo legal para emissão da DIA	Regra dos 125%
Número de situações resolvidas	Regra dos 125%
Percentagem de decisões dadas no portal Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE)	Benchmark
Percentagem de pareceres emitidos no âmbito do Regime Jurídico da Sistema da Indústria Responsável (SIR), via Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (PIAP)	Benchmark
Número de iniciativas de internacionalização/captação de IDE	Regra dos 125%
Número de respostas do Gabinete de Apoio ao Promotor a solicitações externas	Regra dos 125%
Taxa de execução do Mais Centro	Máximo valor possível
Taxa de apreciação de candidaturas do Centro 2020	Regra dos 125%
Índice de eficiência da Rede da Qualidade do Ar	Máximo valor possível
Grau de satisfação de parceiros/utentes uma escala de 1-10	Benchmark
Percentagem de situações em que o tempo de resposta a solicitações externas não excede 30 dias úteis	Máximo valor possível
Número de referências não negativas publicadas na comunicação social sobre a CCDRC/Mais Centro/Centro 2020C/Mais Centro/Centro 2020	Regra dos 125%
Número de conferências/ações de sensibilização sobre Ordenamento do Território/Ambiente/Desenvolvimento Regional	Regra dos 125%
Taxa de cobertura territorial das ações de sensibilização	Regra dos 125%

Indicadores	Fonte de Verificação
N.º de decisões tomadas em processos de contra-ordenação ambiental	Sistema de Informação da CCDRC (Aplicação Gestão de Processos - GEP)
Média de dias úteis ganhos nos procedimentos de AIA, face ao prazo legal para emissão da DIA	Sistema de Informação da CCDRC (Aplicação Gestão de Processos - GEP)

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Indicadores	Fonte de Verificação
Número de situações resolvidas	Coleção dos relatórios de fiscalização devidamente validados
Percentagem de decisões dadas no portal Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE)	Portal RJUE
Percentagem de pareceres emitidos no âmbito do Regime Jurídica da Sistema da Indústria Responsável (SIR), via Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (PIAP)	Plataforma PIAP
Número de iniciativas de internacionalização/captação de IDE	Portal da CCDRC
Número de respostas do Gabinete de Apoio ao Promotor a solicitações externas	Atas, Relatórios, Portal da CCDRC
Taxa de execução do Mais Centro	Sistema de Informação
Taxa de apreciação de candidaturas do Centro 2020	Sistema de Informação
Índice de eficiência da Rede da Qualidade do Ar	Aplicação informática específica e tabela de excel
Grau de satisfação de parceiros/utentes uma escala de 1-10	Inquérito
Percentagem de situações em que o tempo de resposta a solicitações externas não excede 30 dias úteis	Sistema de Informação da CCDRC (Aplicação Gestão de Processos - GEP)
Número de referências não negativas publicadas na comunicação social sobre a CCDRC/Mais Centro/Centro 2020C/Mais Centro/Centro 2020	Serviço de clipping
Número de conferências/ações de sensibilização sobre Ordenamento do Território/Ambiente/Desenvolvimento Regional	Programas/Atas das reuniões/Portal/GEP
Taxa de cobertura territorial das ações de sensibilização	Programas/Atas das reuniões/Portal/GEP



REPÚBLICA
PORTUGUESA

PLANEAMENTO
E INFRAESTRUTURAS

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento
Regional do Centro

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Título

Relatório de Atividades 2015

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80

3000-069 Coimbra, Portugal

Tel.: 239 400 100

Fax: 239 400 115

E-mail: geral@ccdr.pt

url: <http://www.ccdrc.pt>

url: <http://www.maiscentro.qren.pt>

url: <http://www.centro2020>

Presidência da CCDRC/Mais Centro/Centro 2020

Ana Abrunhosa (Presidente da CCDRC e Presidente da Comissão Diretiva do Centro 2020)

Luís Filipe Caetano (Vice-Presidente)

António Veiga Simão (Vice-Presidente)

Isabel Damasceno (Vogal Centro 2020)

Jorge Brandão (Vogal Centro2020)

Contribuição dos Serviços

Ana Paula Martins

Adelaide Loio

Alexandra Rodrigues

Alice Paulo

Ana Sousa

Cláudia Araújo

Isabel Boura

José Laia Rodrigues

Luís Filipe

Margarida Bento

Maria de Lourdes Castro e Sousa

Maria José Castanheira Neves

Miguel Leão

Nuno Cortez

Orlindo Vicente

Pedro Geirinhas

Rufina Vilão

Rui Jacinto

Data de edição

Maio de 2016

<i>I - NOTA INTRODUTÓRIA</i>	4
<i>II – AUTOAVALIAÇÃO</i>	6
<i>III – MAIS CENTRO</i>	31
<i>IV – COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA</i>	31
<i>V – GABINETE DE AUDITORIA INTERNA E QUALIDADE</i>	49
<i>VI – RECURSOS HUMANOS</i>	50
<i>VII – FORMAÇÃO</i>	55
<i>VIII– AVALIAÇÃO FINAL</i>	57
<i>IX – ANEXOS</i>	58
<i>ANEXO 1</i>	59
<i>ANEXO 2</i>	71
<i>ANEXO 3</i>	103

O ano de 2015 foi particularmente importante e exigente para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).

Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização foi um dos objetivos que se prosseguiu com especial ênfase no ano de 2015, com grande envolvimento de toda a CCDRC, bem como do Programa Operacional Regional. A Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional assumiu, no entanto, a este nível, um papel crucial. Com o trabalho de rede que a DSDR tem feito com os atores do território foi possível melhorar a projeção internacional da Região Centro. A implementação do gabinete de Apoio ao Promotor (GAP) é já uma realidade. O desempenho do GAP superou largamente as expectativas iniciais, pelo dinamismo revelado, não só nas respostas que dá quando é procurado, mas nas iniciativas que promove na Região.

Destaca-se ainda o acréscimo de competências da CCDRC no âmbito dos Incentivos do Estado à Comunicação Social, tendo passado a ser a entidade responsável pelo Regime de Incentivo à Leitura de Publicações Periódicas e dos Incentivos do Estado à Comunicação Social na Região Centro. Durante o ano de 2015, a DSDR deu ainda resposta atempada a um volume de trabalho muito significativo, no âmbito dos projetos candidatos ao Portugal 2020, nos sistemas de incentivos às Empresas, em termos da admissibilidade com a RIS3 Centro e sobre a análise e pontuação do critério do mérito regional (critério D) em 1.554 candidaturas, de 19 avisos de concurso.

O ano de 2015 foi o ano de lançamento dos Programas da Cooperação Territorial Europeia (CTE) do período de programação 2014-2020, após a sua aprovação pela Comissão Europeia (com exceção do programa de Cooperação do Espaço Atlântico). A CCDRC participa nos órgãos de gestão do POCTEP e, num esquema de rotatividade com outras regiões portuguesas, integrou, no segundo semestre, o Comité de Acompanhamento do SUDO E.

A Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL) elaborou e publicou, no âmbito do apoio técnico que presta às autarquias locais dois guias de apoio aos autarcas das Freguesias subordinados ao tema da contratação pública, por ajuste direto, nas Freguesias. Um dos guias versou a matéria da formação dos contratos, sendo o segundo respeitante à execução dos contratos públicos. Considera-se relevante a elaboração destes guias que sintetizam, enquadram e apresentam soluções sobre algumas das questões mais problematizadas da gestão das Freguesias a nível da contratação pública.

Realce-se, ainda, o relevante esforço e o trabalho realizado na DSAJAL, ao nível das sessões técnicas de formação para autarcas e colaboradores das freguesias, bem como o apoio permanente às autarquias locais nas mais diversas matérias. O apoio jurídico à estrutura técnica e à Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão do Mais centro/Centro 2020 foi absolutamente vital para resolução de questões complexas da gestão do Programa.

A Direção de Serviços de Ambiente dedicou especial enfoque ao garante da prestação de um serviço de excelência na execução das políticas ambientais a nível regional, sustentado na participação ativa em vários grupos de trabalho nacionais destinados à harmonização de procedimentos normativos, na eficiência e qualidade de resposta às solicitações, com reconhecimento das entidades parceiras, agentes económicos e cidadãos e ainda na consolidação das ações de sensibilização ambiental.

A DSOT definiu um conjunto de objetivos fortemente associados às profundas alterações ao quadro legal no domínio do ordenamento do território e da gestão urbanística, iniciado com a publicação da

Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, e complementada por um conjunto de legislação de desenvolvimento, onde sobressai o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e as alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Com efeito, decorrente deste novo quadro legal, 4 dos 8 objetivos da unidade orgânica estão diretamente associados a esta matéria.

No âmbito da racionalização do sistema de planeamento, a Lei de Bases cometeu às CCDR a tarefa de identificar as normas dos planos especiais diretamente vinculativas dos particulares que devem ser integradas nos planos municipais ou intermunicipais. Tal tarefa foi concluída no dia 26 de junho de 2015, incidindo sobre 16 PEOT em vigor na região centro e 44 PDM por eles abrangidos, antecipando, assim, o prazo de 29 de junho de 2015 estabelecido na Lei de Bases. Este exigente processo desenvolveu-se em forte articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), enquanto entidades responsáveis pela elaboração daqueles planos especiais, envolvendo, ainda, a participação dos municípios abrangidos.

Concluída esta primeira etapa, deu-se início à fase de desenvolvimento dos procedimentos necessários à transposição para os PDM das normas identificadas, através da promoção de um ciclo de reuniões por Plano Especial, no total de 14, envolvendo os municípios abrangidos. Estas ações de sensibilização visaram, não apenas a agilização deste processo, como garantir a sua coerência ao nível dos diversos PDM, através da uniformização das metodologias de transposição. Neste contexto, a DSOT elaborou propostas de alteração para cada um dos 34 PDM, incorporando as normas do PEOT a transpor.

A CCDRC estabeleceu objetivos exigentes para o ano de 2015, visando a melhoria dos processos internos, prestar um melhor serviços aos utilizadores dos seus serviços e procurando promover uma boa imagem da Região. Estes objetivos implicaram um grande empenho, envolvimento e esforço dos Dirigentes e Trabalhadores da CCDRC. Todos os objetivos do QUAR foram superados, à exceção de um, que foi atingido. Os resultados obtidos permitem-me propor, num exercício de autoavaliação, a menção de Desempenho BOM para a CCDRC para o ano de 2015.

No presente capítulo é efetuada a autoavaliação dos serviços, cumprindo assim o estabelecido no Artigo 15º - “Autoavaliação” da Lei n.º 66-B/2008, de 28 de dezembro de 2008. Esta avaliação é um exercício que pretende evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do Serviço, em particular, face aos objetivos anualmente fixados.

Análise do QUAR 2015

A Missão da CCDRC foi definida como a seguinte: *“DESENVOLVER e COORDENAR o CENTRO de PORTUGAL”*

Para o ano de 2015, a Presidência da CCDRC definiu os seguintes sete **Objetivos Estratégicos** no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR):

- **OE 1** - Promoção da competitividade das empresas e das instituições da Região, bem como do correspondente investimento;
- **OE 2** - Dinamização do desenvolvimento sustentado, estruturado, ordenado e equilibrado do território e da qualidade de vida das suas populações;
- **OE 3** - Promoção da Coesão Territorial;
- **OE 4** - Promoção da Coesão Social;
- **OE 5** - Promoção e divulgação da Região Centro, a nível nacional e internacional;
- **OE 6** - Apoio, através de serviços de qualidade e de uma postura de excelência, aos agentes locais, sub-regionais, regionais, assim como aos cidadãos, reforçando a respetiva capacitação;
- **OE 7** - Reforço da motivação, envolvimento e satisfação dos colaboradores.

Para além destes Objetivos Estratégicos, o QUAR estabelece, ainda, onze **Objetivos Operacionais** e quinze **indicadores** que são objeto de análise e avaliação no ponto seguinte deste documento.

Análise dos Objetivos Operacionais

Na tabela seguinte é apresentada a autoavaliação quantitativa e qualitativa do cumprimento dos objetivos operacionais e estratégicos da organização.

- a) **Autoavaliação quantitativa**, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro:

Tabela 1 – Autoavaliação quantitativa

Eficácia (25%)						
Objetivo Operacional 1 Consolidar fluxo dos processos de contraordenações						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 1 - N.º de decisões tomadas em processos de contraordenação ambiental	500	50	687	670	123%	Superou
Objetivo Operacional 2 Garantir a eficácia na avaliação de impacte ambiental e avaliação de incidências ambientais (Relevante)						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 2 - Média de dias úteis ganhos nos procedimentos de AIA, face ao prazo legal para emissão da DIA	5.0	1.0	7.5	12,0	170%	Superou
Objetivo Operacional 3 Garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 3 - Número de situações resolvidas	70	5	93	137	173%	Superou
Eficiência (40%)						
Objetivo Operacional 4 Garantir a eficiência de resposta na administração pública						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 4 - Percentagem de decisões dadas no portal Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE)	90%	5%	100%	100%	125%	Superou
IND. 5 - Percentagem de pareceres emitidos no âmbito do Regime Jurídica do Sistema da Indústria Responsável (SIR), via Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (PIAP)	90%	5%	100%	97.20%	118%	Superou
Objetivo Operacional 5 Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização (Relevante)						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 6 - Número de iniciativas de internacionalização/captação de IDE	10	2	15	15	125%	Superou
IND. 7 - Número de respostas do Gabinete de Apoio ao Promotor a solicitações externas	95	5	125	133	132%	Superou
Objetivo Operacional 6 Otimizar a aplicação de Fundos Estruturais na Região Centro (Relevante)						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 8 - Taxa de execução do Mais Centro	95%	2%	100%	98.13%	116%	Superou

IND. 9 - Taxa de apreciação de candidaturas do Centro 2020	65%	5%	87.50%	29.9%	50%	Não atingiu
Objetivo Operacional 7 Garantir a monitorização e divulgação da Qualidade do Ar da Região Centro						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 10 - Índice de eficiência da Rede da Qualidade do Ar	85%	5%	100%	97.01%	120%	Superou
Qualidade (35%)						
Objetivo Operacional 8 Melhorar o grau de satisfação percecionada pelos parceiros e utentes dos serviços da CCDRC (Relevante)						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 11 - Grau de satisfação de parceiros/utentes uma escala de 1-10	6	1	7.70	7.41	121%	Superou
Objetivo Operacional 9 Melhorar os tempos de resposta a solicitações externas (Relevante)						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 12 - Percentagem de situações em que o tempo de resposta a solicitações externas não excede 30 dias úteis	95%	3%	100%	97.8%	100%	Atingiu
Objetivo Operacional 10 Aumentar a visibilidade externa						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 13 - Número de referências não negativas publicadas na comunicação social sobre a CCDRC/Mais Centro/Centro 2020	2.000	100	2.625	3.332	153%	Superou
Objetivo Operacional 11 – Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território, ambiente e desenvolvimento regional (Relevante)						
Indicador	Meta	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa de Execução	Classificação
IND. 14 - Número de conferências/ações de sensibilização sobre Ordenamento do Território/Ambiente/Desenvolvimento Regional	70	5	94	164	195%	Superou
IND. 15 - Taxa de cobertura territorial das ações de sensibilização	50%	3%	60%	65%	138%	Superou

Nota: O cálculo da taxa de execução foi feito utilizando a plataforma GeAdap (www.siadap.gov.pt) e onde é utilizada a seguinte fórmula matemática:

Taxa de Realização = $100 + (\text{Resultado-Meta}) * 25 / (\text{Valor Crítico-Meta})$

In “Avaliação dos Serviços – Linhas de Orientações Gerais” – GT CCAS – Rede GPEARl Documento Técnico nº 1/2010 do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços (CCAS).

Apresentamos a seguir uma análise explicativa aos principais desvios verificados na concretização dos objetivos propostos para o ano de 2015.

Objetivo Operacional 1 Consolidar fluxo dos processos de contraordenações

Em 2015 instruíram-se **670 processos de contraordenação**, ultrapassando-se em número substancial os indicadores do próprio critério de superação deste objetivo, dada a consolidação de um trabalho de equipa afeta à instrução destes processos.

Objetivo Operacional 2 Garantir a eficácia na avaliação de impacte ambiental e avaliação de incidências ambientais (Relevante)

São considerados para este indicador os procedimentos de AIA, que decorreram ao abrigo do DL n.º 151-B/2013, de 31/10, com Declaração de Impacte Ambiental (DIA) emitida em 2015. Foram concluídos 11 processos, com um resultado médio de 12 dias de antecipação ao prazo legal, pelo que o objetivo foi superado.

Objetivo Operacional 3 Garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território

Em 2015 ultrapassou-se largamente a meta fixada para o número de situações resolvidas no âmbito do cumprimento da legislação de ambiente e ordenamento do território, dado que tendo sido fixada uma meta de 70 situações resolvidas o resultado final foi de 137 situações resolvidas.

Só foi possível obter este número devido ao empenho e ao profissionalismo dos trabalhadores afetos à fiscalização, em especial das Divisões Sub-Regionais, e à colaboração da Guarda Nacional Republicana. O cumprimento dos procedimentos estabelecidos para a fiscalização também teve um papel relevante para este efeito.

Objetivo Operacional 4 Garantir a eficiência de resposta na administração pública

Relativamente ao indicador 4 “Percentagem de pareceres emitidos no âmbito do Regime Jurídico do Sistema da Indústria Responsável (SIR), via Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (PIAP)”, foi alcançado o resultado de 97,20%, que respeita a 139 pareceres emitidos em relação a 143 solicitações.

Foi dada resposta a todas as solicitações tramitadas pelo portal do RJUE (541).

Objetivo Operacional 5 Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização (Relevante)

O objetivo de consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização foi claramente superado, na medida em que nos dois indicadores utilizados para o seu cálculo se ultrapassou a meta definida.

Durante o ano de 2015 foram concretizadas 15 iniciativas de internacionalização e captação de IDE que contribuíram para a projeção internacional da Região Centro. Mais concretamente, foi assinado um protocolo de colaboração entre a CCDRC e a AICEP, entidade que a nível nacional é responsável pela promoção e internacionalização das empresas portuguesas e pela captação de investimento

estruturante promovendo a imagem de Portugal. Este protocolo foi o primeiro estabelecido entre a AICEP e uma Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional. Foram promovidas diversas sessões de apresentação e divulgação dos principais atores regionais junto de delegações estrangeiras provenientes de Zhejiang da República Popular da China (em Maio e em Dezembro), de Rostock do Estado de Mecklenburg-Vorpommern, Alemanha, de Lodz na Polónia e do Rio de Janeiro, Brasil. Houve participações em três feiras com o intuito de promover a região. Foram assinados memorandos de entendimento entre a CCDRC e o BioCon Valley, Rostock e a Cidade de Lodz, República da Polónia. Com o objetivo de conhecer as empresas detentoras de Investimento Direto Estrangeiro na Região foi efetuado um inventário tendo sido identificadas 297 empresas. Foram organizados dois workshops específicos para apresentação da Região Centro e das possíveis condições de cooperação entre empresas das regiões envolvidas. Foi elaborada uma brochura de apresentação da CentroPT Health Alliance, enquanto conjunto de parceiros estratégicos da Região na área da Saúde. Por fim registou-se, ao longo de todo o ano, uma participação muito pró-ativa na Comissão Permanente de Apoio ao Investidor aumentando de forma significativa, face a anos anteriores, a dinâmica de participação de projetos envolvendo a Região Centro.

No que respeita à atividade desenvolvida pelo Gabinete de Apoio ao Promotor, criado no final de janeiro de 2015, tinha sido definida como missão: informar os promotores sobre as oportunidades de investimento existentes, dinamizar a interação dos agentes regionais para a utilização dos instrumentos financeiros e fomentar as condições para atrair e fixar o investimento. Nesse sentido, foram desenvolvidas várias iniciativas que se consubstanciaram no desenvolvimento de uma “página” de internet com informação diversa de apoio aos promotores de investimento na região; foram processadas 1728 mensagens de correio eletrónico sobre o Centro2020; foi dado apoio telefónico a 819 promotores que requereram informação sobre os vários programas; e foram efetuadas 133 reuniões com múltiplos agentes regionais por solicitações externas (empresas, universidades, institutos politécnicos, autarquias, associações, instituições públicas da administração central, entre outros). Destaca-se ainda a realização do primeiro evento de *Brokerage* em novembro. Por fim, destaca-se a realização de atividades que permitiram a identificação das subvenções e programas comunitárias geridos diretamente pela Comissão Europeia, tendo como objetivo a sua ampla divulgação junto dos agentes regionais.

Objetivo Operacional 6 Otimizar a aplicação de Fundos Estruturais na Região Centro (Relevante)

No exercício de 2015 foi possível consolidar o ritmo de execução do Programa, o que permitiu atingir uma taxa de execução de 98,13%, (face a 82,5% em 31 de dezembro de 2014). A execução alcançada permitiu que o Mais Centro a 31/12/2015 tivesse uma das melhores taxa de execução dos Programas FEDER do Continente. Em 2015 foi colocada como meta em termos de execução de 95% do valor programado FEDER para o PO Centro 2007/2013, pelo que se considera o valor da meta superado.

No que respeita ao Centro 2020, a 31/12/2015 encontravam-se aprovadas 936 operações, tendo dado entrada, até 31/10/2015 3.131 candidaturas, o que resulta numa taxa de apreciação de 29,9%, pelo que se considera que a meta de 65% definida para o PO Centro 2014-2020, não foi cumprida.

Objetivo Operacional 7 – Garantir a monitorização e divulgação da Qualidade do Ar da Região Centro

O presente objetivo pretendeu continuar a garantir a monitorização e a divulgação dos dados recolhidos na rede da qualidade do ar na Região Centro, através do índice de eficiência da respetiva Rede: $(n.^{\circ} \text{ horas de funcionamento} / n.^{\circ} \text{ total de horas do ano}) * 100$. Este índice é o resultado do apuramento das eficiências máximas de cada estação e é obtido com base nas eficiências alcançadas para cada poluente. O resultado para o ano de 2015 nas 9 estações cifrou-se em 97,01%, pelo que o

objetivo foi superado. De salientar que não foi atingida a eficiência máxima de 100% apenas devido a falhas de comunicação de dados resultantes de intempéries ocorridas na Região Centro e falta de corrente elétrica numa estação, ambas as situações configuram razões não imputáveis à intervenção da CCDRC.

Objetivo Operacional 8 Melhorar o grau de satisfação percecionada pelos parceiros e utentes dos serviços da CCDRC (Relevante)

Foi efetuado um questionário confidencial quanto ao grau de satisfação de parceiros/utentes, utilizando uma plataforma eletrónica de recolha das respostas, e uma escala de medição situada entre 1 (muito insatisfeito) e 10 (muito satisfeito), conduzindo a um valor médio de satisfação situado em 7,7 que não pode deixar de ser considerado muito positivo.

Objetivo Operacional 9 Melhorar os tempos de resposta a solicitações externas (Relevante)

Foi atribuído ao GAIQ – Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade a responsabilidade de monitorizar mensalmente o cumprimento deste objetivo operacional.

No contexto referido e tendo por base os contributos das Unidades Orgânicas da CCDRC foi desenvolvida, uma metodologia de análise que permitisse avaliar de uma forma transversal os resultados apresentados por cada uma das UO, uniformizando-se os procedimentos ao nível das DSR's.

Verificou-se que a percentagem de resposta às 7.663 solicitações externas, no prazo de 30 dias úteis, atingiu os 97,8% o que resultou numa melhoria relativamente ao ano anterior (96,6%).

Objetivo Operacional 10 Aumentar a visibilidade externa

Divulgar e promover as atividades da CCDRC, do Mais Centro e do Centro 2020, de forma a aumentar a sua notoriedade junto da comunicação social e da população da Região Centro, foi o principal objetivo da Assessoria de Comunicação da Presidência da CCDRC em 2015. A estratégia de comunicação da CCDRC concretizou-se na disponibilização de serviços, produtos e eventos que evidenciem a importância do trabalho da CCDRC, do Mais Centro e do Centro 2020 para a afirmação do Centro de Portugal.

A comunicação com os media é uma condição essencial para evidenciar a visibilidade do trabalho feito na CCDRC. Ao longo do ano de 2015, foi dada continuidade à implementação de uma estratégia coerente e contínua, sustentada por contactos regulares com os órgãos de comunicação social, de forma a criar um relacionamento sólido e de confiança.

Objetivo Operacional 11 – Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território, ambiente e desenvolvimento regional (Relevante)

Durante o ano de 2015 foram realizadas 164 conferências/ações de sensibilização sobre Ordenamento do Território, Ambiente e/ou Desenvolvimento Regional em 50 municípios da área de abrangência da CCDRC, o que justificou uma taxa de cobertura de 65% do território.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, o foco das sessões incidiu muito na necessidade de apresentar e discutir a estratégia regional definida para a Região Centro, o novo programa operacional regional que tinha sido aprovado em dezembro de 2014 e a estratégia de especialização inteligente RIS3 do Centro que foi construída de forma colaborativa com os atores da região. Foram ainda desenvolvidas ações de sensibilização sobre diversas temáticas na área do ordenamento do território, de interesse relevante para as autarquias, e que surgiram na sequência da alteração de alguns normativos legais, designadamente no que se refere à regularização de atividades

económicas, RJUE e gestão urbanística. No que se refere às ações de sensibilização ambiental elas foram dirigidas a estabelecimentos de ensino da Região Centro, centrando-se nos temas da Qualidade do Ar e Resíduos.

- b) **Autoavaliação qualitativa**, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B72007, de 28 de Dezembro.

Tabela 2 – Autoavaliação qualitativa

Designação/Alíneas	Realizado	Não realizado	Observações
a) À apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, com especial relevo quando se trate de unidades prestadoras de serviços a utilizadores externos	x		Foi efetuado um inquérito externo para medir o seu grau de satisfação dos utilizadores externos. Os resultados deste inquérito podem ser observados no Anexo 4.
b) À avaliação do sistema de controlo interno	x		<p>A CCDRC integra na sua orgânica o Conselho de Coordenação Intersectorial e o Conselho Regional, que se encontram, não apenas devidamente instituídos, mas a desenvolver um conjunto diversificado de iniciativas inscritas nas respetivas áreas de competência.</p> <p>Os sistemas de controlo administrativo e financeiro encontram-se assentes na implementação do Manual de Controlo Interno e no Plano Diretor de Sistemas de Informação, concretizados na integração do GEP (sistema de gestão documental e <i>workflow</i> de processos) com o conjunto de aplicações do ERP (contabilidade, recursos humanos, aprovisionamento e inventário).</p> <p>A esta base tecnológica e procedimental acresce a utilização generalizada da assinatura digital, como garantia de consistência e fiabilidade da informação fornecida nos processos decisórios.</p> <p>Refira-se, por fim, que a ação da CCDRC no âmbito da gestão fundos comunitários está sujeita aos diversos mecanismos e auditorias levadas a efeito pelas entidades responsáveis. De destacar que estas ações são implementadas já que a CCDRC é a entidade pública responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro à Autoridade de Gestão do Programa.</p> <p>Está igualmente em funcionamento o Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade que participa ativamente no controlo e auditoria ao funcionamento interno da organização.</p> <p>Acresce ainda que a entrada em funções em 2014 do Fiscal Único foi ela potenciadora de um aumento das pistas de auditoria e controlo a que a organização está sujeita.</p>

c) Às causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficiente	x		Não se identificaram incumprimentos dignos de nota.
d) Às medidas que devem ser tomadas para um reforço positivo do seu desempenho, evidenciando as condicionantes que afetem os resultados a atingir			As medidas a tomar para reforçar o desempenho do Serviço passam basicamente por dois vetores: melhorar a comunicação interna e externa da CCDRC e envolver mais os trabalhadores na tomada de decisão. Num plano externo diminuir a idade média dos trabalhadores com a entrada de novos colaboradores.
e) À comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, que possam constituir padrão de comparação	n.a	n.a	
f) À audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na auto-avaliação do serviço.	x		A metodologia de elaboração dos Planos de Atividades e dos respetivos Relatórios da resulta de uma iteração estreita realizada entre a sua Presidência, os seus dirigentes e os funcionários responsáveis pelas diversas atividades, envolvendo a definição e seguimento, quer da estratégia e dos objetivos estratégicos, quer dos principais objetivos operacionais, projetos e ações das iniciativas e atividades desenvolvidas.

Análise dos Meios Disponíveis

Meios humanos

A análise da “produtividade” permite evidenciar a relação entre os meios humanos e a avaliação do serviço, consubstanciando-se na seguinte “fórmula”: avaliação global do serviço *versus* recursos humanos utilizados/planeados.

Tabela 3 – Meios Humanos

	Pontuação	Planeados	Realizados	Desvio
Dirigentes – Direção superior	20	180	180	0
Dirigentes – Direção intermédia e Chefes de equipa	16	336	352	16
Técnicos Superiores	12	1.656	1.692	36
Assistentes Técnicos	8	400	408	8
Assistente Operacional	5	65	35	30
Coordenador Técnico	9	9	9	0
Especialistas de Informática	12	36	36	0
Técnicos de Informática	8	24	24	0

Nota: Inclui os contratados a termo incerto, afetos ao Programa Operacional da Região Centro.

Este quadro é reflexo da ponderação apresentada no QUAR 2015.

O desvio positivo apresentado na tabela é devido em grande parte à implementação do secretariado técnico do Programa Operacional Regional do Centro 2020, criado pela RCM 73-B/2014, de 16 de dezembro.

Meios financeiros

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios e demais critérios definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro, cumprindo, igualmente as instruções relativas à organização e apresentação das contas definidas pelo Tribunal de Contas constantes das Instruções nº 1/2004 – 2ª Seção.

Uma análise “custo/eficácia”, permite evidenciar a relação entre os meios financeiros e a avaliação do serviço que pode ser verificada nos quadros seguintes:

Tabela 4 – Meios Financeiros

	Meios financeiros		Avaliação global do serviço
	Orçamento Funcionamento	PIDDAC	
Estimado (€)	8.256.093	4.700.877	A taxa total de execução foi de 73%
Executado (€)	6.205.836	3.279.441	
Desvio (€)	2.052.257	1.421.436	
Desvio (%)	25	30	

Os desvios ocorridos entre o estimado e o executado devem ser abordados segundo duas vertentes:

1. **Orçamento de funcionamento** – As despesas de funcionamento apresentam uma taxa global de execução de 75%. As despesas com o pessoal atingiram um grau de execução de 77% e as outras despesas de funcionamento atingiram um grau de execução de 65%.

O quadro seguinte mostra o grau de execução das despesas de funcionamento.

Tabela 5 – Grau de execução do orçamento de funcionamento

Tipo de Despesa	Orçamento (€)	Execução (€)	Grau de execução
Despesa com pessoal	6 974 370	5 372 841	77%
Despesas correntes	867.635	582 300	67%
Outras Despesas	150.251	33 824	22%
Despesas de capital	263.837	210 354	79%
Totais	8 256 093	6 205 836	75%

O peso de cada grupo de despesa na execução é o seguinte:

Tabela 6 – Peso dos grupos de despesa na execução

Tipo de Despesa	Peso
Despesa com pessoal	86,68%
Despesas correntes	9,38%
Outras Despesas	0,55%
Despesas de capital	3,39%

Podemos assim concluir, que a estrutura da despesa é dominada pelas despesas com pessoal que têm um peso superior a 86%. São ainda evidenciados os esforços de poupança e racionalização efetuados pela CCDRC que conseguiu fazer melhor utilizando menos recursos financeiros.

2. PIDDAC – O conjunto de projetos que constituem este programa de investimento apresenta uma taxa global de execução de 70%.

No quadro seguinte mostra a execução de cada um dos projetos PIDDAC:

Tabela 7 – A Grau de execução do PIDDAC

Projeto		Orçamento(€)	Execução (€)	Grau execução
Código	Designação			
6098	Cooperação Int./Interreg. e Promoção da Reg. Centro	145 262	109 480	75%
7881	Promoção Coop. c/ Castilla y Leon e Extremadura(II)	120 957	27 152	22%
6300	Assistência Técnica Global ao PO - QREN	4 246 758	3 142 809	74%
9272	Assistência Técnica Global ao PO – Centro 2020	167 900	0	0%
9388	Gestão e Promoção Ambiental da RC	20 000	0	0%
Totais		4 700 877	3 279 441	70%

Em termos de realização financeira, destacam-se os projetos “Assistência Técnica Global ao PO - QREN” e “Cooperação Int./Interreg. e Promoção da Reg. Centro”, que apresentam taxas de execução de 74% e 75% respetivamente.

É de referir que o projeto “Assistência Técnica Global ao PO-QREN”, é o que apresenta maiores valores de orçamento em termos absolutos, representando 90% do valor global do PIDDAC.

Meios materiais

O património da CCDRC é constituído por equipamento básico, administrativo e equipamento de transporte. Até ao fim do exercício de 2015, foram cadastrados 7144 bens cujo valor bruto atinge 2.815.751,23€.

O inventário não contempla os edifícios da sede, em virtude de não se encontrarem registados em nome da CCDRC mas do Estado Português.

O parque automóvel da CCDRC é constituído por 38 viaturas, das quais 4 se encontram inativas.

Durante o ano de 2015 foram percorridos 586.921 km, o que implica uma média mensal de 48.910 km e uma média por veículo de 1.439km.

Da frota ativa, 23 viaturas são propriedade da CCDRC e 11 são adquiridas em regime de AOV (aluguer operacional de viaturas).

As viaturas próprias são parte integrante do inventário acima referido.

Tabela 8 – Parque automóvel

Viaturas	Nº	Combustível (litros)	km percorridos	Gastos	
				Combustível	Conservação e manutenção
	34	37.502	586.921	44.077	24.219

Neste ponto são apresentados os diferentes indicadores e as fontes de verificação que garantem a fiabilidade e integridade dos dados

Apresentamos de seguida, para cada indicador, a respetiva fonte de verificação:

Indicador 1 N.º de decisões tomadas em processos de contraordenação ambiental.

Fonte – Sistema de Informação da CCDRC (Aplicação Gestão de Processos - GEP)

Responsabilidade pela fonte: DSAJAL

Indicador 2 - Média de dias úteis ganhos nos procedimentos de AIA, face ao prazo legal para emissão da DIA.

Fonte – Sistema de Informação da CCDRC (Aplicação Gestão de Processos - GEP)

Responsabilidade pela fonte: DSA

Indicador 3 - Percentagem de decisões dadas no portal Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE)

Fonte – Portal RJUE

Responsabilidade pela fonte: DSOT

Indicador 4 – Percentagem de pareceres emitidos no âmbito do Regime Jurídica da Sistema da Indústria Responsável (SIR), via Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (PIAP)

Fonte – Plataforma PIAP

Responsabilidade pela fonte: DSOT/DSA

Indicador 5 – Número de iniciativas de internacionalização/captação de IDE

Fonte – Portal da CCDRC

Responsabilidade pela fonte: DSDR

Indicador 6 - Número de respostas do Gabinete de Apoio ao Promotor a solicitações externas

Fonte – Atas, Relatórios, Portal da CCDRC e Listagem anexa

Responsabilidade pela fonte: DSDR

Indicador 7 - Índice de eficiência da Rede da Qualidade do Ar

Fonte: Aplicação informática específica e tabela de excel

Responsabilidade pela fonte: DSA

Indicador 8 - Grau de satisfação de parceiros/utentes uma escala de 1-10

Fonte: Inquérito

Responsabilidade pela fonte: Presidência

Indicador 9 - Percentagem de situações em que o tempo de resposta a solicitações externas não excede 30 dias úteis

Fonte: Sistema de Informação da CCDRC (Aplicação Gestão de Processos - GEP)

Responsabilidade pela fonte: Presidência e GAIQ

Indicador 10 - Número de referências não negativas publicadas na comunicação social sobre a CCDRC/Mais Centro/Centro 2020C/Mais Centro/Centro 2020

Fonte - Serviço de *clipping*

Responsabilidade pela fonte: Presidência

Indicador 11 - Número de situações resolvidas

Fonte – Coleção dos relatórios de fiscalização devidamente validados

Responsabilidade pela fonte: DSF

Indicador 12 - Taxa de execução do Mais Centro

Fonte – Sistema de Informação

Responsabilidade pela fonte: MaisCentro

Indicador 13 - Taxa de apreciação de candidaturas do Centro 2020

Fonte – Sistema de Informação

Responsabilidade pela fonte: Centro 2020

Indicador 14 - Número de conferências/ações de sensibilização sobre Ordenamento do Território/Ambiente/Desenvolvimento Regional

Fonte – Programas/Atas das reuniões/Portal/GEP e listagem anexa

Responsabilidade pela fonte: DSDR

Indicador 15 - Taxa de cobertura territorial das ações de sensibilização

Fonte – Programas/Atas das reuniões/Portal/GEP e listagem anexa

Responsabilidade pela fonte: DSDR

Análise ao Plano de Atividades

A análise ao grau de cumprimento dos objetivos assumidos no Plano de Atividades 2015 (Anexo 2), pelas diferentes unidades orgânicas demonstra a consistência de atuação da CCDRC, nas suas áreas principais de referência, reforçando o papel do QUAR como “espelho” do que mais importante se fez em determinado ano e dando simultaneamente a conhecer à Comunidade uma visão global dos nossos principais projetos e objetivos.

Os números gerais foram os seguintes:

Tabela 9 – Grau de cumprimento dos objetivos

	Objetivos
Superado	55
Cumpriu	7
Não cumpriu	4
Híbrido	3

De forma mais detalhada e analisando de forma individual cada uma das unidades orgânicas, são estes os resultados:

Tabela10 – Grau de cumprimento dos objetivos por unidade orgânica

Objetivos Anuais		Grau de Cumprimento dos objetivos				
		Superados	Cumpridos	Não Cumpridos	Híbridos	
DSDR	4	3	1	0	0	
DSAJAL	8	6	0	1	1	
DSOT	8	7	1	0	0	
DSA	14	13	0	1	0	
DSF	5	4	0	1	0	
DSCGAF	9	4	3	1	1	
DSDR	Aveiro	5	4	1	0	0
	Viseu	4	3	0	0	1
	C. Branco	4	3	1	0	0
	Guarda	4	4	0	0	0
	Leiria	4	4	0	0	0
Total	69	55	7	4	3	

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR)

A DSDR definiu um Plano de Atividades assente em quatro grandes objetivos. Um destes objetivos, o de “Consolidar a CCDRC como broker territorial para a competitividade, inovação e internacionalização” foi mesmo considerado relevante no QUAR da CCDRC. Ele foi claramente superado na medida em que os três indicadores selecionados para o quantificar foram superados. Assim, foram concretizadas 15 “iniciativas de internacionalização/captação de IDE” superando a meta estipulada, em resultado de um forte envolvimento da CCDRC com os atores regionais (já descrito na análise efetuada ao QUAR). De igual modo foi possível superar as seis “iniciativas de promoção da região, dos seus recursos e da CCDRC” planeadas, tendo sido promovida uma sessão de promoção na BTL, a realização das V Jornadas de Enoturismo e do I Centro Brokerage Event e a co-organização de um evento que reuniu os Reference Sites para o Envelhecimento Activo e Saudável existentes na Europa, que decorreu em Lisboa. Foi ainda possível promover a região em Bruxelas, quer durante a semana das Regiões Europeias, nos Open Days (com participação e dinamização de dois eventos), quer numa sessão organizada pelo Parlamento Europeu. O terceiro indicador foi também superado, tendo sido identificadas 18 “iniciativas de dinamização com entidades regionais”, seja para as envolver em redes e projetos coletivos, para promover e melhorar as articulações existentes tendo em conta os novos instrumentos de financiamento (nomeadamente o novo programa operacional regional, Centro2020), seja no âmbito das novas competências assumidas pela CCDRC no âmbito dos Incentivos do Estado à Comunicação Social. Foram igualmente mobilizados os

atores regionais relevantes para sessões de trabalho que a CCDRC desenvolveu em parceria com a FCT, de acordo com os temas definidos. Com o intuito de desenvolver e preparar o dossier da candidatura apresentada pela CCDRC ao Horizonte2020 do "Multidisciplinary Institute for Ageing" (MIA) foi necessário promover várias sessões de trabalho com representantes dos diversos parceiros envolvendo quer o Instituto Multidisciplinar do Envelhecimento, quer o Campus da Vida associado.

O objetivo coletivo da DSDR de "Implementação do Gabinete de Apoio ao Promotor" foi, também ele, superado pois apesar de não ter sido possível atingir a meta definida para o indicador "Número de iniciativas de difusão das oportunidades de financiamento" através de apresentação de comunicações em seminários, workshops, debates, etc. foi possível promover 133 "reuniões solicitadas com agentes regionais externos" (empresas, universidades, institutos politécnicos, autarquias, associações, instituições públicas da administração central, entre outros), foi possível esclarecer dúvidas colocadas em 1.728 mensagens de pedidos de esclarecimentos, e foi efetuado apoio telefónico a 819 promotores que requereram informação sobre o Centro2020 e demais programas, superando largamente as expectativas iniciais. Destacam-se ainda a realização de atividades que permitiram a identificação das subvenções e programas comunitárias geridos diretamente pela Comissão Europeia, tendo como objetivo a sua ampla divulgação junto dos agentes regionais. Por outro lado, também a "Dinamização dos Grupos de Trabalho da RIS3 (reuniões realizadas)" foi um indicador superado com a realização de 18 reuniões de trabalho coletivo. O lançamento dos grupos de trabalho previstos no modelo de governação da RIS3 do Centro ocorreu logo no início do ano. Foi estabelecido um caderno de encargos e um calendário para o cumprir que determinou a concentração deste trabalho no 1º semestre do ano. De facto, a grande maioria das reuniões que, no total, registaram mais de 500 presenças (que não correspondem a 500 pessoas, já que a mesma pessoa participou em várias destas reuniões) foram realizadas entre janeiro e abril. Foi no âmbito deste trabalho, sob coordenação das personalidades externas à CCDRC que aceitaram liderar os trabalhos de cada grupo, que foram definidas as linhas de ação das quatro plataformas de inovação identificadas como prioridades regionais no âmbito da RIS3 do Centro.

No âmbito do objetivo de "Asseverar o desenvolvimento territorialmente coerente" foram claramente superados todos os indicadores perspetivados para 2015. Por um lado, mantiveram-se os níveis de utilização do DataCentro sendo que, ao esforço interno de atualização de 567 indicadores no ano de 2015, verificou-se uma procura de informação significativa com a consulta de mais de 15.000 páginas pelos utilizadores da plataforma. De igual modo foi possível disponibilizar um conjunto de 13 relatórios de monitorização que permitiram acompanhar e monitorizar o desenvolvimento na Região Centro (de que são exemplo, o Barómetro Regional do Centro, o Boletim Trimestral de Conjuntura e os trabalhos relativos às Políticas Públicas no Centro de Portugal). Com o propósito de contribuir para o exercício de reflexão e monitorização da região foram organizados 6 eventos em temáticas muito distintas (empresas gazela, políticas de clusterização e especialização inteligente na Europa, Lagging regions na Europa, Empreendedorismo e Incentivos do Estado à Comunicação Social). Fruto de todo o trabalho desenvolvido na DSDR, foi possível contribuir ativamente com propostas de comunicados de imprensa superando largamente o objetivo inicial definido. Destaca-se ainda o acréscimo de competências asseguradas pela DSDR no âmbito dos Incentivos do Estado à Comunicação Social uma vez que, a partir de março de 2015, a CCDRC passou a ser a entidade responsável pelo Regime de Incentivo à Leitura de Publicações Periódicas e dos Incentivos do Estado à Comunicação Social na Região Centro. Durante o ano de 2015, a DSDR deu ainda resposta atempada a um volume de trabalho muito significativo, no âmbito dos projetos candidatos ao Portugal 2020, nos sistemas de incentivos às Empresas, em termos da admissibilidade

com a RIS3 Centro e sobre a análise e pontuação do critério do mérito regional (critério D) em 1.554 candidaturas, de 19 avisos de concurso.

O ano de 2015 foi o ano de lançamento dos Programas da Cooperação Territorial Europeia (CTE) do período de programação 2014-2020, após a sua aprovação pela Comissão Europeia (com exceção do programa de Cooperação do Espaço Atlântico) sendo que a CCDRC participa nos órgãos de gestão do POCTEP e, num esquema de rotatividade com outras regiões portuguesas, integrou, no segundo semestre, o Comité de Acompanhamento do SUDOE. Simultaneamente, foi um ano de intenso trabalho com o objetivo de maximizar a taxa de execução do POCTEP 2007-2013. Dada a participação ativa nos seminários de lançamento dos Programas, nos seminários de lançamento de primeiras convocatórias e em eventos associados à preparação de novos projetos (a submeter, sobretudo, ao POCTEP e ao SUDOE), foi possível superar o indicador “Número de iniciativas de divulgação de resultados POCTEP 2007-2013 e de apresentação dos novos PO CTE 2014-2020”. No contexto do encerramento do Programa 2007-2013, estava previsto o acompanhamento físico de 95% dos projetos em execução. Este foi um objetivo não cumprido pois, apesar de se terem realizado várias reuniões com promotores e visitas dos projetos em execução física, o universo de projetos em execução passou a incluir todos os projetos não encerrados, incluindo os da 2ª convocatória que pediram prorrogação de prazo de execução para a sua finalização, mas cujo desenvolvimento principal ocorreu em anos anteriores, altura em que foram objeto de acompanhamento físico por parte da Unidade de Coordenação regional. Acresce que se entendeu mais pertinente concentrar esforços na validação da despesa com o objetivo de garantir a execução financeira dos projetos de forma atempada, num esforço coletivo de maximizar a taxa de execução do Programa que, como é sabido, sofreu bastante com os anos de crise financeira, económica e social pela qual os dois países envolvidos passaram durante o seu período de execução. Por estes motivos considera-se o objetivo “Alargar a participação regional nos programas de cooperação territorial europeia” cumprido.

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL)

A DSAJAL, em 2015, continuou a exercer as competências que lhe estão conferidas e que se consubstanciam, essencialmente, no estudo e divulgação do quadro legal autárquico, em especial no âmbito do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e de outros regimes jurídicos autárquicos inovadores ou com problemáticas especialmente relevantes.

Neste sentido, copromoveu-se, com a DSOT, o Seminário “Regime Jurídico da Urbanização e Edificação” (14.04.2015).

Realizaram-se vinte (20) sessões técnicas de formação para autarcas e colaboradores das freguesias, subordinadas ao tema « Operacionalização da Previsão e da Execução Orçamental nas Freguesias da Região Centro».

Elaboraram-se dois guias de apoio aos autarcas das Freguesias subordinados ao tema da contratação pública, por ajuste direto, nas Freguesias. Um dos guias versou a matéria da formação dos contratos, sendo o segundo respeitante à execução dos contratos públicos.

No âmbito do apoio jurídico ao QREN e aos serviços da CCDR elaboraram-se 85 pareceres jurídicos, emitidos na totalidade até 30 dias sobre a data de entrada do respetivo pedido.

Destacamos ainda no âmbito do apoio autárquico os 381 pareceres jurídicos elaborados, tendo 99,74 % dos mesmos sido emitidos até 30 dias sobre a data de entrada do respetivo pedido na CCDR.

Por último realce-se a instrução de 670 processos de contraordenação, e a redução das pendências de processos a instruir.

Foi ainda prestado apoio técnico aos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes, materializado no acompanhamento e verificação dos documentos previsionais para 2015 e dos documentos de prestação de contas de 2014, e reporte da correspondente informação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

De igual modo acompanhou-se o desempenho das Freguesias da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes, tendo sido verificados 513 documentos previsionais para 2015 e 598 documentos de prestação de contas de 2014.

Foi ainda prestado apoio às autarquias locais, onde a par da resposta às solicitações por estas colocadas, foram divulgados no portal da CCDRC, relatórios, notas técnicas e apresentações das sessões de esclarecimento, artigos e respostas a perguntas frequentes designadamente sobre eleições e eleitos locais, órgãos autárquicos, atribuições e competências, recursos humanos, contratos públicos, edificação, urbanização e finanças locais.

Por último a DSAJAL apoiou tecnicamente as Autarquias e entidades equiparadas no âmbito da Cooperação Técnica e Financeira, através de análise de candidaturas e do acompanhamento de contratos-programa (tanto no seu regime normal como no apoio financeiro e a projetos de integração e partilha de serviços ou competências dos municípios), de protocolos no âmbito do Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva e no programa de Modernização Administrativa das Freguesias.

Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT)

A DSOT definiu no Plano de Atividades de 2015 um conjunto de objetivos fortemente associados às profundas alterações ao quadro legal no domínio do ordenamento do território e da gestão urbanística, iniciado com a publicação da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, e complementada por um conjunto de legislação de desenvolvimento, onde sobressai o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e as alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Com efeito, decorrente deste novo quadro legal, 4 dos 8 objetivos da unidade orgânica estão diretamente associados a esta matéria.

No âmbito da racionalização do sistema de planeamento, a Lei de Bases cometeu às CCDR a tarefa de identificar as normas dos planos especiais diretamente vinculativas dos particulares que devem ser integradas nos planos municipais ou intermunicipais. Tal tarefa foi concluída no dia 26 de junho de 2015, incidindo sobre 16 PEOT em vigor na região centro e 44 PDM por eles abrangidos, antecipando, assim, o prazo de 29 de junho de 2015 estabelecido na Lei de Bases. Este exigente processo desenvolveu-se em forte articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), enquanto entidades responsáveis pela elaboração daqueles planos especiais, envolvendo, ainda, a participação dos municípios abrangidos.

Concluída esta primeira etapa, deu-se início à fase de desenvolvimento dos procedimentos necessários à transposição para os PDM das normas identificadas, através da promoção de um ciclo de reuniões por Plano Especial, no total de 14, envolvendo os municípios abrangidos. Estas ações tiveram enquadramento no objetivo operacional 11, do QUAR, respeitante a ações de sensibilização

sobre Ordenamento do Território. Visando, não apenas a agilização deste processo como garantir a sua coerência ao nível dos diversos PDM, através da uniformização das metodologias de transposição, a DSOT elaborou propostas de alteração para cada um dos 34 PDM, incorporando as normas do PEOT a transpor. Sobre esta matéria, não podemos deixar de assinalar o enorme esforço de coordenação, articulação e mobilização que o cumprimento deste objetivo envolveu, não só devido à reduzida equipa que assumiu esta responsabilidade - a qual teve que partilhar com as restantes tarefas de gestão corrente -, mas, em particular, devido à diversidade de matérias tratadas, aos diferentes interesses que houve necessidade de harmonizar e ainda ao elevado número de entidades envolvidas no processo.

Também enquadradas no objetivo operacional 11, do QUAR, foram desenvolvidas 21 ações de sensibilização em diversos municípios no sentido de melhorar a capacitação dos cidadãos, instituições e empresas relativamente ao enquadramento, sistematização, interpretação e aplicação do vasto quadro legal que enforma o ordenamento do território e a gestão territorial, tendo em vista a melhoria da qualidade e celeridade nas respostas aos interessados e a promoção de um modelo de desenvolvimento territorial sustentável, estruturante e resiliente. Estas ações incidiram também sobre o novo Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas, que atribuiu às CCDR um papel determinante na prossecução dos diversos procedimentos nele previstos, nomeadamente na alteração aos instrumentos de gestão territorial ou das restrições de utilidade pública, que possibilitem a regularização dessas atividades.

A necessidade de atualização da informação disponibilizada no portal da CCDRC, suscitada, em grande medida, pela alteração do quadro legal do ordenamento do território e do urbanismo, implicou, também, a revisão do “Guia Orientador – revisão do PDM”, bem como a criação ou atualização dos documentos disponibilizados sobre estas matérias.

Na prossecução do objetivo de garantir a atualidade e rigor na informação disponível no Visualizador de Informação Geográfica (VIG), foram igualmente disponibilizados, entre regulamentos e peças cartográficas de Planos Territoriais e de REN, um total de 104 documentos.

Sublinha-se o enorme esforço, no ano de 2015, na conclusão de 28 revisões de PDM e 27 delimitações de novas REN, o que, em grande medida, resultou da necessidade destes processos ainda poderem ser enquadrados no regime transitório de classificação do solo previsto na nova Lei de Bases.

Ainda no âmbito dos instrumentos de planeamento será de referir que na preparação do processo de revisão da Proposta do PROT Centro se iniciou o estudo de revisão do Sistema Urbano Regional.

A DSOT, tendo como principais fontes as bases de dados da REN e do SIRJUE, procedeu à recolha e tratamento da informação relevante em matéria de gestão urbanística e disponibilizou 72 indicadores para o DATACENTRO, indispensáveis para a caracterização da Região Centro. Realça-se que, para o efeito, foi melhorada a base de dados do RJREN (UAAR2), de modo a contemplar as alterações impostas pelo Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR), bem como aperfeiçoada a base de dados do RJUE, designadamente no que respeita às suas funcionalidades.

No domínio do objetivo de celeridade na resposta às solicitações externas, a DSOT respondeu a 1591 pedidos dentro do prazo legal, sem nunca ultrapassar os 30 dias, de que resultou um tempo médio de resposta de 9,49 dias.

Para além das tarefas que assinalámos, o grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano de Atividades de 2015 para esta Unidade Orgânica, encontram-se desenvolvidas e pormenorizadas no anexo 2.

Direção de Serviços de Ambiente (DSA)

A **Direção de Serviços de Ambiente (DSA)** estabeleceu 14 objetivos para o ano de 2015, desdobrados em 20 indicadores. 12 objetivos foram superados, 1 cumprido e 1 sem realização.

As competências cometidas a esta unidade orgânica são múltiplas e diversificadas, cuja execução exige, em termos de recursos humanos um vasto conhecimento técnico e específico, além da capacitação para articulação de um conjunto extenso de normativos legais. Por outro lado, as matérias de natureza ambiental e de licenciamento das atividades económicas são, por norma, objeto de uma forte dinâmica legislativa e, em 2015, não foi exceção – o que obriga a um envolvimento grande, quer a montante, ao nível da análise e elaboração de contributos, quer a jusante, pelo impacto direto que essas alterações legislativas implicaram nas tarefas diárias. Ocorreram várias alterações legislativas recentemente (2013 e 2014), das quais se destaca o Novo RJAIA, o Novo REAP, o Novo SIR, o Licenciamento Único Ambiental, entre outros, que se refletiu na atividade da DSA em 2015, quer com a alteração de práticas, quer com a harmonização de procedimentos a adotar entre as CCDR e APA, na aplicação daqueles.

Tem sido assim um grande desafio da DSA fazer melhor e com os atuais recursos. Só com o elevado empenho e profissionalismo de toda a equipa, foi possível obter os resultados apresentados, considerados excelentes, perante o elevado volume de processos tratados na Direção de Serviços e os recursos humanos afetos à DSA, como se pode verificar pelos seguintes indicadores: **7519 entradas** e **4328 saídas**, verificando-se um incremento de 20% relativamente a 2014. Das entradas, 4237 foram tratadas na Divisão de Avaliação Ambiental (DAA) e 2994 pela Divisão de Licenciamento e Promoção Ambiental (DLPA).

As receitas arrecadas pela CCDR inerentes aos atos praticados pela DSA mantêm-se na ordem de valores obtidos no ano transato, tendo sido atingido o montante de 300.619,98€. A esta receita, acresce ainda a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), que embora rececionada pela DSCGAF, ao ser proveniente dos sistemas de gestão de aterros, depende do trabalho desenvolvido pela DSA no seu licenciamento e acompanhamento dos Sistemas de Gestão, ao nível da região.

Efetua-se uma breve síntese das atividades desenvolvidas e que foram estabelecidas no Plano de Atividades:

- Os objetivos estabelecidos para a DSA no licenciamento das atividades económicas, enquanto entidade licenciadora no licenciamento de aterros e restantes operações de gestão de resíduos e enquanto entidade consultada (indústria, pecuária e pedreiras) foram no sentido da manutenção dos prazos alcançados em 2014, verificando-se que à exceção do licenciamento das operações de gestão de resíduos mediante procedimento geral, os prazos foram, na grande maioria dos casos, superados.
- No que concerne ao acompanhamento dos sistemas multimunicipais e intermunicipais de gestão de resíduos urbanos, foram efetuadas no ano de 2015, 5 visitas de acompanhamento. Foi dado especial enfoque à análise dos planos de adequação ao PERSU 2020, tendo sido analisados 6 PAPERSU inerentes a sistemas de gestão de RSU e ainda 3 PAPERSU provenientes de municípios. Deste modo e atendendo à meta fixada para este objetivo, o mesmo foi superado.

- Relativamente à participação em vistorias de modo a assegurar o cumprimento das obrigações ambientais por parte dos operadores económicos (SIR, REAP, RJPEMM, OGR e aterros), foram asseguradas 185 vistorias num universo de 188 convocatórias, superando a meta estabelecida.
- Foi mantido o objetivo da manutenção da redução dos prazos legalmente estabelecidos, dando continuidade à meta alcançada em 2014, para os procedimentos avaliação de impacte ambiental (RJAIA), com superação do objetivo;
- foi garantida a monitorização da qualidade do Ar na Região Centro. Ao nível das 9 Estações da Qualidade do Ar existentes na região, foi possível manter o seu bom funcionamento com o regular envio dos dados para Rede Nacional da Qualidade do Ar. Foi conseguido, no ano de 2015, um Índice de Eficiência da Rede de 97,01%;
- foi garantido o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar. Nesta matéria, à semelhança do ano anterior, foi disponibilizada aos operadores, através de uma plataforma on-line, a possibilidade do preenchimento do formulário de suporte à realização do inventário regional de emissões gasosas para o ano 2014;
- Continuou a ser efetuada a georreferenciação de processos, em especial nos processos OGR e pedreiras;
- foi disponibilizada alguma informação atualizada no Portal da CCDRC. foi tratada e disponibilizada a informação relativa aos indicadores da Plataforma “DATACENTRO”, num total de 62 indicadores.

A DSA esteve ainda envolvida noutras atividades relevantes que tiveram um peso significativo no trabalho global da Direção de Serviços e que a seguir se descrevem:

- Representação da CCDRC na continuação da preparação do Plano Estratégico para o AR (ENAR-2014-2020);
- representação da CCDRC no Grupo de Trabalho para a Qualidade do AR (GTAR);
- Representação da CCDRC no Grupo de Apoio à Gestão do PERSU 2020 - GAG (3 reuniões);
- Representação da CCDRC no Grupo de Apoio à Gestão do PENSAAR 2020;
- Continuação da apresentação da CCDRC, no Grupo de Trabalho para o Novo Regime de Licenciamento da Atividade Pecuária (GT NREAP), participando em **6 reuniões** de trabalho na DGADR, com o objetivo de uniformizar procedimentos, dar pareceres sobre diplomas em revisão, contributos setoriais para a tomada de decisão sobre casos práticos entre outros.
- Continuação da participação no Grupo de Pontos Focais de Avaliação de Impacte Ambiental, em 3 reuniões destinadas à discussão do RJAIA, uniformização na interpretação e procedimentos a adotar por todas as Autoridades de AIA, revisão de Portarias complementares, revisão e elaboração dos guias e documentos de apoio.
- Representação da CCDRC, presidindo as reuniões da Assembleia-Geral do CESAB (Centro de Estudos de Ambiente).

Procedeu-se ainda à emissão de contributos/comentários relativamente a diversos projetos legislativos e outros documentos, nomeadamente os seguintes:

- Alteração ao SIR - DL n.º 73/2015, de 11 de maio, com particular incidência na Portaria das taxas;

- Licenciamento Único Ambiental (LUA) - DL n.º 75/2015, de 11 de maio, Proposta de Portaria dos elementos instrutórios licenciamento único de ambiente de uma atividade industrial ou similar a industrial, Proposta de Portaria dos elementos instrutórios do licenciamento único de ambiente de atividades pecuárias, e Backoffice provisório;
- Projeto Lei referente regime jurídico da prevenção, contaminação e remediação dos solos, com vista à salvaguarda do ambiente e da saúde humana;
- projeto dos resíduos de construção e demolição que o grupo waste@NOVA da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa elaborou para a Comissão Europeia;
- Projeto "Municipal Waste Compliance Promotion Exercise 2014-15", desenvolvido pela “
- Proposta de NT LNEC simplificadas para utilização de RCD em camadas não ligadas de pavimentos e em caminhos rurais e florestais, agregados reciclados provenientes de misturas betuminosas recuperadas para camadas não ligadas de pavimentos, e utilização de materiais reciclados em valas.
- Proposta de documento inerente ao fim de estatuto de resíduo para a fileira dos plásticos;
- Consulta pública sobre “Economia Circular”;
- Manual para a recuperação ambiental, ecológica e paisagística de pedreiras;
- Contributo sobre desmantelamento e descontaminação e navios para “Ship Recycling Regulation”, coordenado a nível nacional pela DGRM;

Acresce ainda referir a participação da DSA no desenvolvimento de outras atividades, nomeadamente:

- Contributo setorial para 14 processos de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos Diretores Municipais.
- Participação em audiências nos Tribunais, relativas a processos de impugnação de contra-ordenações.

Direção de Serviços de Fiscalização (DSF)

Relativamente à implementação do plano de fiscalização de 2015, foram realizadas pelos Técnicos da Direção de Serviços de Fiscalização 75 ações de fiscalização relativas a diferentes depósitos ilegais de veículos em fim de vida e de resíduos, operadores de gestão de resíduos licenciados, à gestão de resíduos perigosos, passivos ambientais e pedreiras, gestão de RCD, lamas de ETAR, loteamentos, Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura 2000, distribuídos por diferentes locais da Região Centro. A meta de superação era de 70 ações de fiscalização, pelo que o objetivo foi superado.

O tempo de resposta dado em 2015 às reclamações no âmbito do ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza, tratadas na Direção de Serviços da Fiscalização foi de 13 dias. A meta de superação era de 30 dias em 90% das reclamações, pelo que o objetivo foi superado.

No resultado alcançado para este objetivo teve influência a tipificação das reclamações, os procedimentos estabelecidos para o seu seguimento, os documentos tipo estabelecidos e o contributo dado pelo administrativo que, para além dos técnicos superiores, deu resposta a um

conjunto importante de reclamações menos complexas. O tempo de resposta está sempre condicionado pela complexidade dos assuntos tratados e pelo número de ações necessárias para a recolha dos elementos de prova, sua análise e conclusão. No entanto, nos processos mais simples e tipificados foram estabelecidas rotinas que permitiram uma resposta célere. O controlo diário dos prazos junto dos técnicos também foi uma ferramenta eficaz para o resultado obtido.

Na sequência das ações de fiscalização efetuadas no âmbito do plano de fiscalização de 2015 e das ações extra plano de fiscalização foram resolvidas 137 situações de incumprimento da legislação ambiental e de ordenamento do território.

O critério de superação estabelecido era a resolução de 70 situações de incumprimento da legislação ambiental e de ordenamento do território, sendo assim superado o presente objetivo.

Relativamente ao número de ações de sensibilização vocacionadas para os municípios nos temas dos resíduos e resíduos de construção e demolição, apesar da Direção de Serviços da Fiscalização ter diligenciado junto das CIM's, Comunidades Intermunicipais da Região Centro, no sentido de serem realizadas ações de sensibilização neste âmbito, apenas uma aderiu à iniciativa.

Assim, apenas foi possível a realização de uma ação na CIM de Viseu Dão Lafões, que teve uma elevada participação dos técnicos dos respetivos municípios. Contudo, pelas razões referidas não foi possível dar cumprimento ao objetivo dado que estava previsto a realização de pelo menos 4 ações.

Em 2015 foram realizadas pela Direção de Serviços da Fiscalização duas sessões técnicas (temáticas) de articulação de procedimentos com as Divisões Sub Regionais da CCDRC.

As sessões técnicas realizadas foram as seguintes com as respetivas agendas:

- “A Lei 114/2015, e uniformização de procedimentos com a fiscalização” realizada em 26/11/2015;
- “Ponto de situação do plano de fiscalização de 2015; Plano de fiscalização de 2016 – Preparação; O Despacho 16426/2002; Análise de reclamações na área do ordenamento do território”, realizada em 18/12/2015.

O critério de superação para este objetivo era a realização de pelo menos duas sessões temáticas tendo sido assim o mesmo superado.

Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira (DSCGAF)

A DSCGAF, enquanto unidade orgânica transversal a toda a organização, desenvolveu um conjunto de tarefas e de ações que ajudaram a CCDRC a responder aos novos desafios que são colocados a uma Administração Pública em mudança mas que se deseja mais eficiente e moderna. **Fazer melhor com menos recursos** foi e continuará a ser o grande lema desta unidade orgânica, contribuindo assim para um melhor desempenho da CCDR no seu trajeto rumo à excelência. A afirmação da CCDRC enquanto entidade de referência regional implica que ela internamente seja mais eficaz e eficiente e que melhores os seus procedimentos de comunicação utilizando para isso de forma mais adequada os sistemas e as tecnologias de informação e comunicação. Este papel aglutinador e decisor de qual a melhor abordagem tecnológica que deve ser seguido foi e será uma das atividades nobres dessa unidade orgânica.

A estratégia para 2015 foi centrada no lema **INOVAR**, significando:

Investir na criação de conhecimento

Normalizar ao serviço dos trabalhadores

Otimizar o uso das tecnologias e sistema de informação

Valorizar as pessoas

Aumentar o *networking* interno

Reforçar o controlo da execução do orçamento

Alinhados com esta estratégia foram definidos cinco objetivos transversais e aglutinadores. Temos assim:

- Fazer melhor com menos recursos financeiros e humanos, promovendo a reengenharia dos processos críticos;
- Fornecer informação a quem necessita e quando ela é útil e estratégica, visando com menos dados ajudar a gerar melhor conhecimento e promovendo a transparência da DSCGAF;
- Colocar as pessoas sempre no centro da decisão e da estratégia;
- Consolidar a DSCGAF como o coração da CCDRC, reduzindo a ineficiência e a burocracia;
- Aplicar as tecnologias e os sistemas de informação, enquanto fatores de modernidade e de mudança para uma e-CCDRC.

Todo o esforço foi feito com as pessoas e para as pessoas, pelo que cada um destes objetivos teve depois uma correspondência direta nos objetivos operacionais das divisões e nos individuais de todos os colaboradores desta Direção de Serviços.

De todas as tarefas efetuadas são de destacar as seguintes atividades:

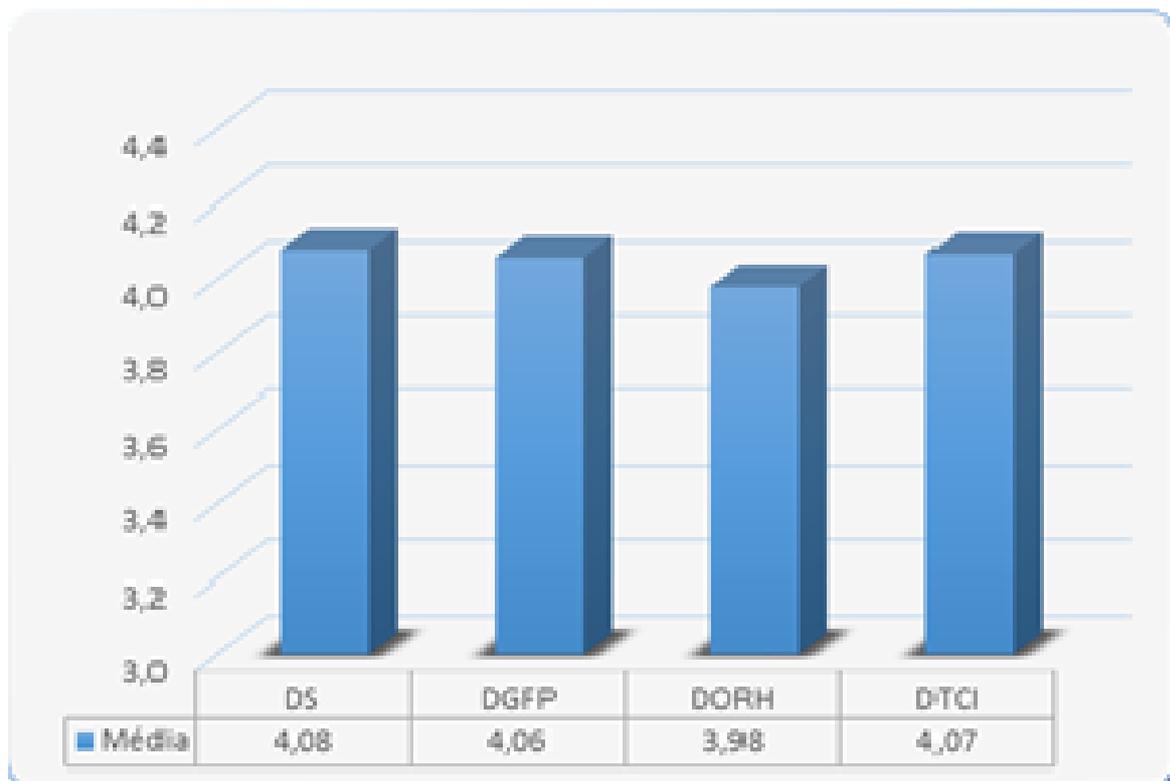
- Execução financeira com um resultado final que apresenta um saldo positivo de 3.570.862,24€.
- As consultas da medicina no trabalho e da auditoria da segurança e higiene no trabalho.
- O reforço da capacidade de armazenamento do *datacenter*.
- A instalação de uma solução de *storage* na sede.
- A colocação em produção dos primeiros módulos do sistema de informação do Centro 2020.
- O novo ambiente de trabalho.
- O pleno funcionamento do conselho de segurança informática, garantindo assim a verificação de todos os requisitos, que um sistema de tecnologia, comunicação e informação tem de cumprir.
- Renovação da frota da CCDRC com a entrada ao serviço de 2 novos carros elétricos.
- As obras de:
 - Arranjos dos espaços exteriores da sede da CCDRC;
 - Impermeabilização do edifício C;
 - Resolução de todos os problemas de humidade e infiltrações em todos os edifícios da sede da CCDRC;

- Reformulação com colocação de lâmpadas LED do sistema de iluminação exterior da sede da CCDRC.
- Ter aproximadamente 60% dos trabalhadores em ações de formação emergindo assim este pilar como estratégico para o sucesso da organização.
- As ações técnicas de formação em tecnologias de informação e aplicações office.
- Pagamento atempado a fornecedores, com um tempo médio de pagamento inferior a 30 dias.
- O apoio às funções da equipa do Fiscal Único.
- Da garantia de ter um sistema tecnológico e de informação com um tempo médio de paragem anual dentro dos valores que as melhores práticas determinam.

Assinalam-se por último os resultados do inquérito interno ao grau de satisfação dos serviços prestados por esta Direção de Serviços. Foram recebidas 147 respostas, o que corresponde a 62% do total de trabalhadores.

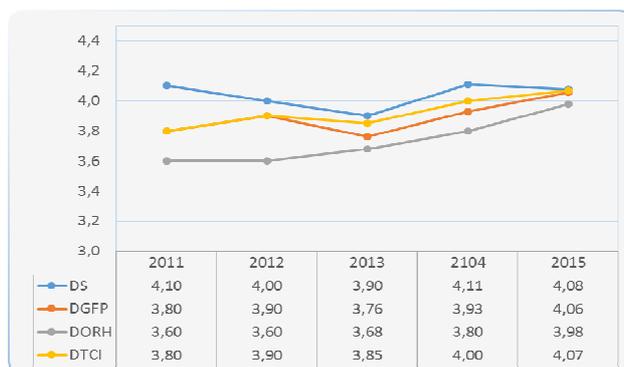
Numa escala de 1 a 5 o valor médio do grau de satisfação dos trabalhadores da CCDRC pelos serviços prestados por cada uma das unidades orgânicas da Direção de Serviço foi o seguinte:

Gráfico 1 – Grau médio de satisfação



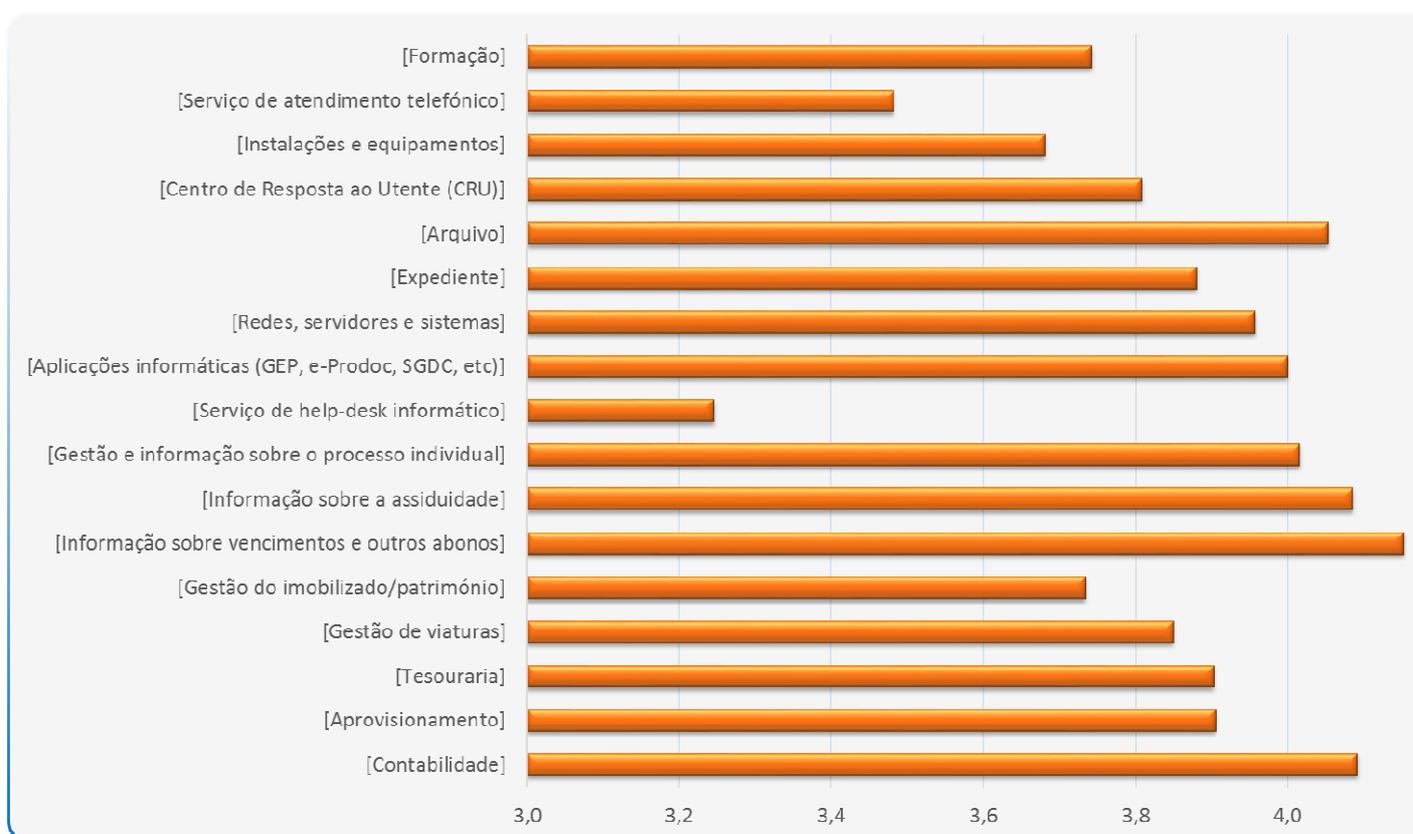
O que se traduz na seguinte evolução:

Gráfico 2 – Evolução do grau médio de satisfação



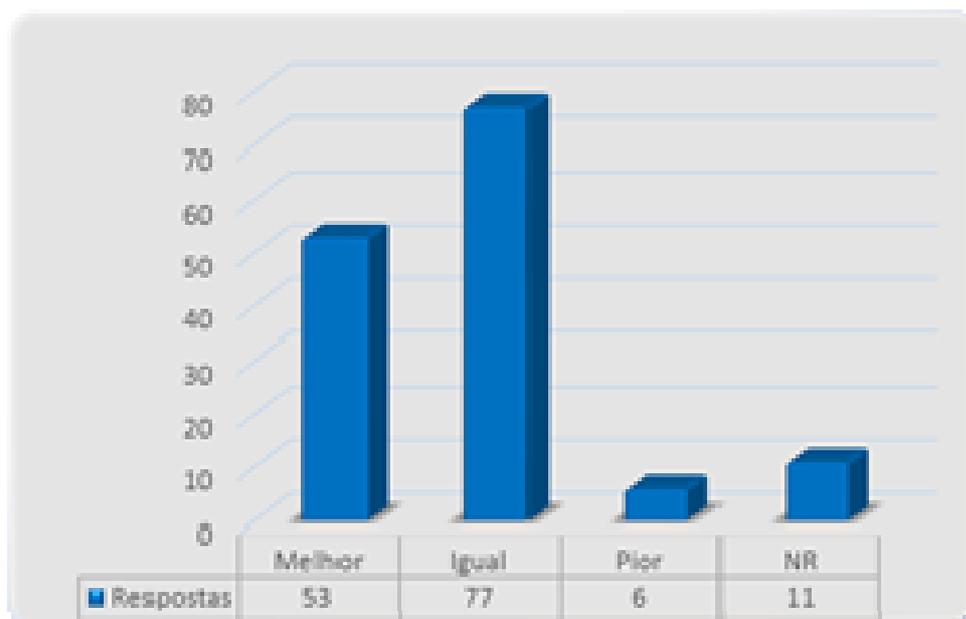
O grau de satisfação dos trabalhadores da CCDRC sobre os diferentes serviços prestados, medido no inquérito anteriormente referido, é o seguinte:

Gráfico3 – Grau médio de satisfação dos diferentes serviços



Quando questionados sobre a evolução do desempenho quando comparado com o ano anterior, as respostas foram as seguintes:

Gráfico 4 – Comparação com o ano de 2014



Pelos resultados apresentados e pelos valores constantes do inquérito, pode concluir-se que o ano de 2015 foi de intenso trabalho atingindo as metas a que a DSCGAF se tinha proposto e que tal é percecionado pelo público-alvo: os trabalhadores da CCDRC.

MAIS CENTRO

Introdução

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) assumiu como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

O Programa Operacional 2007-2013 para a Região Centro de Portugal, também adiante designado por Mais Centro e/ou Programa Operacional (PO) Regional, é um instrumento com aplicação à Região Centro de Portugal, do Quadro de Referência Estratégico Nacional que constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.

O Programa dispõe de uma dotação FEDER de 1,7 mil milhões de euros, a que se associa uma comparticipação nacional de cerca de 0,4 mil milhões de euros, alavancando um investimento total de 2,1 mil milhões de euros nos sete anos de realização do Programa.

O Mais Centro, fazendo parte do QREN e partilhando os mesmos objetivos estratégicos, tem como principal objetivo estabelecer as condições do crescimento socioeconómico através da:

- Qualificação e da valorização do território;
- Qualificação dos recursos humanos;
- Inovação e competitividade das empresas;
- Exploração dos recursos e do património da região;
- Melhoria da qualidade do ambiente;
- Cooperação entre os setores e a construção de infraestruturas de desencravamento, no respeito da complementaridade entre os fundos comunitários.

Deste modo, o Mais Centro contribui para a realização de um dos objetivos essenciais do QREN, um desenvolvimento regional equilibrado no conjunto do território.

O Mais Centro encontra-se, desde dezembro de 2012, estruturado em torno de quatro eixos prioritários: Competitividade, Inovação e Conhecimento (718 milhões de euros FEDER); Valorização do Espaço Regional (210 milhões de euros FEDER); Coesão Local e Urbana (724 milhões de euros FEDER); Assistência Técnica (44,6 milhões de euros FEDER).

Realização Financeira do Mais Centro

No final de 2015, o Mais Centro tinha validado despesa aos beneficiários no montante global de 1.664.842.973,68 euros e tinha efetuado pagamentos no total de 1.646.648.796,04 euros, dos quais 337.830.563,68 euros foram realizados pelos Organismos Intermédios dos Sistemas de Incentivos. À

semelhança dos anos transatos verifica-se que o Eixo Prioritário 3 foi o que mais contribuiu para a execução do PO, em 48,83%.

Tabela11– Programação Financeira, Aprovações, Execução e Pagamentos por EP, a 31/12/2015

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (FEDER) (PR)	Aprovações - FEDER (AP)	Execução - FEDER (EX)	FEDER pago ao Beneficiário (PG)
Eixo Prioritário 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento	718.000.000,00	682.109.707,44	614.037.529,26	653.981.509,41
Eixo Prioritário 2: Valorização do Espaço Regional	210.000.000,00	215.612.050,78	204.995.707,60	190.429.427,56
Eixo Prioritário 3: Coesão Local e Urbana	724.000.000,00	838.356.390,15	812.880.844,62	770.860.667,16
Eixo Prioritário 4: Assistência Técnica	44.633.124,00	40.323.891,83	32.928.892,20	31.377.191,91
Total Programa Operacional	1.696.633.124,00	1.776.402.040,20	1.664.842.973,68	1.646.648.796,04

De salientar a taxa de execução de 93,7% alcançada, que representa um acréscimo de cerca de 11,2 pontos percentuais relativamente ao final de 2014 (82,5%), continuando o Eixo Prioritário 3 a ser o que mais contribui para aquele valor. De referir ainda que o Programa conseguiu, até ao final do ano 2015, que a sua execução correspondesse a 93,72% dos montantes aprovados (taxa de realização), valor que é desde o início do período de programação inferior à taxa de execução, motivado pelo overbooking existente, e que os pagamentos correspondessem a 92,7% das aprovações (taxa de pagamento).

Tabela12 - Indicadores financeiros do Programa, a 31/12/2015

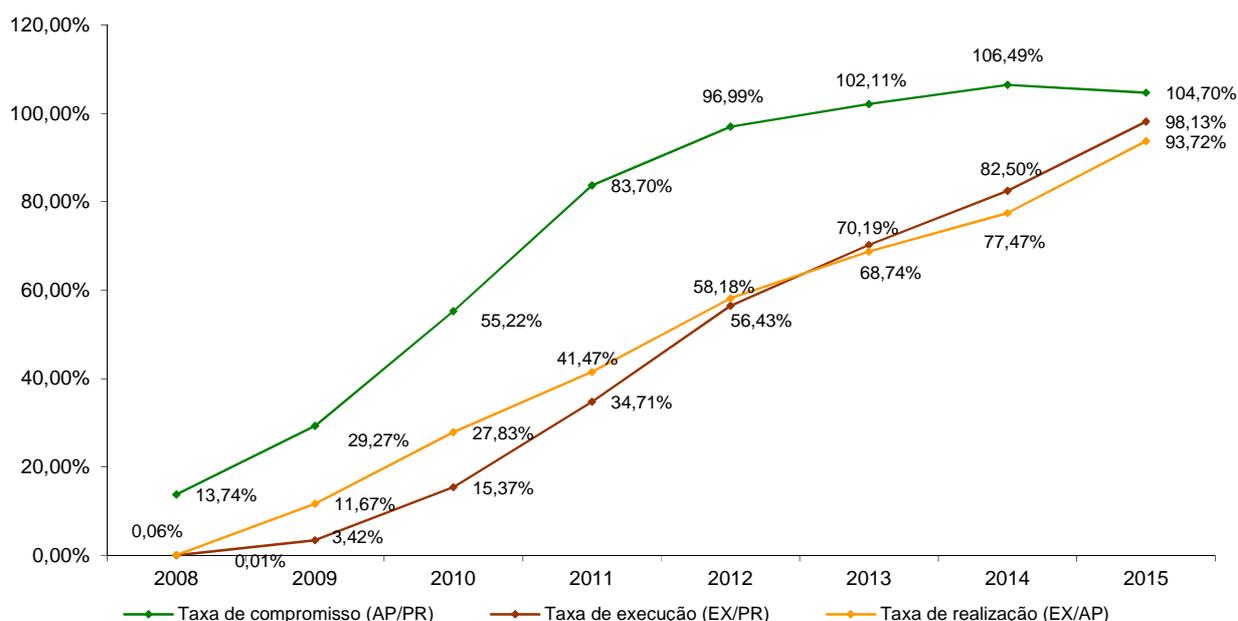
Designação de Eixo Prioritário	Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Eixo Prioritário 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento	95,00%	85,52%	90,02%	95,88%	106,51%
Eixo Prioritário 2: Valorização do Espaço Regional	102,67%	97,62%	95,08%	88,32%	92,89%
Eixo Prioritário 3: Coesão Local e Urbana	115,80%	112,28%	96,96%	91,95%	94,83%
Eixo Prioritário 4: Assistência Técnica	90,35%	73,78%	81,66%	77,81%	95,29%
Total Programa Operacional	104,70%	98,13%	93,72%	92,70%	98,91%

A taxa de compromisso relativa às operações atingiu 104,7%, encontrando-se o Programa em situação de overbooking, considerando a dotação prevista, situação que se verifica nos Eixos 2 e 3. De referir que para estes valores contribuiu a aprovação de candidaturas em regime de aprovação condicionada em overbooking, realizada durante o ano 2014.

No caso do Eixo 3, o fato de ser o eixo com maior procura, em particular nas áreas de reabilitação urbana e educação, e que mais sentiu o impacto do processo de alteração de taxa de cofinanciamento (85%) para as entidades do perímetro de consolidação orçamental, levou a que o valor aprovado seja superior ao programado. O Eixo I é o que revela maiores problemas ao nível da execução, principalmente porque está associado a atores que estão mais dependentes do contexto

económico-financeiro, como é o caso das empresas, e de atores com menor autonomia de decisão nos processos administrativos, como é o caso das entidades do SCTN. No caso dos Sistemas de Incentivos, o valor comprometido não reflete a procura efetiva, pois são sistemas de incentivos que estão sujeitos a um acompanhamento apertado, onde se verificam permanentemente anulações de operações que revelam incapacidade de execução. O Eixo 4 é relativo à Assistência Técnica, evoluindo o seu compromisso e a sua execução anual e uniformemente até ao final do Programa.

Gráfico 5. Evolução da taxa de compromisso, de execução e de realização, até 31/12/2015



Problemas significativos encontrados na implementação do Mais Centro

Os problemas que a Autoridade de Gestão encontrou, em 2015, são em grande medida próximos dos relatados nos exercícios anteriores. No entanto, destacamos seis como mais significativos:

- i) Fraco desempenho em termos de execução das operações aprovadas no âmbito dos sistemas de incentivos e das entidades do SCT;
- ii) Dificuldade no encerramento das operações face às exigências regulamentares associadas;
- iii) Algumas iniciativas ligadas à reprogramação do Programa ocorrida em 2012 não foram efetivadas ou não tiveram a procura esperada;
- iv) Tratamento dos projetos geradores de receitas;
- v) Carga administrativa associada a projetos de natureza imaterial, quer ao nível da aprovação, quer da análise dos pedidos de pagamento;
- vi) Atualização da descrição dos sistemas de gestão e controlo das CIM com a publicação da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Conclusão

No exercício de 2015 foi possível consolidar o ritmo de execução do Programa, o que permitiu atingir uma taxa de execução de 98,13%, (face a 82,5% em 31 de dezembro de 2014). A execução alcançada

permitiu que o Mais Centro a 31/12/2015 tivesse uma das melhores taxa de execução dos Programas FEDER do Continente.

A ano de 2015 caracterizou-se por um esforço constante da Autoridade de Gestão em termos de acompanhamento e monitorização das operações, programas e planos aprovados. Para garantir um encerramento compatível com o arranque do PT2020 e com os prazos previstos pela Comissão Europeia, o foco da Autoridade de Gestão esteve na execução de compromissos já assumidos e em execução e na descativação de compromissos sem capacidade de execução.

Este acompanhamento das operações permitiu que, em dezembro de 2015, fosse possível desbloquear cerca de 32 M€ e proceder ao pagamento até ao limite de 95% da comparticipação validada, em 81 operações que tinham sido aprovadas em regime de overbooking condicionado. Durante o ano 2016 a preocupação centrar-se-á nas verificações tendentes à conclusão das operações.

CENTRO 2020

O CENTRO 2020, o Programa Operacional (PO) Regional do Centro para aplicação dos fundos europeus no Centro de Portugal, no período 2014 a 2020, foi formalmente aprovado pela Comissão Europeia em dezembro de 2014 e está integrado no PORTUGAL 2020 e em sintonia com a EUROPA 2020.

Objetivos

Com a aplicação dos fundos europeus inscritos no CENTRO 2020, a região ambiciona tornar-se Innovation Follower, representar 20% do PIB Nacional e convergir para os níveis de produtividade nacional, diminuir em 10% as assimetrias territoriais, ter 40% da população jovem com formação superior e ter uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional.

A Região Centro terá, assim, como prioridades, até 2020, sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, promover um tecido económico industrializado, competitivo e exportador, captar e reter talento qualificado e inovador, reforçar a coesão territorial, estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional.

Eixos prioritários

O CENTRO 2020 encontra-se estruturado em torno de 9 eixos prioritários.

Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)

O eixo 1 tem como principal objetivo reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, através do investimento prioritário no fomento das infraestruturas e das capacidades de Investigação e Inovação (I&I), na promoção de centros de competência, na promoção do investimento das empresas em I&I e o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior.

Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)

O eixo 2 tem como objetivos o reforço da competitividade das PME, através do investimento prioritário na promoção do espírito empresarial, no desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para Pequenas e Médias Empresas (PME), no apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, capacitando as PME para processos de crescimento e inovação.

Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)

O eixo 3 tem como objetivos investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida, através do desenvolvimento das infraestruturas de ensino (nos seus diferentes níveis) e formação, na prevenção e na redução do abandono escolar precoce, no fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário, na melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior e na melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida.

Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)

O eixo 4 pretende promover o emprego (incluindo a colocação de recursos altamente qualificados nas empresas), apoiar a mobilidade laboral, apoiar o emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, promover a adaptação dos trabalhadores e dos empresários a novos processos e abordagens, desenvolver o potencial endógeno regional e fomentar a coesão territorial.

Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)

O eixo 5 pretende promover a inclusão social, a coesão territorial e combater a pobreza, procurando fomentar a inclusão ativa, impulsionar a economia social e as empresas sociais, apoiar estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais e investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento regional e local, a redução das desigualdades no acesso a cuidados de saúde e serviços sociais.

Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)

O eixo 6 tem como principais objetivos apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores, proteger o ambiente e promover a eficiência no uso dos recursos, dando prioridade à promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas, nas infraestruturas públicas e no setor da habitação, à promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios e à melhoria da qualidade do ambiente urbano.

Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)

Neste eixo incluem-se as iniciativas relativas à conservação e valorização do património (natural e cultural; os sítios protegidos e o vasto património arquitetónico, nomeadamente o reconhecido como Património Mundial pela UNESCO). Incluem-se ainda as intervenções de apoio à reabilitação urbana dos centros de nível inferior do sistema urbano regional.

Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)

O enfoque deste eixo está no reforço da capacitação institucional e interinstitucional, com a modernização da administração pública (local e regionalmente desconcentrada) e com o incentivo ao uso das TIC na ligação entre os cidadãos e a administração pública.

Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES)

A intervenção de requalificação urbana dos centros de nível superior do sistema urbano da região é uma das prioridades de intervenção que se pretende apoiar neste eixo. Serão também apoiadas iniciativas referentes à promoção da mobilidade sustentável, bem como as intervenções de promoção da coesão social de áreas urbanas degradadas.

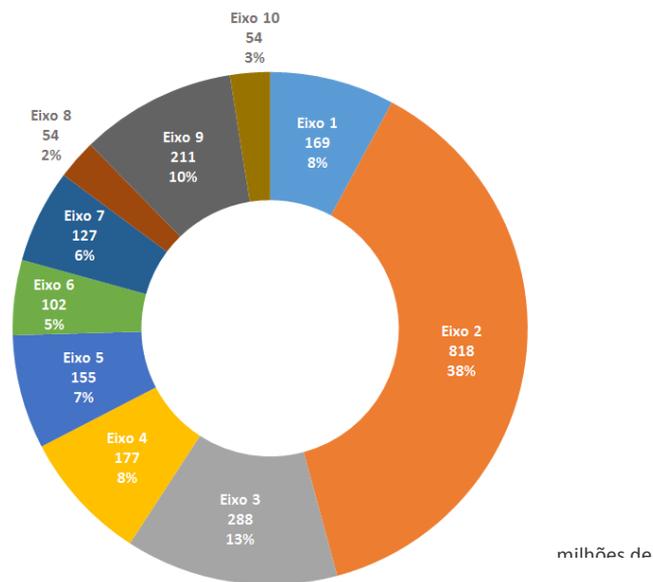
Eixo 10: Assistência Técnica

Este eixo destina-se a financiar as ações de preparação, gestão, acompanhamento da execução, controlo, avaliação, informação, divulgação e publicitação do PO e atividades de reforço da capacidade administrativa das entidades relevantes para a boa execução dos fundos.

Dotação financeira

O CENTRO 2020 tem uma dotação de 2,155 mil milhões de euros, dos quais 1,751 mil milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 404 milhões de euros do Fundo Social Europeu (FSE).

Gráfico 6-Dotação financeira por Eixo Prioritário



Realização do CENTRO 2020

Durante o exercício de 2015 foram publicados os regulamentos específicos e submetidos à apreciação do Comité de Acompanhamento os critérios de seleção a aplicar às candidaturas.

O ano de 2015 foi o de arranque efetivo do Centro 2020, com o início da publicação de avisos de abertura de concurso e aprovação de candidaturas, tendo sido prioritário o domínio temático da Competitividade e Internacionalização, em particular os apoios às empresas por via dos sistemas de incentivos, conforme mostra o quadro seguinte.

Tabela13- Avisos abertos e dotação por eixo

Eixo Prioritário	N.º avisos	Dotação (€)
1 - Investigação, desenvolvimento e inovação (IDEIAS)	18	49.300.000
2 - Competitividade e internacionalização da economia regional (COMPETIR)	19	212.200.000
3 - Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)	0	0
4 - Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR E CONVERGIR)	13	7.000.000
5 - Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	2	43.000.000
6 - Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)	1	1.240.000
7 - Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)	0	0
8 - Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	1	6.000.000
9 - Reforçar a rede urbana (CIDADES)	0	0
10 - Assistência Técnica	1	7.000.000
EIDT (Pactos para Desenvolvimento e Coesão Territorial - CIM)	1	211.000.000
EIDT (Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano)	1	283.000.000
Total PO	57	819.740.000

No final de 2015, estavam aprovadas 936 operações, nos eixos prioritários 1, 2 e 6, que totalizam 234,9 M€ de investimento elegível e 137,9 M€ de FEDER, conforme mostra o quadro abaixo. Destes montantes, 234,2 M€ (investimento elegível) e 137,4 M€ (FEDER) correspondem a 929 operações aprovadas pela Autoridade de Gestão nos Sistemas de Incentivos.

Tabela14- Operações aprovadas

Eixo	Designação do Eixo Prioritário	Fundo	Programado (apoio da união) € (1)	% Programado	N.º operações aprovadas	Fundo aprovado € (2)	Taxa de compromisso (3) = (2)/(1)
1	Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)	FEDER	168.747.871,00	8%	47	5.152.387,35	3%
2	Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)	FEDER	818.241.755,00	38%	882	132.211.865,30	16%
3	Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)	FEDER	95.369.750,00	4%			
		FSE	192.579.297,00	9%			
4	Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e	FEDER	58.862.331,00	3%			
		FSE	117.897.598,00	5%			
5	Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	FEDER	87.137.669,00	4%			
		FSE	68.307.447,00	3%			
6	Afirmar sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)	FEDER	102.377.467,00	5%	7	623.671,41	1%
7	Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)	FEDER	126.752.900,00	6%			
8	Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	FEDER	28.784.236,00	1%			
		FSE	24.732.710,00	1%			
9	Reforçar a rede urbana (CIDADES)	FEDER	211.000.000,00	10%			
10	Assistência Técnica	FEDER	54.240.000,00	3%			
Total		FEDER	1.751.513.979,00	81%	936	137.987.924,06	8%
Total		FSE	403.517.052,00	19%	0	0,00	0%
Total do PO			2.155.031.031,00	100%	936	137.987.924,06	6%

O Eixo prioritário 1, com 47 operações aprovadas na área da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, tem 3,1% da sua dotação comprometida (5,2 M€ de FEDER aprovados face aos 168,7 M€ de dotação).

No Eixo prioritário 2 foram aprovadas 882 operações nos Sistemas de Incentivos à Inovação, Qualificação e Internacionalização e Instrumentos Financeiros (IF), num total de 226,4 M€ de investimento elegível, que permitiram comprometer 16,16% da dotação do eixo (132,2 M€ de FEDER aprovado relativamente aos 818,2 M€ de dotação). Este eixo contribuiu com 95,81% para o fundo aprovado no PO.

De referir 2 candidaturas aprovadas neste eixo, promovidas pela Instituição Financeira de Desenvolvimento relativas a IF, num total de 88,6 M€ de investimento elegível e 50 M€ de FEDER (30 M€ no Fundo de Capital & Quase-Capital e 20 M€ no Fundo de Dívida & Garantias), que permitem o acesso das PME a financiamento por capitais alheios, de forma competitiva e sujeita a uma análise de risco apropriada.

O Eixo prioritário 6 inclui 7 operações aprovadas com um investimento elegível de 733,7 mil € e 623,7 mil € de FEDER, respeitantes a Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável.

Apesar de não se registarem aprovações de candidaturas FSE no PO, importa referir que existem intervenções na Região Centro cujo financiamento tem origem nos PO Temático Capital Humano (CH) e Inclusão Social e Emprego (ISE). Até 31/12/2015 foram aprovados na Região 190 M€ de FSE destinados a ações de formação, envolvendo cerca de 48 mil participantes, no âmbito do PO CH. No âmbito do PO ISE, o montante de FSE já mobilizado na Região é de 48 M€ destinados a ações da Iniciativa Emprego Jovem (74% no financiamento de estágios e 26% em apoios à contratação).

A 31/12/2015 o Centro 2020 não apresentava ainda execução.

No que se refere às abordagens territoriais foram comprometidos:

- 315,6 M€ relativos às Intervenções Territoriais Integradas (ITI), resultado do processo de negociação com as Comunidades Intermunicipais (CIM) que terminou com a assinatura, a 31/08/2015, dos respetivos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT);

Valores em €

CIM	CENTRO		POISE	PDR	SEUR	TOTAL
	FEDER	FSE	FSE	FEADER	FC	
Beira Baixa	10.068.750,00	6.726.620,00	3.323.000,00	413.950,00	255.000,00	20.787.320,00
Beiras e Serra da Estrela	33.369.500,00	9.000.000,00		1.429.700,00	800.000,00	44.599.200,00
Médio Tejo	29.107.637,90	13.432.397,30	3.900.502,20	1.473.900,00	637.500,00	48.551.937,40
Oeste	43.269.008,00	11.633.137,50	3.597.294,50	0	425.000,00	58.924.440,00
Região de Aveiro	22.451.725,00	12.075.000,00		13.588.014,00	678.725,00	48.793.464,00
Região de Coimbra	30.537.799,40	19.140.962,10	1.720.505,40	802.910,00	352.750,00	52.554.926,90
Região de Leiria	31.556.805,00	6.920.000,00		567.800,00	1.382.500,00	40.427.105,00
Viseu Dão-Lafões	22.141.593,30	14.131.848,20	2.224.577,80	805.303,00	310.000,00	39.613.322,30
Total	222.502.818,60	93.059.965,10	14.765.879,90	19.081.577,00	4.841.475,00	354.251.715,60

- 43 M€ afetos às Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), no âmbito dos Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), cujos contratos foram assinados em 27/01/2016 (rurais) e 15/02/2016 (costeiros); e

Valores em €

	Nº DLBC	PDR 2020	MAR 2020	CENTRO 2020		Total
		FEADER	FEAMP	FSE	FEDER	
DLBC Rurais	24	51.637.921	0	21.851.531	15.522.731	89.012.183
DLBC Costeiros	5	0	8.909.631	3.155.701	2.482.463	14.547.795
Total	29	51.637.921	8.909.631	25.007.232	18.005.195	103.559.979

- 10 M€ no convite para apresentação de Programas de Ação aos PROVERE em processo de reconhecimento na região: Rede das Aldeias do Xisto, Aldeias Históricas – Valorização do Património Judaico, Valorização das Estâncias Termais da Região Centro, Buy Nature – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas e Beira Baixa – Terras de Excelência.

Resultados alcançados

No que se refere aos indicadores de execução destacamos os apoios concedidos às empresas, com contratos celebrados, designadamente:

- No domínio da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) o apoio a 46 empresas individuais ou em copromoção e de inovação produtiva (empresas não PME);
- A dinamização do empreendedorismo concretizou-se através do apoio a 199 novas empresas com a possibilidade de criação de 168 novos postos de trabalho;
- O reforço da competitividade das empresas através do apoio à internacionalização (162 empresas), à qualificação e à inovação produtiva das PME (407 empresas) permitirá a criação de 829 empregos e um investimento induzido privado de 103 M€;
- Se contabilizarmos, também, os apoios concedidos através de Vales de I&DT e de Internacionalização, nos Eixos 1 e 2 atingiu-se um total de 755 empresas envolvidas em contratos já celebrados.

Relativamente aos indicadores de resultado FEDER, verifica-se uma melhoria em praticamente todos aqueles em que foi possível ter informação mais recente, mais concretamente os que pretendem medir os resultados de investimentos em investigação e desenvolvimento ("despesa das empresas em Investigação e Desenvolvimento no Valor Acrescentado Bruto"), no aumento da capacidade exportadora ("valor das exportações no volume de negócios das PME"), na atividade turística ("dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros") ou ainda na capacitação institucional das entidades regionais ("indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos").

Síntese dos principais problemas identificados e das medidas adotadas

Entre as principais condicionantes ao arranque efetivo do Programa poderão ser colocadas as seguintes:

- O longo processo de negociação e a aprovação do PO concluiu-se apenas em dezembro de 2014;
- A transposição das tipologias e elegibilidades dos vários PO para o mesmo Regulamento Específico foi um processo complexo;

- A existência de um único ponto de entrada para os beneficiários implicou um esforço na interoperabilidade entre sistemas de informação;
- O facto de o PO ser plurifundos (FEDER e FSE), obriga a um esforço de adaptação dos procedimentos, formulários e dos sistemas de informação;
- O processo de designação da AG, com a inerente construção da descrição do sistema de gestão e controlo revelou-se muito complexo dado o elevado número de entidades envolvidas;
- O exercício de mapeamento, isto é, o estabelecimento de prioridades nos investimentos nos equipamentos e infraestruturas acordados com a CE, é um processo moroso, dado o elevado número de envolvidos;
- Dificuldade na definição de um quadro regulatório no domínio da sustentabilidade e uso eficiente dos recursos, em particular na eficiência energética;
- Processo longo de implementação dos instrumentos financeiros, em particular no que concerne à avaliação ex-ante e aprovação da estratégia;
- Dificuldade dos beneficiários em apreender as novas regras;
- O atraso significativo no desenvolvimento do sistema de informação para as candidaturas do FSE;
- A implementação de uma metodologia baseada na aprovação de planos estratégicos (e.g. Política de Cidades) exige longos períodos de negociação, sendo que só é possível abrir avisos de concurso para as candidaturas após a aprovação das estratégias.

A AG adotou como principal medida de gestão uma estreita interação com os outros PO e com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, através da implementação de uma rede colaborativa. O novo quadro regulatório, cuja complexidade se fez sentir no arranque do programa, criou a necessidade de aumentar a partilha de informação e de tarefas, permitindo encurtar prazos e melhorar a capacidade de resposta. A Autoridade de Gestão procurou estar sempre próxima do beneficiário com a criação de uma estrutura dedicada: Gabinete de apoio ao Promotor. Até 31/12/2015 realizaram-se 133 reuniões com promotores, 81 sessões de divulgação, e responderam-se a 1.679 questões colocadas através de correio eletrónico e 838 por via telefónica.

Conclusão

No exercício de 2015 foi possível o arranque efetivo do Centro 2020, com a publicação dos regulamentos específicos, a abertura de avisos de concurso e a aprovação de candidaturas, com prioridade para o domínio temático da Competitividade e Internacionalização.

Durante este ano a AG aprovou 936 operações (929 nos Sistemas de incentivos), num total de 137,9 M€ de FEDER. Foram ainda comprometidos montantes relativos às abordagens territoriais, nomeadamente as ITI no montante de 315,6 M€, com as EDL no montante de 43 M€ e as com estratégias dos PROVERE no montante de 10 M€.

O ano 2016 será de intensificação da abertura de avisos de concurso, contemplando outras prioridades de investimento para além dos Sistemas de Incentivos e fundo FEDER e de aprovação de candidaturas. O próximo período terá também como enfoque a execução das operações já aprovadas e a consolidação dos vários sistemas de informação de suporte ao CENTRO 2020.

IV – COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Divulgar e promover as atividades da CCDRC e do Centro 2020, de forma a aumentar a sua notoriedade junto da comunicação social e da população da Região Centro, foi o principal objetivo da Assessoria de Comunicação da Presidência da CCDRC em 2015.

A estratégia de comunicação da CCDRC concretizou-se na disponibilização de serviços, produtos e eventos que evidenciem a importância do trabalho da CCDRC e do Centro 2020 para a afirmação do Centro de Portugal. Toda comunicação foi desenvolvida, ao longo do ano de 2015, de acordo com os objetivos previstos no Plano de Atividades, apresentando indicadores bastante positivos em termos de execução (ver tabela 9).

A comunicação com os media é uma condição essencial para evidenciar a visibilidade do trabalho feito na CCDRC. Ao longo do ano de 2015, foi dada continuidade à implementação de uma estratégia coerente e contínua, sustentada por contactos regulares com os órgãos de comunicação social, de forma a criar um relacionamento sólido e de confiança. Em 2015, foram publicadas 3.332 notícias sobre a CCDRC, ultrapassando largamente o objetivo definido para 2015 de 2.000 notícias positivas.

Tabela 15 – Assessoria de Comunicação da Presidência: metas vs resultados

	Objetivos	Ações de Comunicação	Indicadores de Desempenho	Meta	Resultados
AC da Presidência	Divulgar e promover as atividades da CCDRC e do Mais Centro, de forma a aumentar a sua notoriedade junto da comunicação social e da população da Região Centro	Assessoria de imprensa	N.º de comunicados de imprensa	25	35
			N.º de notícias publicadas	2000	3332
			N.º de esclarecimentos feitos à comunicação social	70	136
		Gestão do site da CCDRC	N.º de atualizações de conteúdos	200	303
			N.º de acessos ao site	250.000	288.424
		Gestão das redes sociais da CCDRC	N.º de atualizações facebook	200	325
			N.º de novos amigos no facebook	1.000	1063
		Gestão do site do Centro 2020	N.º de atualizações de conteúdo	200	294
			N.º de acessos ao site	100.000	79.636
		Gestão das redes sociais do Centro 2020	N.º de atualizações facebook	100	271
			N.º de novos amigos no facebook	1000	3375
		Organização de eventos	N.º de eventos	25	42
		Produção de produtos promocionais	N.º de produtos	5	10
		Produção de publicações	N.º de Publicações	5	3
		Promover a comunicação interna	Dinamizar a intranet	N.º de atualizações de conteúdos	100

Além das habituais formas de comunicação da CCDRC (comunicados de imprensa, site, redes sociais, linha de atendimento, seminários, etc.) é de destacar as seguintes ações de comunicação em 2015:

Gala das Empresas Gazela 2014

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) promoveu, no dia 28 de janeiro, no Hotel Areias do Seixo, em Torres Vedras, a Gala Empresas Gazela 2014.

Esta Gala, que contou com a participação do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro, pretendeu reconhecer o excelente desempenho das empresas gazela, dada a importância que assumem na criação de emprego e de riqueza, sendo decisivas para a promoção do desenvolvimento regional.



Evento de lançamento do Portugal 2020 na Região Centro

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro promoveu, no dia 20 de fevereiro, em Viseu, a Cerimónia de Lançamento do Portugal 2020 na Região Centro, onde foram apresentados os vários programas operacionais dos Fundos Europeus para 2014 – 2020: Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020), Programa Operacional do Capital Humano, Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego e Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos.

O evento, que teve 1200 participantes, contou com a presença do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, do Ministro da Economia, do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, da Secretária de Estado da Ciência, do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza e do Secretário de Estado do Emprego.



Sessões de Divulgação do Programa Centro 2020

CENTRO 2020

Sessões de divulgação

em Março

4	CIM Baixa Baixa Caldas das Taipas, Castelo Branco	11	CIM Oeste Caldas da Rainha
5	CIM Vila Verde-Latões Autarquia Municipal de Tondela	13	CIM Baixa e Sertão da Estrela Autarquia da Paróquia de Sertão
6	CIM Médio Tejo Autarquia do Instituto Politécnico de Bragança	17	CIM Região de Aveiro Parque de Fátima e Exposições de Aveiro
10	CIM Região de Leiria Parque de Leiria e Vila Verde de Leiria	18	CIM Região de Coimbra Cidade de Coimbra

CENTRO 2020

A Comissão Diretiva do Centro 2020 e as Comunidades Intermunicipais (CIM) promoveram, durante o mês de março de 2015, várias sessões de divulgação sobre o Centro 2020. Estas sessões tiveram como principal objetivo apresentar o programa Centro 2020, fazendo uma divulgação o mais abrangente possível, de modo a sensibilizar o maior número de pessoas para as oportunidades de financiamento criadas no âmbito do Centro 2020. Castelo Branco, Tondela, Tomar, Leiria, Caldas da Rainha, Covilhã, Aveiro e Coimbra foram as cidades que acolheram estas sessões, que contabilizaram, no total das oito sessões, 3.000 participantes. Estas sessões tiveram uma ampla divulgação mediática, tendo sido publicadas 70 notícias.



Formação Centro 2020 para Jornalistas da Agência Lusa

Com o objetivo de apresentar o Programa Centro 2020, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional promoveu, no dia 8 de maio de 2015, uma ação de formação para os jornalistas da Agência Lusa.



Campanha dia da Europa



No âmbito das Comemorações do dia da Europa, foi publicado um anúncio institucional do Dia da Europa com a ligação ao Centro 2020, em vários jornais e rádios regionais da Região Centro: em seis jornais regionais (Diário de Aveiro, Diário de Coimbra, Diário As Beiras, o Mirante, jornal do Fundão e Campeão das Províncias), numa Rádio Regional, a Rádio Regional do Centro, em dois jornais nacionais: diário Económico e Suplemento País Positivo (Jornal Sol).

Concurso Regional de ideias de negócio nas escolas

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) promoveu no dia 26 de junho, o “Concurso Regional de Ideias de Negócio ’15 nas escolas”. Este concurso elegeu o “Aluno Empreendedor 2015” entre os representantes das Comunidades Intermunicipais (CIM) da Região Centro. O objetivo é sensibilizar e motivar os jovens para a inovação e o empreendedorismo, promovendo a iniciativa e o dinamismo nas comunidades onde se inserem. Os prémios foram entregues pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida.

Durante o ano letivo 2014/2015, várias escolas básicas, secundárias e profissionais, impulsionadas pelo Programa Mais Centro, promoveram ações de sensibilização para o empreendedorismo, junto da população escolar, com o acompanhamento dos respetivos professores. As ações ao nível de escola culminaram na realização de concursos municipais de ideias de negócio e posteriormente nos concursos intermunicipais, com a forte colaboração das CIM.



Assinatura do Protocolo de Cooperação na área da saúde com entidades alemãs na 11ª Conferência Federal da Economia da Saúde

A Região Centro assinou, no dia 15 de julho, um protocolo de cooperação na área da saúde com o Biocon Valley, um ecossistema de saúde alemão que envolve 160 parceiros, localizado nas cidades de Rostock e de Greifswald, do estado de Mecklenburg-Vorpommern. Este acordo de cooperação, que foi assinado na 11ª Conferência Federal da Economia da Saúde, que decorreu entre 15 e 16 de julho, na cidade de Rostock, tem como principal objetivo estimular a cooperação nas áreas da saúde, bem-estar e envelhecimento ativo, facilitando a comunicação entre regiões que apresentam algumas características comuns.

Sendo Portugal o País escolhido como parceiro da 11ª Conferência Federal da Economia da Saúde, o programa da conferência incluiu uma sessão de apresentação da Região Centro, onde foram apresentadas as suas potencialidades na área da Saúde. Esta sessão contou com a participação do Ministro da Saúde, Paulo Macedo, e do Embaixador de Portugal em Berlim, Luís de Almeida Sampaio.



Cerimónia de assinatura dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro organizou, no dia 31 de Agosto, em Coimbra, a cerimónia de assinatura dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial com as Comunidades Intermunicipais (CIM) da Região Centro. Esta sessão contou com a presença do Ministro Adjunto do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, e do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida.

A assinatura dos Pactos formalizou a entrega de um envelope financeiro às CIM, o que lhes permitirá concretizar a estratégia de desenvolvimento territorial que definiram e garantir uma maior autonomia na gestão dos seus projetos.



Evento Local Open days 2015: "Os Avós do Museu



A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro organizou, dia 29 de Setembro, em conjunto com o Consórcio Ageing@Coimbra e com o Museu Nacional Machado Castro, a iniciativa "Os Avós do Museu".

"Os Avós do Museu" é uma iniciativa que quer fazer a ponte entre gerações, reunindo avós e netos, numa visita guiada ao Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC), promovendo o envelhecimento ativo, bem como um espaço de aprendizagem pela partilha de afetos, sensações e vivências num contexto de diálogo intergeracional. Enquadra-se nas comemorações do Dia Internacional do Idoso, no âmbito do "Evento Local OPEN DAYS 2015" e na missão do Ageing@Coimbra, um consórcio interinstitucional e interdisciplinar que visa a valorização do papel do idoso na sociedade e fomenta a aplicação de boas práticas em prol do seu bem-estar geral. Os "OPEN DAYS na minha região" pretendem trazer para dentro de cada região um pouco da Europa de todos. No caso da Região Centro, um conjunto de avós e netos partilharam momentos especiais no emblemático Museu Nacional Machado Castro.

Participação do Centro de Portugal nos OPEN DAYS 2015

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro garantiu, pelo oitavo ano consecutivo, a participação da região Centro de Portugal nos Open Days. Este evento, que é o maior evento anual no calendário das cidades e regiões europeias, organizado pelo Comité das Regiões e pela Comissão Europeia em cooperação com o Parlamento Europeu, a Presidência da União Europeia e cerca de 200 regiões e cidades de mais de três dezenas de países, decorreu de 12 a 15 de outubro, em Bruxelas.

A participação do Centro de Portugal nos Open Days 2015 centrou-se na temática do envelhecimento ativo e saudável, área em que o Centro foi reconhecido, em 2013, pela Comissão Europeia, como “Região Europeia de Referência”, por demonstrar evidências claras de boas práticas, com incorporação de conhecimento e inovação, não só ao nível da investigação científica produzida, mas também assegurando a qualidade na prevenção, nos cuidados de saúde, e no empreendedorismo.



Roteiro da Ciência

O Comissário Europeu Carlos Moedas visitou Coimbra e Cantanhede a 5 e 6 de novembro. Nesta agenda dedicada à investigação, ciência e inovação, o Comissário inaugurou a aceleradora de empresas TecBIS do Instituto Pedro Nunes e um edifício do Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção (ITeCons). Visitou a Universidade de Coimbra, centros de investigação e empresas.



Centro Brokerage Event

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) promoveu no dia 19 de novembro, em Coimbra, o primeiro *Centro Brokerage Event*, um evento que tem como objetivo potenciar as condições de captação de investimento qualificado para o Centro de Portugal.

O *Centro Brokerage Event* proporcionou encontros bilaterais entre as entidades que pretendem investir na região e os parceiros que podem apoiar esses projetos através das suas competências. Esta iniciativa visou também informar sobre as fontes de financiamento disponíveis, uma vez que contará com a presença dos vários Programas Operacionais Temáticos (Competitividade e Internacionalização, Sustentabilidade e Eficiência no uso dos recursos, Inclusão social e emprego, Capital humano), da unidade de missão Inovação Social e do Programa Centro 2020.



Materiais informativos e promocionais CENTRO 2020:

Com o objetivo de dar a conhecer de forma sucinta e apelativa o programa Centro 2020, foi produzido uma brochura e um flyer. O conhecimento da marca Centro 2020 pelos beneficiários, *media* e público em geral é essencial para a criação de notoriedade pública. Neste contexto, foram também produzidos diversos materiais promocionais (cadernos de notas, pastas de mão, chapéus de chuva, pens, esferográficas e sacos), que direcionam os cidadãos para o site e redes sociais do Centro 2020, onde estão disponíveis todas a informações sobre o desenvolvimento do Programa.



V – GABINETE DE AUDITORIA INTERNA E QUALIDADE

Foi verificada a monitorização do Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, empreendida pelas respetivas UO da CCDRC.

A monitorização regular e sistemática do Objetivo transversal do QUAR, tempos de resposta a solicitações externas foi efetuada, encontrando-se os resultados no presente relatório, tendo-se uniformizado os procedimentos ao nível das UO DSR's.

VI – RECURSOS HUMANOS

A CCDRC é um organismo da Administração Central do Estado com atuação direta na Região Centro (NUTS II).

A estrutura orgânica da CCDRC comporta seis Direções de Serviço localizadas em Coimbra e cinco Divisões Sub-Regionais que estão localizadas em Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu.

A CCDRC enquanto entidade regional com competência para a Gestão dos Programas Operacionais Regionais, comporta também um Secretariado Técnico de suporte ao Programa Operacional Regional – Centro 2020.

A CCDRC, que de acordo com o Sistema Integrado de Organização do Estado (SIOE) carregado por estes serviços, bem como do Balanço Social, à data de 31 de Dezembro de 2015, tem no seu mapa de pessoal 237 trabalhadores, assim distribuídos, por género:

Tabela 16 – Distribuição dos recursos humanos, por género

Número Total de Trabalhadores por género	
Homens	100
Mulheres	137
Total	237

A tendência no decréscimo dos trabalhadores do sexo masculino, que se tem vindo a verificar ao longo dos últimos anos, continua a acentuar-se, passando de 44% para 42% no ano de 2015. Em sentido contrário temos a percentagem de mulheres, que este ano é de 57%.

A tabela seguinte reflete a distribuição dos trabalhadores, independentemente do vínculo, por Unidade Orgânica.

Tabela 17 – Distribuição dos recursos humanos por unidade orgânica

Número total de trabalhadores por Unidade Orgânica	
Direção de Serviços de Ambiente	22
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	16
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	46
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	15
Direção de Serviços de Fiscalização	8
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	23
Divisões Sub-Regionais	38
Presidência	9
Centro 2020	60
Total	237

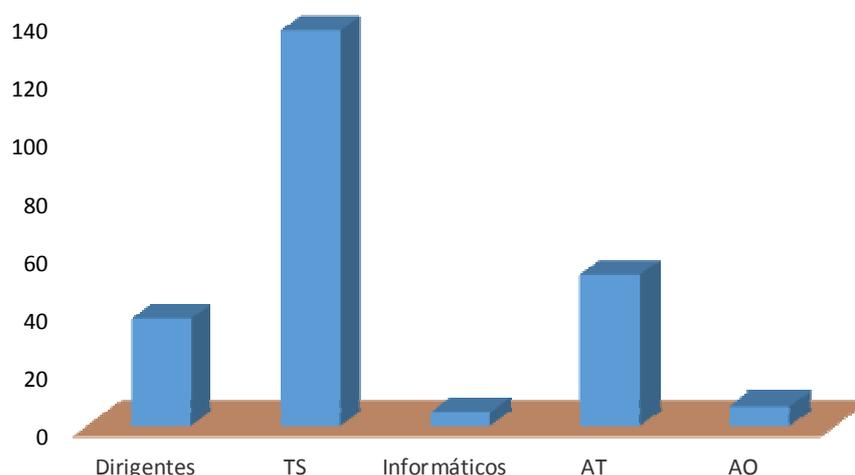
O universo dos trabalhadores da CCDRC, está agrupado segundo a sua carreira e/ou categoria de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 18 – Distribuição dos recursos humanos, por carreira

Número Total de Trabalhadores por carreira	
Dirigentes	37
Técnicos Superiores	136
Assistentes Técnicos	52
Assistentes Operacionais	7
Pessoal de Informática	5
Total	237

O índice de tecnicidade (número de técnicos superiores X 100/total dos trabalhadores) é assim de 57%. O universo dos recursos humanos da CCDRC apresenta um elevado nível de especialização abrangendo um vasto número de valências académicas, com maior representatividade nas habilitações académicas da área da engenharia civil, economia, geografia e direito.

Gráfico 7. Distribuição dos trabalhadores por carreira



A análise de alguma das características do universo dos trabalhadores é apresentada anualmente no Balanço Social. Este instrumento permite avaliar a dinâmica dos recursos humanos (entradas/saídas), analisar alguns dos seus comportamentos, nomeadamente no que diz respeito ao absentismo, à estrutura etária da organização ou ainda quanto às habilitações académicas dos trabalhadores.

Tabela 19 – Número de trabalhadores por habilitação académica

Habilitações literárias	Nº trabalhadores
Doutoramento	2
Mestrado	22
Licenciatura	149
Bacharelato	3
12º ano	18
11º ano	13
9ºano	20
6ºano	7
4ªclasse	3
	237

O ano de 2015, foi diferente dos últimos anos quanto ao motivo de saídas e entradas. As alterações ao Estatuto da Aposentação, e conseqüentemente, o agravamento nas penalizações das aposentações antecipadas, refletiu-se no menor número de saídas por aposentação.

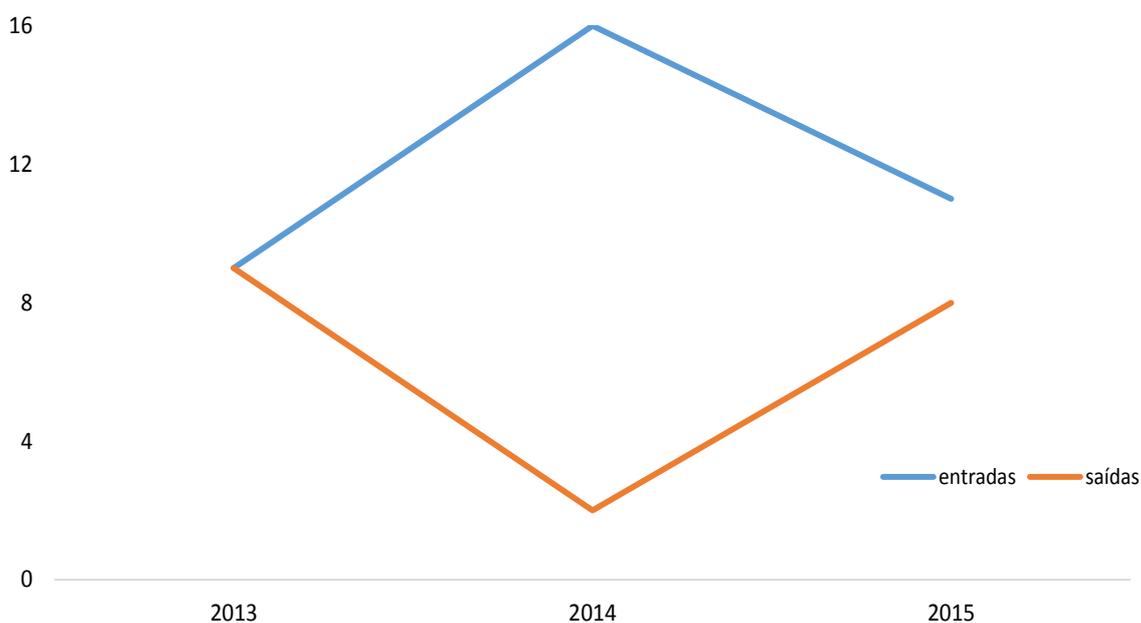
As saídas e entradas constantes da tabela seguinte, dizem essencialmente respeito a trabalhadores que saíram por mobilidade interna e cedência de interesse público ou entraram por transição de estruturas técnicas do Programa Operacional 2007-2013 (QREN) para o Programa Operacional 2014-2020, ou ainda por mobilidade interna e regresso após finda a mobilidade.

Tabela 20 – Entrada e saída de recursos humanos

Anos	Entradas	Saídas
2015	11	8
2014	16	2
2013	9	9

O gráfico seguinte representa a evolução das entradas e saídas de trabalhadores para a CCDRC, nos últimos 3 anos, podendo-se verificar que 2014 foi o ano que registou menor número de entradas.

Gráfico 8. Entradas e saídas de trabalhadores na CCDRC, nos últimos 3 anos



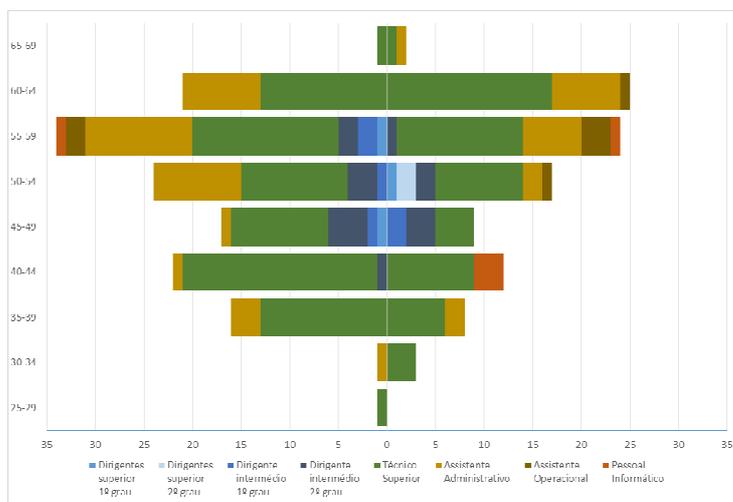
O Balanço Social permite ainda estabelecer interligações de variáveis para que a tomada de decisão tenha como base os recursos humanos disponíveis. Neste contexto, é possível constatar que o tempo de serviços dos trabalhadores, se encontra até aos 29 anos, o que representa uma inversão no que tinha vindo a acontecer. O fluxo de aposentações na CCDRC dos últimos anos, baixou a média do tempo de serviço, situando-se este muito mais afastado do tempo de serviço necessário para aposentação.

Tabela 21 – Tempo de serviços dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira

Grupo/cargo/carreira	0 a 29 anos	30 a 40 anos	Nº trab
Dirigente superior 1º grau	3		3
Dirigentes superior 2º grau	2		2
Dirigente intermédio 1º grau	5	1	6
Dirigente intermédio 2º grau	14	2	16
Técnico Superior	101	45	146
Assistente Administrativo	24	28	52
Assistente Operacional	3	4	7
Pessoal Informático	3	2	5
			237

A maior parte dos trabalhadores da CCDRC situa-se no grupo etário dos 55 a 59 anos (idade abaixo da idade exigida para aposentação). O que leva a crer que o mapa de pessoal da CCDRC se encontra estável sem perspectivas de grande oscilação, quer quanto às saídas, quer ainda quanto às entradas por via dos constrangimentos legislativos e financeiros.

Gráfico 9. Pirâmide Etária dos trabalhadores da CCDRC, por grupos profissionais



O motivo de absentismo mais presente na assiduidade dos trabalhadores da CCDRC é a ausência ao serviço por motivo de doença (1.749 dias de ausência) e são as mulheres que apresentam mais este tipo de justificação (1.436 dias), quer seja para doença da própria, quer seja para apoio a familiar.

É de realçar que as ausências ao serviço por proteção na parentalidade (392 dias) tiveram alguma expressão neste ano, muito em consequência da idade mais jovem dos trabalhadores afetos à Estrutura de Missão do Mais Centro.

O Plano de Formação 2015 para todos os trabalhadores da CCDRC e do Mais Centro, foi superiormente aprovado a 30 de março de 2015. Existe um endereço de mail específico – forma@ccdr.pt - para as respetivas inscrições nas ações formativas, bem como para outros esclarecimentos relativos à formação.

O Plano de Formação, incluiu ações de Formação Interna, distribuída por seis áreas de formação, a saber: Regimes jurídicos, Informática e Novas Tecnologias da Informação, Línguas, Auditoria, Gestão Pública, Gestão de Pessoas, Gestão Financeira/Contabilidade Pública e Desenvolvimento Regional.

Incluiu também Sessões Técnicas, com a identificação das áreas passíveis de serem tratadas em Sessões Técnicas, ministradas por dirigentes e/ou trabalhadores, distribuídas também por áreas de formação: Regimes jurídicos, Informática e Novas Tecnologias da Informação, Ambiente, Gestão Financeira/Contabilidade Pública e Desenvolvimento Regional.

De realçar, que neste domínio das Sessões Técnicas, o Plano aprovado, tal como era previsto, poderia ser alterado conforme as necessidades e disponibilidades de matérias que surgissem ao longo do ano.

Por último, convém não esquecer a Autoformação (art.º 24º do DL n.º 50/98, de 11 de março) ou seja, o acesso à formação por iniciativa individual do trabalhador e por ele financiada, que corresponda, direta ou indiretamente, às áreas funcionais em que se encontre inserido ou contribua para o aumento da respetiva qualificação.

No que se refere à análise do número de trabalhadores da entidade que participaram em ações de formação profissional, por cargo, carreira, grupo e género (tabela 20), foram no seu total 99 trabalhadores.

Tabela 22 – Número de trabalhadores que participaram em ações de formação

Carreira	Género		Total
	F	M	
Dirigente Superior	0	0	0
Dirigente Intermédio	11	3	14
Técnico Superior	46	29	75
Assistente Técnico	7	2	9
Assistente Operacional	0	0	0
Informático	1	0	0
		Total	99

Sendo que 5 trabalhadores participaram em ações de formação pelo regime de autoformação, correspondendo, de acordo com o artigo 24.º da referida lei, a uma taxa de participação de cerca de 2,1%, conforme tabela 21.

Tabela 23- Nº de trabalhadores que participaram em ações de formação, em regime de autoformação

Carreira	Género		Total
	F	M	
Dirigente Superior	0	0	0
Dirigente Intermédio	0	0	0
Técnico Superior	3	2	5
Assistente Técnico			
		Total	5

Já com o novo ambiente único instalado - AU3 - foram ministradas 5 sessões técnicas de Power Point e 5 sessões técnicas de Owa – Outlook Web App, todas desenvolvidas nas instalações da CCDRC, com a frequência de 99 colaboradores desta CCDRC .

No que respeita à modalidade de formação, constata-se uma elevada predominância da formação contínua (art.º 12.º e 13.º do Dec. Lei n.º 50/98 de 11 de março).

No tipo de ação de formação, a taxa de participação em formação interna foi de 22,5% e de formação externa de 12,5%.

O investimento em formação foi de € 4770, imputável a custos diretos, ou seja valor das inscrições.

A duração média por horas despendidas em ações de formação por formando foi de cerca de oito horas, sendo o volume total de formação de 4.420 horas.

O número total de ações de formação externas em que participaram os trabalhadores da CCDRC foi de 14.

Sobre o tipo de horário de formação predomina a formação em regime laboral com a percentagem média de 100%.



De acordo com o artigo 18.º n.º 1 da Lei n.º 66-B/2007, a expressão qualitativa da avaliação final dos serviços é expressa pelas seguintes menções:

- a) Desempenho bom, atingiu todos os objetivos, superando alguns;
- b) Desempenho satisfatório, atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes;
- c) Desempenho insuficiente, não atingiu os objetivos mais relevantes.

A avaliação do final do organismos é a seguinte:

AVALIAÇÃO FINAL DO ORGANISMO				
PARÂMETRO	PONDERAÇÃO	TAXA REALIZAÇÃO	RESULTADO	
EFICÁCIA	25%	156%	39%	Superou
EFICIÊNCIA	40%	109%	43,6%	Superou
QUALIDADE	35%	133%	46,55%	Superou

Taxa de Realização final : 129,15 %

Fonte: GeADAP – Gestão Integrada de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (www.siadap.gov.pt)

Face ao exposto ao longo deste relatório, proponho a menção de Desempenho BOM, a atribuir no ano de 2015, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, como resultado da autoavaliação.

Organismo	Menção a atribuir em 2015
CCDRC	BOM

Coimbra, 9 de junho de 2016

A Presidente da CCDRC

(Professor Doutora Ana Abrunhosa)



Anexo 1. – Prestação de Contas

Anexo 2. - Grau de cumprimento dos objetivos do plano de atividades, por unidade orgânica

Anexo 3. – Inquérito externo realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2 alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro

Prestação de Contas

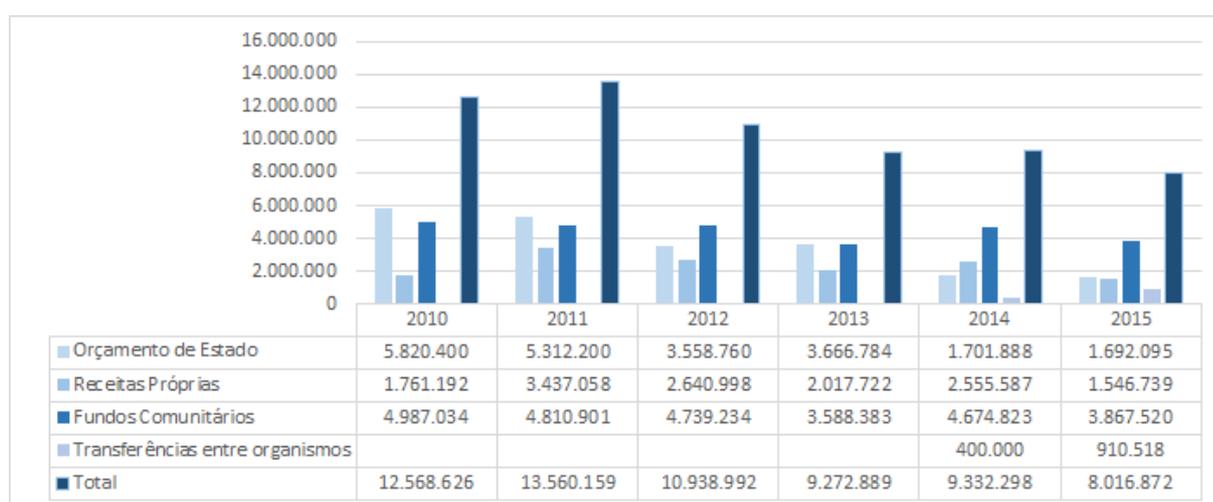
Em 2015 a Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa Financeira (DSCGAF) fechou o ciclo de modernização dos procedimentos de gestão financeira e patrimonial e dos respetivos suportes tecnológicos, iniciado em 2010, com a prestação de contas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e a adoção da Norma de Controlo Interno que lhe está subjacente. A prestação de contas junto do Tribunal de Contas foi feita de modo eletrónico. De realçar ainda que a de 2014 foi a primeira a ser feita sob a supervisão e validação do fiscal único da CCDRC.

A 31 de Dezembro de 2015, a CCDRC não tinha dívidas a fornecedores, situação que se mantém sob controlo há vários anos.

Financiamento da Despesa

O financiamento da atividade da CCDRC é assegurado por transferências do Orçamento do Estado (Receitas Gerais), por transferências de Fundos Comunitários (FEDER), por Receitas Próprias (resultantes de taxas, contraordenações e prestações de serviços) e por transferências entre organismos. Sem considerar o montante referente à integração de saldos, a distribuição da receita é a seguinte:

Gráfico 1 – Distribuição da receita sem integração de saldos



Analisando o valor da receita total desde 2010, verifica-se uma tendência de descida. Esta tendência é ainda mais significativa se a análise apenas se centrar na receita geral, já que, de 2010 para 2015, conheceu um decréscimo de 4.128.305€, passando de 5.820.400€ para 1.692.095€, o que corresponde a -71%.

Nos anos de 2012, 2013 e 2015 verificaram-se, respetivamente, quebras na receita total relativamente aos anos anteriores de 19%, 15% e 14%. No ano de 2014 a variação foi positiva em cerca 0,6% em virtude da receita que teve origem nas transferências entre organismos.

Analisando agora a distribuição da receita considerando o efeito da integração de saldos, podemos concluir que o peso das receitas próprias e da fonte comunitária no total do orçamento tem vindo a aumentar, passado de um peso de 55% (2010) para 85% (2014). Isto é explicado pelo elevado corte nas receitas gerais que a organização teve de suportar. Em 2015 verificou-se uma ligeira diminuição pelo efeito das transferências de outros organismos.

Tabela 1 – Distribuição da receita com a integração de saldos

RECEITA COM INTEGRAÇÃO DE SALDOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas Próprias (RP)	2.010.491	4.797.776	6.570.250	3.539.109	6.283.619	4.809.681
Feder	4.987.034	4.810.901	4.739.234	3.588.383	5.819.527	4.720.793
Receita Total (RT)	12.817.925	14.920.877	14.868.244	10.794.276	14.205.034	13.056.139
(RP + Feder) / RT	55%	64%	76%	66%	85%	73%
RP / RT	16%	32%	44%	33%	44%	37%

O peso da receita própria é o seguinte:

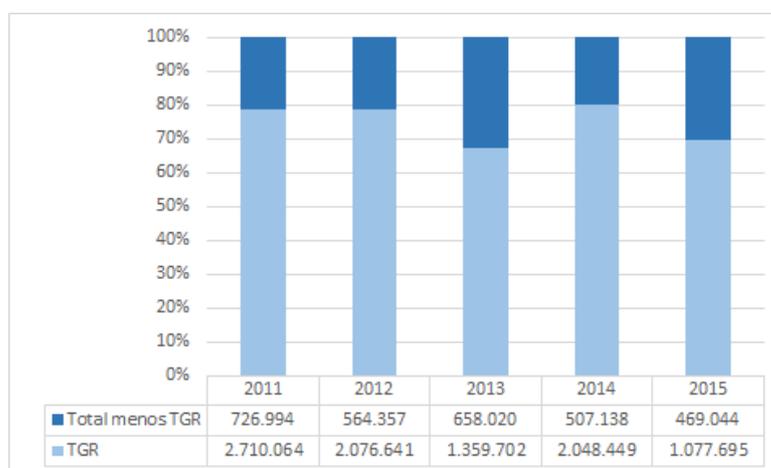
Tabela 2 – Evolução do peso da receita própria

	2013	2014	2015
Sem integração	22%	27%	19%
Com integração	37%	44%	33%

As receitas próprias são quase na sua totalidade constituídas pela cobrança da taxa de gestão de resíduos (TGR). Como esta receita é consignada, implica uma dificuldade na sua utilização na garantia do equilibrado exercício financeiro. A sua tendência é de decréscimo já que é expectável que a sociedade seja mais ecológica e amiga do ambiente reduzindo assim a tonelagem de resíduos que vai para aterro, facto que é incentivado pela própria alteração legislativa da Lei n.º82-D/2014, de 31 de dezembro, que associa os valores a pagar de TGR aos desvios face às metas constantes do PERSU 2020 que vão no sentido da significativa redução de deposição de resíduos em aterro. O seu valor em nada tem de correspondência com a maior ou menor eficiência da sua cobrança ou em algo que a CCDRC possa ter intervenção.

A dependência da receita própria das TGR é a seguinte:

Gráfico 2 – Peso das TGR na receita total



As TGR têm representado ao longo dos anos cerca de 80% da receita própria, exceto nos anos de 2013 e 2015 em que as taxas de contribuição foram de 67% e 70%, respetivamente.

Pelo exposto anteriormente, a enorme dependência das TGR e o crescente peso das receitas próprias na receita total são fatores de risco e de potencial desequilíbrio orçamental da CCDRC em anos futuros. De realçar ainda que o equilíbrio orçamental em 2015 foi conseguido por medidas extraordinárias cuja repetição será difícil de acontecer.

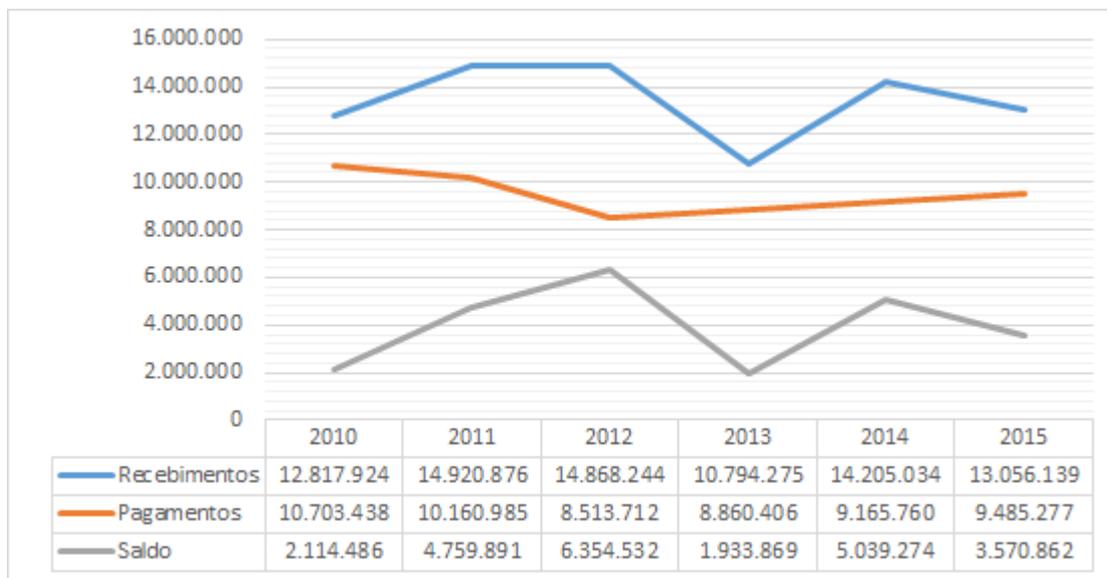
Os recebimentos sofreram um ligeiro decréscimo de 14.920.875€ (2011) para 14.868.244€ (2012), traduzido numa taxa de 0,35%. Em 2013 a redução tem maior peso, 27% ao passar de 14.868.244€ para 10.794.275€. No ano de 2014, os recebimentos voltaram para valores semelhantes ao de 2011 e 2012. Em 2015 os recebimentos voltaram a cair cerca de 8%.

Os pagamentos também decresceram cerca de 16%, passando de 10.160.985€ (2011) para 8.513.712€ (2012). Em 2013 verificou-se um aumento de 4% tendo sido efetuados pagamentos de 8.860.406€. Este aumento é devido ao pagamento dos subsídios de natal e férias.

Em 2014 os pagamentos cresceram cerca de 3,5% relativamente ao ano de 2013 maioritariamente influenciado pelas despesas de capital.

Em 2015 os pagamentos voltaram a crescer cerca de 3,5%.

Gráfico 3 – Recebimentos e Pagamentos



Para conseguir garantir o equilíbrio orçamental e como medida extraordinária e conjuntural, foi necessário utilizar o saldo integrado. Com a diminuição das diferentes fontes de receita, com especial incidência nas receitas gerais, não foi possível em 2015, o cumprimento da regra do equilíbrio. Tal situação já tinha acontecido em 2013. A CCDRC solicitou à tutela a relevação do não cumprimento da regra do equilíbrio financeiro no montante de 1.468.407€.

Indicadores de despesa

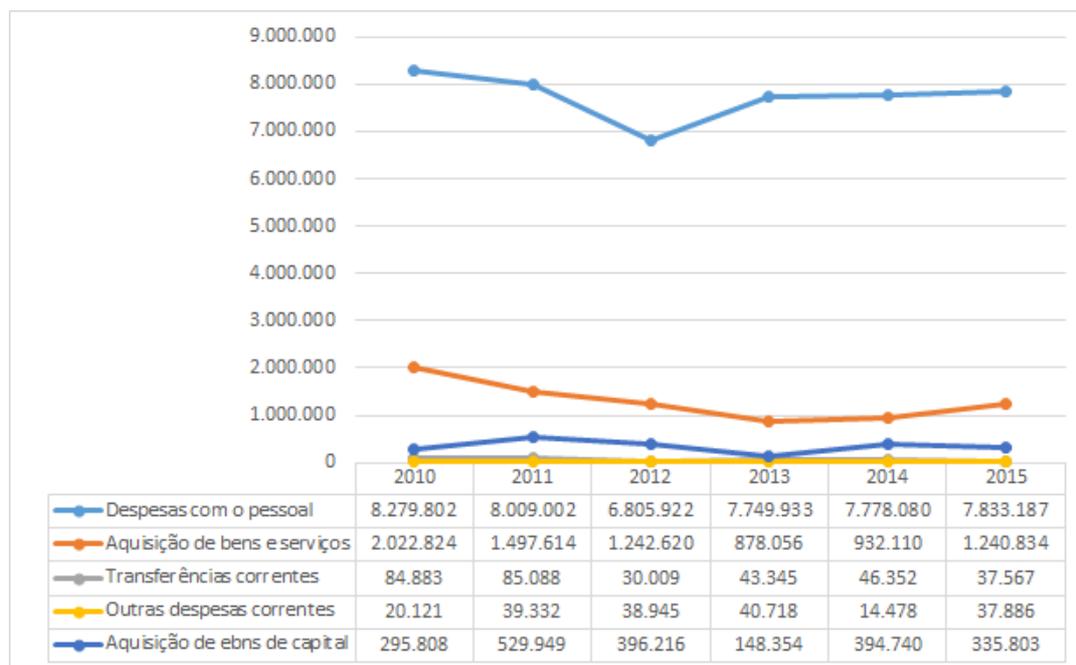
Como se pode observar no gráfico infra, as três principais componentes da despesa e por ordem de grandeza, são as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços e as despesas de capital.

No período entre 2010 e 2015 o peso relativo destas três componentes variam entre 98,78% (em 2011) e os 99,34% (em 2014). Em 2015, estas três rubricas da despesa representaram 99,2% da despesa total, com os valores e pela mesma ordem, de 82,6%, 13% e 3,5%. Apenas as aquisições de serviços apresentaram aumento relativo originando reduções relativas nas outras componentes.

A despesa global decresceu nos anos de 2011 e 2012. No ano de 2013 a despesa global cresceu cerca de 4% principalmente devido ao aumento das despesas com pessoal, resultante da reposição dos subsídios de férias e de natal. Em 2014, o aumento verificado de 3,5% resulta essencialmente de despesas em bens de capital. Em 2015 a despesa apresentou um aumento de 3,5% resultante essencialmente do aumento das despesas com a aquisição de bens e serviços e o ligeiro aumento verificado nas despesas com o pessoal motivado pela reposição parcial dos cortes dos vencimentos.

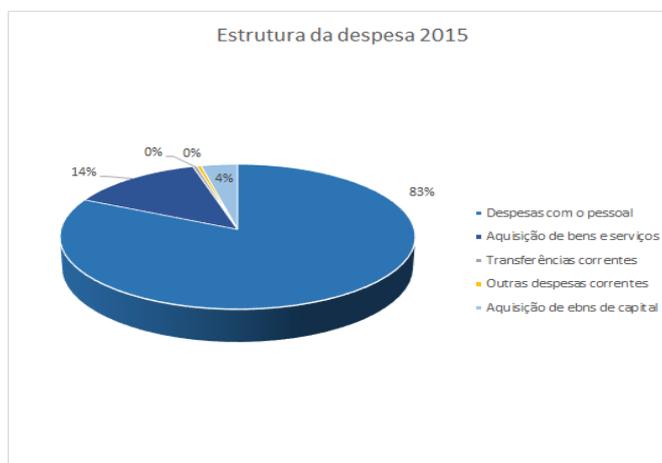
Como se observa graficamente, as despesas com a aquisição de bens e serviços tem decrescido desde 2010 até ao ano de 2013, passando de 2.022.824€ para 878.056€. No ano de 2014 verificou-se um ligeiro crescimento de 6% (+54.054€) atingindo o montante de 932.110€. No ano de 2015 verificou-se um aumento substancial de 33%, passando de 932.110€ para 1.240.834€.

Gráfico 4 – Evolução das principais despesas



Na estrutura da despesa de 2015 as rubricas de “Pessoal” e de “Aquisição de bens e serviços” são as que têm maior peso, 83% e 14% respetivamente.

Gráfico 5– Estrutura da despesa



Orçamento da receita

O financiamento inicial do orçamento PIDDAC tem três origens: o Orçamento do Estado, o recurso a Fundos Comunitários e as transferências entre organismos. O primeiro contribui com o montante de 20.000€, o segundo com o montante de 3.758.320€ e o terceiro com 83.950€.

No quadro abaixo, apresenta-se resumidamente o financiamento dos projetos individualmente, por “fonte”.

Como se observa, o projeto “Assistência Técnica Global ao PO-QREN” representa no orçamento inicial, cerca de 92% da receita do PIDDAC.

Com as alterações orçamentais (integração de saldos), o projeto “Assistência Técnica Global ao PO-QREN” passou a representar 91% do PIDDAC.

Tabela 3 – Receita dos Projetos PIDDAC

RECEITA por Projecto			Orçamento Inicial	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS		Orçamento Corrigido
Código	Designação	Fonte de Financiamento		Integração Saldo	Outras	
6098	Cooperação Int./Interreg. e Promoção da Reg. Centro	OE				
		Comunitário	45.000,00	48.262,00	52.000,00	145.262,00
6300	Assistência Técnica Global ao PO-QREN	Transf. entre organismos				
		Saldo RG (Receitas Gerais)		151.517,00		151.517,00
		Comunitário	3.564.370,00	538.571,00		4.102.941,00
7881	Promoção da Cooperação c/ Castilla y Leon e Extremadura II	OE				
		Saldo RG (Receitas Gerais)		15.033,00		15.033,00
		Comunitário	45.000,00	92.924,00	-32.000,00	105.924,00
9272	Assistencia Tecnica - QEC	Transf. entre organismos	83.950,00			83.950,00
		Comunitário	83.950,00			83.950,00
9388	Gestão e promoção Ambiental na Região Centro	OE	20.000,00			20.000,00
		Comunitário	20.000,00		-20.000,00	
Soma			3.862.270,00	846.307,00	20.000,00	4.708.577,00
Total OE			20.000,00			20.000,00
Saldo RG (Receitas Gerais)				166.550,00		166.550,00
Total Transf. entre organismos			83.950,00			83.950,00
Total Comunitario			3.758.320,00	679.757,00		4.438.077,00
TOTAL GERAL			3.862.270,00	846.307,00		4.708.577,00

Orçamento da despesa

Embora o orçamento inicial da receita, no montante de 4.626.500€, o orçamento da despesa está limitado a 4.382.395€ (orçamento disponível). Esta diferença é devida às cativações (82.107€) e à não orçamentação, por orientações da DGO, no valor de 161.998€.

O projeto Assistência Técnica Global ao PO-QREN é o principal projeto de investimento da CCDRC e representa 91% do orçamento da despesa do PIDDAC.

Tabela 4 – Despesa dos Projetos PIDDAC

Despesa por Projecto		Orçamento inicial	Alterações orçamentais	Dotação Corrigida	Cativação 12,5% (FN)	Orçamento disponível
Código	Designação					
6098	Cooperação Int./Interreg. e Promoção da Reg. Centro	95 000,00 €	88 844,00 €	183 844,00 €	- €	183 844,00 €
6300	Assistência Técnica Global ao PO - QREN	4 210 342,00 €	398 920,00 €	4 609 262,00 €	77 861,00 €	4 531 401,00 €
7881	Promoção da Cooperação c/ Castilla y Leon e Extremadura II	91 260,00 €	106 019,00 €	197 279,00 €	- €	197 279,00 €
9272	Assistencia Tecnica - QEC	67 900,00 €	- €	67 900,00 €	4 246,00 €	63 654,00 €
Totais		4 464 502,00 €	593 783,00 €	5 058 285,00 €	82 107,00 €	4 976 178,00 €

Em termos de realização financeira, o destaque vai para o projeto “Cooperação Int./Interreg E Promoção da Região Centro” que apresenta uma taxa de execução de 59%, embora tenha um peso relativamente pequeno na estrutura da despesa PIDDAC (4%).

O Projeto “Assistência Técnica Global ao PO-QREN” é o segundo em termos de realização, com uma taxa de execução de 58%. Este projeto é o de maior impacto em termos da despesa PIDDAC, representando 91% deste orçamento.

Os restantes projetos, para além de representarem, no seu conjunto, apenas 5% da despesa total do PIDDAC, apresentam valores não significativos.

ANÁLISE PATRIMONIAL

Demonstração de resultados

A demonstração de resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP). São assim apresentados os resultados das operações segundo a ótica económica (custos e proveitos) da CCDRC.

Os proveitos são basicamente constituídos pelas transferências e subsídios correntes e pelos impostos e taxas, que no seu conjunto representam cerca de 98% dos proveitos totais.

As transferências têm vindo gradualmente a diminuir na mesma medida que os impostos e taxas sobem no peso relativo dos proveitos totais. No ano de 2015 verificou-se um aumento para 81%. No entanto, o valor absoluto baixou de 6.6675.124€ para 6.383.186€.

Tabela 5 – Proveitos

Principais Proveitos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Transferências e subsídios correntes	10.096.377,72	9.246.460,47	7.159.682,27	6.283.024,77	6.675.124,32	6.383.186,70
Impostos, taxas e outros	1.609.659,25	3.315.894,36	2.718.686,09	2.059.172,09	2.578.758,38	1.360.584,36
Transferências e subsídios	85%	72%	70%	73%	71%	81%
Impostos, taxas e outros	14%	26%	27%	24%	27%	17%
Soma	98%	98%	97%	97%	98%	98%

A redução verificada nos proveitos, é fortemente influenciada pela redução dos “impostos, taxas e outros”, 1.218.174€ e pelas “transferências correntes do Orçamento do Estado” para a CCDRC, 291.937€.

Tabela 6 – Proveitos, custos e resultados

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Proveitos	11.902.401,89	12.778.864,68	10.219.271,09	8.562.942,64	9.446.933,85	7.911.128,96
Custos	10.603.901,77	9.118.413,36	8.053.804,64	9.864.954,24	9.302.776,11	9.315.136,53
Resultado operacional	1.242.858,83	3.598.205,73	1.983.960,26	-1.418.246,37	34.210,80	-1.519.131,16
Resultado líquido	1.298.500,12	3.660.451,32	2.165.466,45	-1.302.011,60	144.157,74	-1.404.007,57

Em 2015, os proveitos sofreram uma diminuição global de 16%, tendo passado de 9.446.933€ para 7.911.129€.

A estrutura de custos é constituída por três grandezas:

- Os custos com o pessoal que variam entre os 78% e os 86%;
- Os fornecimentos e serviços de terceiros que variam entre 19% e 9%;
- As amortizações que representam cerca de 4% dos custos totais.

Os fornecimentos e serviços de terceiros, em resultado de ganhos de eficiência, têm apresentado uma redução sistemática desde o ano 2010 até ao ano de 2013. A forte redução verificada neste período, cerca de 50%, parece-nos ter atingido o limiar, tendo estabilizado esse valor para 2014. No ano de 2015 volta a verificar-se um aumento dos custos desta natureza na ordem dos 34%.

Tabela 7 – Custos

Principais Custos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal	8.315.091,92	7.211.826,54	6.297.709,65	8.512.582,01	7.961.105,22	7.683.141,19
Fornecimentos e serviços externos	2.017.704,30	1.472.406,99	1.227.233,53	850.859,68	917.244,08	1.224.580,09
Amortizações do exercício	196.262,67	335.172,17	425.527,40	397.359,65	339.539,65	310.073,56
Pessoal	78%	79%	78%	86%	86%	82%
Fornecimentos e serviços externos	19%	16%	15%	9%	10%	13%
Amortizações do exercício	2%	4%	5%	4%	4%	3%
Soma	99%	99%	99%	99%	99%	99%

Em 2015, os custos cresceram globalmente cerca de 0,1%, cifrando-se esse aumento no montante de 12.360€.

A conta de “Custos com o pessoal” foi a que maior redução apresentou, em termos absolutos, de 277.964€ (- 3,5%).

As restantes rubricas não apresentam valores significativos.

A rubrica dos “órgãos dirigentes” teve um acréscimo de custos no montante de 171.012€ (+13,4%). A conta “Remunerações do pessoal” foi a que apresentou maior redução, tendo sido gastos menos 373.420€ (-7,3%).

Residualmente, todas as restantes contas de “custos com o pessoal” apresentaram reduções de custos totalizando 75.555€ a saber:

- A conta de “Pensões” sofreu uma redução de 36.245€;
- A conta de “Encargos sobre remunerações” sofreu uma redução de 31.353€;
- A conta de “Outros custos com o pessoal” sofreu uma redução de 7.957€.

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” (FSE), em 2015 teve um crescimento significativo de 33,5%. As rubricas mais significativas em termos de valores absolutos que influenciaram para esse resultado, foram:

- Trabalhos especializados – com um aumento de 118.081€ (+64%);

- Publicidade – com um aumento de 114.512€ (+1006%);
- Deslocações e estadas - com um aumento de 34.846€ (+62%);
- Honorários - com um aumento de 23.180€ (+28%);
- Material de escritório - com um aumento de 12.466€ (+201%);
- Rendas e alugueres - com um aumento de 12.182€ (+18%);
- Assistência técnica - com um aumento de 8.475€ (+21%);
- Limpeza, higiene e conforto - com um aumento de 6.588€ (+8%);
- Seguros - com um aumento de 1.967€ (+47%);
- Despesas de representação - com um aumento de 1.097 € (+9%);
- Formação - com um aumento de 1.027€ (não teve custos no ano anterior);
- Comissões - com um aumento de 58€ (+7%);
- Artigos para oferta - com um aumento de 43€ (+14%);
- Outros fluidos - com um aumento de 27€ (não teve custos no ano anterior);
- As restantes rubricas dos FSE contribuíram positivamente, com reduções de custos no montante global de 27.217€.

Os “fornecimentos e serviços externos”, FSE, no montante de 1.224.580€, representam 13% da estrutura dos custos. Seguidamente apresentam-se as rubricas comparativas com o ano anterior.

Tabela 8 – Estrutura do Fornecimento de Serviços Externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2014	2015	variação	
			valor	%
Eletricidade	83.837,34	78.694,32	-5.143,02	-6,1%
Combustíveis	50.832,07	45.298,81	-5.533,26	-10,9%
Água	13.029,56	12.445,97	-583,59	-4,5%
Outros fluidos	0,00	27,00	27,00	
Livros e documentação técnica	365,22	327,34	-37,88	-10,4%
Material de escritório	6.177,20	18.643,87	12.466,67	201,8%
Artigos para oferta	319,20	362,50	43,30	13,6%
Rendas e alugueres	67.038,44	79.220,98	12.182,54	18,2%
Despesas de representação	11.873,56	12.971,10	1.097,54	9,2%
Comunicação	67.701,29	64.904,34	-2.796,95	-4,1%
Seguros	4.172,40	6.139,43	1.967,03	47,1%
Transporte de pessoal	8.139,15	8.110,74	-28,41	-0,3%
Deslocações e estadas	55.826,51	90.672,83	34.846,32	62,4%
Comissões	848,78	906,50	57,72	6,8%
Honorários	81.016,93	104.197,28	23.180,35	28,6%
Contencioso e notariado	3.847,44	0,00	-3.847,44	-100,0%
Conservação e reparação	55.498,20	50.020,15	-5.478,05	-9,9%
Publicidade	11.373,82	125.885,58	114.511,76	1006,8%
Limpeza, higiene e conforto	77.696,31	84.284,67	6.588,36	8,5%
Vigilância e segurança	63.621,74	60.074,64	-3.547,10	-5,6%
Trabalhos especializados	184.988,20	303.069,23	118.081,03	63,8%
Formação	0,00	1.027,48	1.027,48	
Assistência técnica	39.857,51	48.333,33	8.475,82	21,3%
Outros fornecimentos e serviços	29.183,21	28.962,00	-221,21	-0,8%
Total	917.244,08	1.224.580,09	307.336,01	33,5%

Como se pode constatar, os gastos com os trabalhos especializados, Publicidade, Deslocações e Estadas e Honorários, representam 51% dos gastos desta natureza.

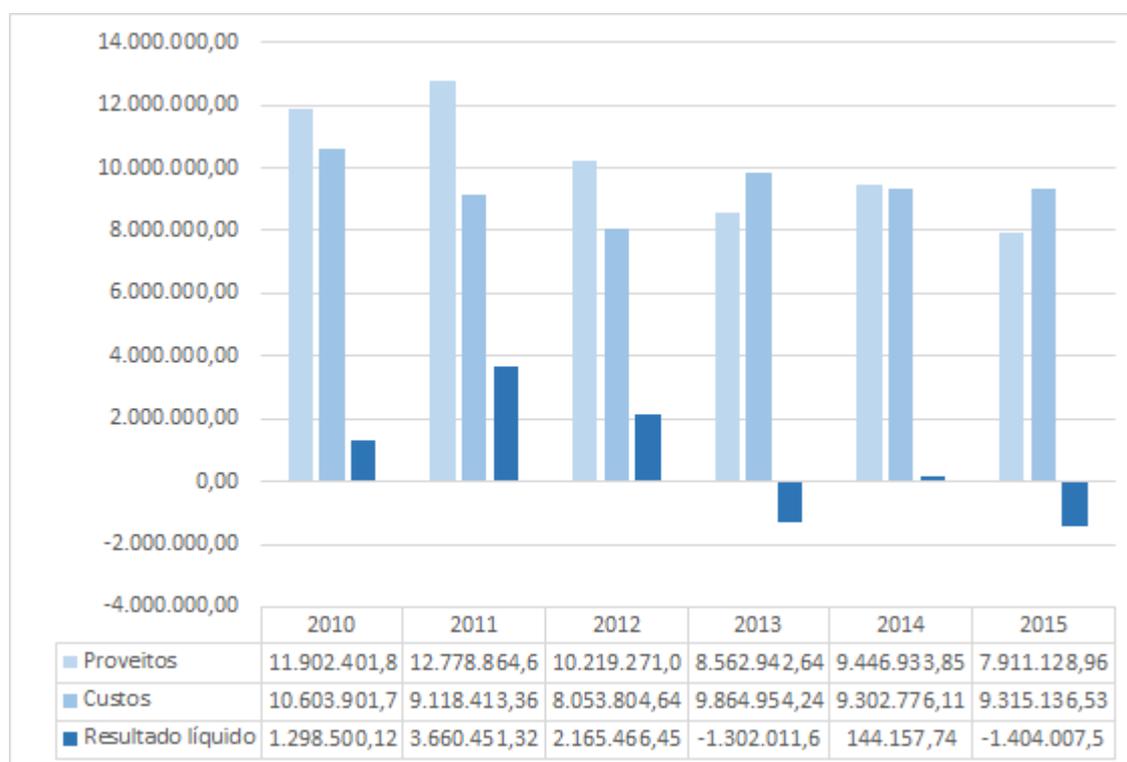
Em termos de estrutura, os custos da demonstração de resultados são essencialmente constituídos pelos “custos com o pessoal” que representam 82,5%, sendo os “serviços e fornecimentos externos” responsáveis por 13% e as “amortizações do exercício” por 3%.

Na estrutura dos proveitos temos basicamente as “transferências e subsídios correntes obtidos, que representam 80,7% dos proveitos totais e os “impostos, taxas e outros” que contribuem com 17,2%.

No corrente ano, da conjugação dos fatores já descritos, diminuição dos proveitos em 1.535.805€ e o crescimento de custos em 12.360€, foram os principais fatores que contribuíram para o resultado líquido do exercício se cifrar num prejuízo de 1.404.008€.

Seguidamente apresenta-se a evolução da construção dos resultados para o quinquénio 2010-2015.

Gráfico 6– Evolução dos custos, proveitos e resultados



Demonstração dos resultados 2015

Código das contas POCP	Custos e perdas	Exercícios	
		2015	2014
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.722,00	8.038,05
62	Fornecimentos e serviços externos	1.224.580,09	917.244,08
64	Custos com o pessoal	7.683.141,19	7.961.105,22
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais.....	56.240,40	56.972,04
66	Amortizações do exercício	310.073,56	339.539,65
67	Provisões do exercício		
65	Outros custos e perdas operacionais	36.971,47	14.359,55
68	Custos e perdas financeiras		
69	Custos e perdas extraordinários	2.407,82	5.517,52
88	Resultado líquido do exercício	-1.404.007,57	144.157,74
	TOTAL	7.911.128,96	9.446.933,85
	Proveitos e ganhos		
71	Vendas e prestações de serviços	41.128,63	37.697,59
72	Impostos, taxas e outros	1.360.584,36	2.578.758,38
75	Trabalhos para a própria empresa		
73	Proveitos suplementares	720,00	780,00
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	6.383.186,70	6.675.124,32
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	7.977,86	39.109,10
78	Proveitos e ganhos financeiros		
79	Proveitos e ganhos extraordinários	117.531,41	115.464,46
	TOTAL	7.911.128,96	9.446.933,85

Balanco

O balanço é o mapa que compara o ativo com o passivo. No ativo estão refletidos os montantes respeitantes ao imobilizado, as dívidas de terceiros e as disponibilidades. O passivo evidencia as dívidas para com terceiros.

Na estrutura do balanço, há que salientar o reforço dos capitais próprios pela via dos resultados nos períodos até ao ano de 2012. Esta é a “grande massa” onde houve alteração significativa de 2011 para 2012 (+2.102.934€). Em 2013 verificou-se uma diminuição desta “massa” no montante de 1.312.612€. No ano de 2014 verificou-se uma ligeira recuperação com o resultado positivo de 144.157€. No corrente ano verificou-se um novo prejuízo de 1.404.008€.

As restantes rubricas do balanço não apresentam variações assinaláveis.

As imobilizações corpóreas líquidas totalizam o montante de 861.743€ e representam 16% do total do “ativo”. No corrente ano foram adquiridas imobilizações no montante de 335.804€ e abatidas/alienadas imobilizações no montante de 27.607€.

O passivo exposto no balanço, com um total de 2.015.226€ é constituído por dois grupos:

- Dívidas a terceiros - Curto prazo - 665.480€;
- Acréscimos e diferimentos - 1.349.746€.

O primeiro, refere-se a valores respeitantes a operações de tesouraria, nomeadamente valores questão à guarda da CCDRC não que não lhe pertencem. Estão nesta situação créditos não efetivos relativos a coimas, que só se tornam efetivos após a nossa cobrança, bem como Fundos Comunitários na posse da CCDRC.

O segundo, diz respeito à estimativa refletida na conta “renumerações a liquidar” a pagar em 2016 no montante de 874.819€, correspondente aos subsídios de férias e respetivos encargos e ao montante dos

subsídios para investimento de 474.927€ recebidos, sendo que o seu proveito apenas será reconhecido à medida que os bens financiados vão sendo amortizados.

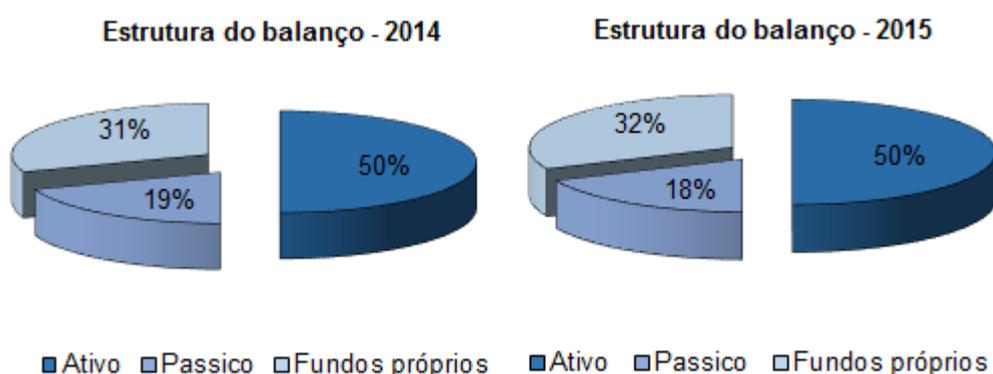
Estrutura do Ativo

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), e espelha a situação patrimonial da CCDRC a 31 de Dezembro de 2015.

O imobilizado líquido no montante de 861.743€ representa 16% do ativo total; as dívidas de terceiros no montante de 1.071.047€ representam 19% ativo total; as disponibilidades apresentam um valor de 3.570.862€ e representam 65% do ativo total.

Estrutura do Passivo

O valor apresentado como passivo refere-se a valores inscritos em operações de tesouraria. Referem-se a valores, relacionados com fundos comunitários, na posse da CCDRC mas que não lhe pertencem que serão posteriormente entregues nos cofres do Estado e aos acréscimos de custos já acima referidos.



BALANÇO						
31 de dezembro 2015						
Código das contas POCP	ACTIVO	Exercícios				
		2015			2014	
		AB	AA	AL	AL	
42	Imobilizações corpóreas	2.815.751,23	1.954.008,27	861.742,96	837.479,66	
21+24+26	Dívidas de terceiros - curto prazo	1.071.047,38		1.071.047,38	1.438.485,33	
13	Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras	3.570.862,25		3.570.862,25	5.731.394,73	
27	Acréscimos e diferimentos	1.714,12		1.714,12	1.374,34	
	Total das amortizações		1.954.008,27			
	Total do ativo	7.459.374,98	1.954.008,27	5.505.366,71	8.008.734,06	
Código das contas POCP	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios				
		2015		2014		
	Fundos próprios:					
51	Património			194.309,47	194.309,47	
59	Resultados transitados			4.699.838,92	4.555.681,18	
88	Resultado líquido do exercício			-1.404.007,57	144.157,74	
	Total dos fundos próprios			3.490.140,82	4.894.148,39	
	Passivo					
26	Dívidas a terceiros - curto prazo			665.479,68	1.598.739,17	
27	Acréscimos de custos			1.349.746,21	1.515.846,50	
	Total do passivo			2.015.225,89	3.114.585,67	
	Total dos fundos próprios e do passivo			5.505.366,71	8.008.734,06	

Grau de cumprimento dos objetivos do plano de atividades, por unidade orgânica

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	DS	Consolidar a CCDRC como <i>broker</i> territorial para a competitividade, inovação e internacionalização	N.º de iniciativas de internacionalização/captação de IDE	12	X		
			N.º de iniciativas de promoção da região, dos seus recursos e da CCDRC	6	X		
			N.º de iniciativas de dinamização com entidades regionais	12	X		
		Implementação do Gabinete de Apoio ao Promotor	N.º de respostas a solicitações externas (reuniões realizadas)	100	X		
			N.º de iniciativas de difusão das oportunidades de financiamento	50			X
			Dinamização dos Grupos de Trabalho da RIS3 (reuniões realizadas)	12	X		
	DPA	Asseverar o desenvolvimento territorialmente coerente	N.º de páginas consultadas no DataCentro	15 000	X		
			N.º de relatórios de monitorização	10	X		
			N.º de eventos	5	X		
			N.º de comunicados de imprensa	6	X		
	DCP	Alargar a participação regional nos programas de cooperação territorial europeia	N.º de iniciativas de divulgação de resultados POCTEP 2007-2013 e de apresentação dos novos PO CTE 2014-2020	10	X		
			Proporção de projetos POCTEP 2007-2013 em execução na Região Centro com acompanhamento físico	95%			X

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	
Objetivos	Fundamentações
<p>Consolidar a CCDRC como <i>broker</i> territorial para a competitividade, inovação e internacionalização</p>	<p>Foram concretizadas 15 “Iniciativas de internacionalização e captação de IDE” que contribuíram para a projeção internacional da Região Centro. Mais concretamente, foi assinado um protocolo de colaboração entre a CCDRC e a AICEP, entidade que a nível nacional é responsável pela promoção e internacionalização das empresas portuguesas e pela captação de investimento estruturante promovendo a imagem de Portugal. Este protocolo foi o primeiro estabelecido entre a AICEP e uma Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Foram promovidas diversas sessões de apresentação e divulgação dos principais atores regionais junto de delegações estrangeiras provenientes de Zhejiang da República Popular da China (em Maio e em Dezembro), de Rostock do Estado de Mecklenburg-Vorpommern, Alemanha, de Lodz na Polónia e do Rio de Janeiro, Brasil. Houve participações ativas em feiras com o intuito de promover a região, nomeadamente na Feira International Green Week, Berlim, na exposição da 11th Federal Conference on the Health Economy, Rostock-Alemanha e na Alimentaria&Horexpo Lisboa2015 - Salão Internacional da Alimentação, Hotelaria e Tecnologia para a Indústria Alimentar com um stand da EUROACE INVEST. Foram assinados memorandos de entendimento entre a CCDRC e o BioCon Valley, Rostock e a Cidade de Lodz, República da Polónia. Com o objetivo de conhecer as empresas detentoras de Investimento Direto Estrangeiro na Região foi efetuado um inventário tendo sido identificadas 297 empresas. Foram organizados dois workshops de apresentação da Região Centro e das possíveis condições de cooperação entre as empresas (um integrado no programa da 11th Federal Conference on the Health Economy e outro intitulado “Iniciativas de base empresarial, científica e tecnológica entre a Região Centro de Portugal e a Província de Zhejiang, da República Popular da China/Condições de apoio”). Foi elaborada uma brochura de apresentação da CentroPT Health Alliance, conjunto de parceiros estratégicos na área da Saúde, nomeadamente, Universidades, ARS, CHUC, Hospital Rovisco Pais, Centro Hospitalar da Cova da Beira, Turismo do Centro de Portugal, Biocant, IPN e empresas. Por fim registou-se, ao longo de todo o ano, uma participação muito pró-ativa na Comissão Permanente de Apoio ao Investidor aumentando de forma significativa, face a anos anteriores, a dinâmica de participação de projetos envolvendo a Região Centro. Fruto deste trabalho de estreita articulação com as empresas foi possível acompanhar em 2015 um total de 25 projetos da Região Centro, representando um volume de investimento de 1.010 M€ e a criação de 1.240 postos de trabalho.</p> <p>No indicador “Iniciativas de promoção da região, dos seus recursos e da CCDRC” foram realizadas 7 iniciativas, tendo sido promovida uma sessão de promoção na BTL, a realização das V Jornadas de Enoturismo e do I Centro Brokerage Event (que mobilizou 110 promotores e promoveu 46 reuniões de trabalho) e a co-organização de um evento que reuniu os Reference Sites para o Envelhecimento Activo e Saudável existentes na Europa, que decorreu em Lisboa. Foi ainda possível promover a Região em Bruxelas, quer durante a semana das Regiões Europeias, nos Open Days (com participação e dinamização de dois eventos), quer numa sessão organizada pelo Parlamento Europeu no âmbito da 4ª Conferência da European Innovation Partnership – Active and Healthy Ageing, a Parceria Europeia para a Inovação em Envelhecimento Ativo e Saudável.</p> <p>Foram realizadas 18 “Iniciativas de dinamização com entidades regionais”, seja para as envolver em redes e projetos coletivos, para promover e melhorar as articulações existentes tendo em conta os novos instrumentos de financiamento (nomeadamente o novo programa operacional regional, Centro2020), seja no âmbito das novas competências assumidas pela CCDRC nos Incentivos do Estado à Comunicação Social. Foram igualmente mobilizados os atores regionais relevantes para sessões de trabalho que a CCDRC desenvolveu em parceria com a FCT, de acordo com os temas definidos. Com o intuito de desenvolver e preparar o dossier da candidatura apresentada pela CCDRC ao Horizonte2020 do “Multidisciplinary Institute for Ageing (MIA) foi necessário promover várias sessões de trabalho com representantes dos diversos parceiros envolvendo quer o Instituto Multidisciplinar do Envelhecimento, quer o Campus da Vida associado.</p>

<p>Implementação do Gabinete de Apoio ao Promotor</p>	<p>O indicador “Número de respostas a solicitações externas (reuniões realizadas)” foi claramente ultrapassado tendo sido promovidas 133 reuniões com múltiplos agentes regionais (empresas, universidades, institutos politécnicos, autarquias, associações, instituições públicas da administração central, entre outros). Para além disso, foi possível esclarecer dúvidas colocadas em 1728 mensagens de pedidos de esclarecimentos, e foi efetuado apoio telefónico a 819 promotores que requereram informação sobre o Centro2020 e demais programas. Não possível cumprir a meta definida para o “Número de iniciativas de difusão das oportunidades de financiamento” considerando apenas o exercício de apresentação de comunicações em seminários, workshops, debates, etc. na medida em que, devido à complexidade técnica que os temas em debate começaram a exigir, as representações institucionais passaram a ser maioritariamente asseguradas pelos representantes da Comissão Diretiva do Centro 2020 ou pelos seus Secretários Técnicos, e não por técnicos da DSDR.</p> <p>A “Dinamização dos Grupos de Trabalho da RIS3 (reuniões realizadas)” foi um indicador superado com a realização de 18 reuniões de trabalho coletivo. O lançamento dos grupos de trabalho previstos no modelo de governação da RIS3 do Centro ocorreu logo no início do ano, com a reunião de lançamento no dia 7 de janeiro. Foi estabelecido um caderno de encargos e um calendário para o cumprir que determinou a concentração deste trabalho no 1º semestre do ano. De facto, a grande maioria das reuniões que, no total, registaram mais de 500 presenças (que não correspondem a 500 pessoas, já que a mesma pessoa participou em várias destas reuniões) foram realizadas entre janeiro e abril. Foi no âmbito deste trabalho, sob coordenação de personalidades externas à CCDRC que aceitaram liderar os trabalhos de cada grupo, que foram definidas as linhas de ação das quatro plataformas de inovação identificadas como prioridades regionais no âmbito da RIS3 do Centro.</p>
<p>Asseverar o desenvolvimento territorialmente coerente</p>	<p>No âmbito do DataCentro, plataforma desenvolvida pela CCDRC para disponibilização e monitorização de informação estatística relevante, foi ultrapassada a meta de “Número de páginas consultadas no DataCentro” prevista. Assim, ao esforço interno de atualização de 567 indicadores no ano de 2015, verificou-se uma procura de informação significativa com a consulta de 15.053 páginas pelos utilizadores da plataforma.</p> <p>No que respeita ao indicador “Número de relatórios de monitorização” foi possível disponibilizar 13 relatórios de monitorização que permitiram acompanhar e monitorizar o desenvolvimento regional. Assim foi possível assegurar a atualização e disponibilização do Barómetro do Centro Regional e a edição do Boletim Trimestral de Conjuntura. Foram também analisados os dados disponíveis sobre as Políticas Públicas no Centro de Portugal, a partir dos dados do QREN 2007-2013. Com vista a simplificar a leitura do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 foram editados dois documentos: um com “O Foco nos Resultados” e outro com o foco nas “Abordagens Territoriais”. Por fim, e como apoio à decisão de outras unidades orgânicas da CCDRC e das entidades responsáveis pela aplicação dos fundos estruturais na região, foram ainda produzidos trabalhos relacionados com as PME Excelência na Região Centro, com a caracterização do distrito de Coimbra, com as estruturas de incubação de empresas existentes na Região Centro e com os níveis de divergência/convergência existentes a partir da análise do PIB regional.</p> <p>O indicador “Número de Eventos” foi também ele superado, tendo sido organizados 6 eventos. Mais concretamente foi organizada a gala das empresas gazela que a CCDRC identificou na região, foram promovidas duas sessões com peritos contratados pelo Observatório Europeu de Clusters no âmbito do projeto <i>Model Demonstrator Region</i> no âmbito do qual a Região Centro foi selecionada para ser uma das seis regiões modelo demonstradoras de estratégias de clusterização e especialização inteligente na Europa e que quiseram refletir juntamente com um conjunto diversificado de atores regionais. De igual modo, no âmbito do projeto <i>Lagging Regions</i> da Comissão Europeia, foi organizada a receção de uma delegação da Comissão Europeia à Região Centro para promover com os principais atores regionais uma reflexão centrada nos principais estrangulamentos ao processo de convergência e na identificação dos fatores chave para o crescimento e investimento a nível regional. Foi ainda organizado o II Concurso Regional de Ideias de Negócio nas Escolas e uma sessão pública de esclarecimento dos Incentivos do Estado à Comunicação Social junto dos promotores, proprietários ou editoras de publicações periódicas e operadores de rádio da Região Centro, em parceria com a Secretaria de Estado Adjunta do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional.</p> <p>Embora a DSDR tenha contribuído para a elaboração de vários comunicados de imprensa ao longo do ano, houve 10 que se destacaram por não se tratarem de meras divulgações de eventos ou iniciativas. Deste modo foi possível superar o indicador “Número de comunicados de imprensa”.</p>

Alargar a participação regional nos programas de cooperação territorial europeia

O ano de 2015 foi o ano de lançamento dos Programas da Cooperação Territorial Europeia (CTE) do período de programação 2014-2020, após a sua aprovação pela Comissão Europeia (com exceção do programa de Cooperação do Espaço Atlântico). Simultaneamente, foi um ano de intenso trabalho com o objetivo de maximizar a taxa de execução designadamente do POCTEP 2007-2013.

Destaca-se, assim, em termos de **“iniciativas de divulgação de resultados POCTEP 2007-2013 e de apresentação dos novos PO CTE 2014-2020”** a participação nos seminários de lançamento dos Programas (Jornadas URBACT III; Cooperação Territorial Europeia; POCTEP 2014-2020) e nos seminários de lançamento de primeiras convocatórias (INTERREG Europe; SUDOE; POCTEP com seminários territoriais nas áreas de cooperação Centro-Castilla y León e Alentejo-Centro-Extremadura). Para além destes momentos mais formais de apresentação dos novos programas onde, quase sempre, se fez um balanço do período anterior, é de referir a participação em eventos diversos, no âmbito dos quais se promoveu a participação de agentes da região nos Programas da CTE (como, por exemplo, o II Congresso Internacional do Inovcluster ou o Congresso BINSAL). Por outro lado, o ano de 2015 foi fértil em reuniões de preparação de novos projetos (a submeter, sobretudo, ao POCTEP e ao SUDOE), no âmbito das quais a participação da CCDRC teve sempre por objetivo fazer o enquadramento dos programas e ajudar ao alinhamento dos projetos com as prioridades regionais.

No contexto do encerramento do Programa 2007-2013, estava previsto o **“acompanhamento físico de 95% dos projetos em execução”**. Este foi um objetivo não cumprido. Realizaram-se reuniões com promotores e visitas dos projetos em execução física, designadamente os que apresentaram candidatura à convocatória de encerramento do programa (que permitiu um apoio FEDER, condicionada à existência de disponibilidade de fundo, para novas ações de projetos aprovados). Contudo, o universo de projetos em execução inclui todos os projetos não encerrados, incluindo os da 2ª convocatória que pediram prorrogação de prazo de execução para a sua finalização, mas cujo desenvolvimento principal ocorreu em anos anteriores, altura em que foram objeto de acompanhamento físico por parte da Unidade de Coordenação Regional. Acresce que se entendeu mais pertinente concentrar esforços na validação da despesa com o objetivo de garantir a execução financeira dos projetos de forma atempada, num esforço coletivo de maximizar a taxa de execução do Programa que, como é sabido, sofreu bastante com os anos de crise financeira, económica e social pela qual os dois países envolvidos passaram durante o seu período de execução.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
DS	Seminários, sessões de esclarecimento no âmbito do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e de outros regimes jurídicos autárquicos inovadores ou com problemáticas especialmente relevantes.	Seminários realizados	2			x
		Sessões de esclarecimento realizadas	20		X	
		Guias de Apoio Técnico	2		x	
DAJ	Assessoria Jurídica e contencioso administrativo	Tempo médio de resposta e qualidade	95% dos atos de apoio jurídico prestados até 30 dias e 100% com correção jurídica	x		
	Apoio Jurídico às autarquias locais e entidades equiparadas	Tempo médio de resposta e qualidade	95% dos atos de apoio jurídico prestados até 30 dias e 100% com correção jurídica;	x		
	Contraordenações ambientais	Percentagem de propostas de decisão sobre autos/participações de contraordenação	500 propostas de decisão, relatórios, e informação de arquivo, de autos de notícia e de participações respeitantes a processos de contraordenação	x		
DCTF	Apoio técnico aos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes	Municípios apoiados tecnicamente	77	x		
	Apoio técnico às Freguesias da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes	Freguesias apoiadas tecnicamente	2 relatórios			x

Apoio às autarquias locais no âmbito do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais	Tempo médio de resposta e qualidade	95% dos atos de apoio prestados até 30 dias, com correção técnica ;	x		
Apoio às autarquias locais e entidades equiparadas no âmbito da cooperação técnica e financeira	Tempo médio de resposta e qualidade	100% dos atos de apoio prestados até 30 dias	x		

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	
Objetivos	Fundamentações
Seminários, sessões de esclarecimento no âmbito do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e de outros regimes jurídicos autárquicos inovadores ou com problemáticas especialmente relevantes.	<p>Copromoveu-se, com a DSOT, o Seminário “Regime Jurídico da Urbanização e Edificação” (14.04.2015).</p> <p>Realizaram-se vinte (20) sessões técnicas de formação para autarcas e colaboradores das freguesias, subordinadas ao tema « Operacionalização da Previsão e da Execução Orçamental nas Freguesias da Região Centro».</p> <p>Elaboraram-se dois guias de apoio aos autarcas das Freguesias subordinados ao tema da contratação pública, por ajuste direto, nas Freguesias. Um dos guias versou a matéria da formação dos contratos, sendo o segundo respeitante à execução dos contratos públicos.</p>
Assessoria Jurídica e contencioso administrativo	No âmbito do apoio jurídico ao QREN e aos serviços da CCDR elaboraram-se 85 pareceres jurídicos, emitidos na totalidade até 30 dias sobre a data de entrada do respetivo pedido
Apoio Jurídico às autarquias locais e entidades equiparadas	No âmbito do apoio autárquico os 381 pareceres jurídicos elaborados, tendo 99,74 % dos mesmos sido emitidos até 30 dias sobre a data de entrada do respetivo pedido na CCDR.
Contraordenações ambientais	Instruíram-se 670 processos de contraordenação , e a redução das pendências de processos a instruir.
Apoio técnico aos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes	Foi «prestado apoio técnico aos Municípios da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes, materializado no acompanhamento e verificação dos documentos previsionais para 2015 e dos documentos de prestação de contas de 2014, e reporte da correspondente informação à Direção-Geral das Autarquias Locais.
Apoio técnico às Freguesias da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes	Acompanhou-se o desempenho das Freguesias da Região Centro em matéria de Finanças Locais, no âmbito dos instrumentos contabilísticos e financeiros vigentes, tendo sido verificados 513 documentos previsionais para 2015 e 598 documentos de prestação de contas de 2014.
Apoio às autarquias locais no âmbito do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais	Foi prestado apoio às autarquias locais, onde a par da resposta às solicitações por estas colocadas, foram divulgados no portal da CCDRC, relatórios, notas técnicas e apresentações das sessões de esclarecimento, artigos e respostas a perguntas frequentes designadamente sobre eleições e eleitos locais, órgãos autárquicos, atribuições e competências, recursos humanos, contratos públicos, edificação, urbanização e finanças locais.
Apoio às autarquias locais e entidades equiparadas no âmbito da cooperação técnica e financeira	Apoiou-se tecnicamente as Autarquias e entidades equiparadas no âmbito da Cooperação Técnica e Financeira promovida pela DGA, através de análise de candidaturas e do acompanhamento de contratos-programa (tanto no seu regime normal como no apoio financeiro e a projetos de integração e partilha de serviços ou competências dos municípios), de protocolos no âmbito do Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva e no programa de Modernização Administrativa das Freguesias.

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação			
				superou	cumpriu	não cumpriu	
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	DSOT/DGT /DOTCN	Disponibilização de documentos e de informação relevante	Data da atualização: - Informação no Portal - Base de dados do RJREN/RJUE - Guia Orientador da revisão de PDM	15 de dezembro	X		
	DSOT/DGT/DOTCN	Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território	Taxa de cobertura territorial das ações de sensibilização (sessões/oficinas/apresentações/jornadas/seminários/formações)	15% (N.º de municípios abrangidos pelo menos por uma ação/N.º de municípios da respetiva NUTS II) x 100	X		
	DSOT/DGT/ DOTCN	Participar com outras entidades ou Unidades Orgânicas da CCDRC	% de contributos	95%	X		
	DSOT/DGT	Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matérias de uso, ocupação e transformação do território	% de pareceres emitidos no prazo legal, nunca ultrapassando 30 dias	95%	X		
	DSOT/DGT/D OTCN	Garantir a decisão concertada das Entidades Externas (EE), no âmbito do RJUE, da REN e na formação e dinâmica de PMOT	% de decisões no prazo legal % de realização de Conferências de Serviço no prazo legal	95%	X		
	DSOT/DGT /DOTCN	Garantir a colaboração permanente com as entidades de tutela, contribuindo para a definição das bases gerais de ordenamento de território e urbanismo	% de contributos no prazo solicitado, nunca ultrapassando 30 dias	95%	X		
	DSOT/DOTCN	Efetuar o acompanhamento dos processos de elaboração, alteração e revisão dos IGT bem como a sua suspensão e estabelecimento de Medidas Preventivas	% de pareceres emitidos no prazo legal, nunca ultrapassando 30 dias	95%	X		

DSOT/DOTCN	Identificar as normas dos Planos especiais a incorporar nos PDM	Data de conclusão	29 de junho		x	
------------	---	-------------------	-------------	--	---	--

Direção de Serviços de Ordenamento do Território	
Objetivos	Fundamentações
Disponibilização de documentos e de informação relevante	<p>Até 27 de novembro foram atualizados todos os documentos disponibilizados, no âmbito da gestão territorial, no Portal da CCDRC (25) e criados 3 novos documentos: norma de procedimentos e modelo de requerimento para o pedido de parecer do ICNF no âmbito das ações de arborização e rearborização e norma de procedimentos para operações de gestão de resíduos em aterro. Foram ainda criadas 4 novas FAQ na área da Gestão Territorial.</p> <p>No âmbito da formação e dinâmica de Planos Territoriais e de REN, foram atualizadas, até 30 de outubro, as 5 normas de procedimentos relativas à tramitação processos: OT-1-Revisão de PDM; OT-2-Alteração de PDM; OT-3-Elaboração e Aprovação de PU e PP; OT-4-Suspensão de PDM; OT-5-Medidas Preventivas e Normas Provisórias; e atualizada 1 FAQ 15, relativa ao formulário da REN.</p> <p>Sempre que saíram novas publicações de planos e de REN, foram atualizadas, no próprio dia, no PORTAL da DSOT as respetivas Figuras, Listas e publicações em DR (17 figuras, 54 listas e 43 DR).</p> <p>Do exposto resulta a superação do objetivo, uma vez que todos os documentos foram atualizados antes de 1 de dezembro.</p>
Recolha, tratamento, análise e divulgação de informação, analógica e/ou georreferenciada, relevante em matéria de gestão urbanística e ordenamento do território	<p>Foi feita a manutenção e melhoramento das bases de dados, com a formulação de novos indicadores relacionados com a alteração à aplicação UAAR2 e o SIRJUE incluindo a recolha, tratamento e análise de dados, respetivamente, em maio de 2015 (conforme e-mails trocados com a DTCl e Informação DGT/453/15, de 7/4) e em setembro (conforme e-mails trocados com a DTCl e informação DGT 1334/15, de 24/9)</p> <p>Foram disponibilizados 72 indicadores em matéria de gestão urbanística em setembro de 2015 para o Datacentro (conforme e-mails trocados com a DSDR e Informação DGT 1043/15, de 21/7)</p> <p>Na sequência da receção dos elementos remetidos pelas Câmaras Municipais e pela SEOTCN, foram enviadas 104 atualizações para o Visualizador de Informação Geográfica (VIG), relativas a regulamentos e plantas de Planos Territoriais (PDM, PU e PP) e de REN, resultantes dos respetivos processos de formação e dinâmica.</p> <p>Foi concluída, a 3 de dezembro, a atualização do “Guia Orientador – Revisão do PDM”, incorporando as alterações decorrentes dos novos Diplomas publicados no âmbito do Ordenamento do Território (processo PMOT GERAL/09 - informação 1697/15, de 03-12-2015).</p> <p>Do exposto, resulta a superação do objetivo.</p>
Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território	<p>Este objetivo foi claramente superado, porquanto foram realizadas 35 ações de sensibilização sobre diversas temáticas do ordenamento do território em que a DSOT tem intervenção, que resultaram numa taxa de cobertura territorial de 45,5%.</p> <p>20 destas ações, dirigiram-se essencialmente para os autarcas, dirigentes e técnicos municipais que exercem funções naquelas áreas e para os técnicos locais que normalmente apresentam projetos nas autarquias supracitadas, tiveram uma participação total de 627 pessoas, nas seguintes Câmaras Municipais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Guarda (5/03); Sabugal (12/03); Tondela (19/03); Cantanhede (23/03); Mortágua (24/03); Covilhã (8/04); Viseu (15/04); Sertã (16/04); Aveiro (20/04); Oliveira do Hospital (23/04); Castelo Branco (27/04); Meda (5/05); Pombal (6/05); Mangualde (13/05); Ovar (14/05); Leiria (20/05); Marinha Grande (25/05); Almeida (28/05); Vagos (106); e Figueira da Foz (5/06). <p>No âmbito do regime transitório estabelecido na Lei de Bases relativamente aos planos especiais, foi realizado um ciclo de reuniões por Plano Especial envolvendo os municípios abrangidos, num total de 14, sobre os procedimentos necessários à transposição para os PDM das normas dos PEOT identificadas como vinculativas dos particulares. Estas ações, dirigidas a autarcas, dirigentes e técnicos municipais, decorreram da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira - CMs de Carregal do Sal, Mortágua, Penacova, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela (Penacova, 24/11); - Plano de Ordenamento das Albufeiras do Cabril, Bouçã e Santa Luzia - CMs de Oleiros, Sertã, Góis, Pampilhosa da Serra e Pedrogão Grande (Góis, 24/11); - Plano de Ordenamento da Albufeira de Idanha (Idanha-a-Nova, 3/12); Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto (Aveiro, 7 de dezembro); - Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata e Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal (Sabugal, 10/12); - Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata, (Penamacor, 10/12); - Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode - CMs de Figueiró dos Vinhos, Vila de Rei e Sertã (Figueiró dos Vinhos, 11/12); - Plano de Ordenamento da Reserva Natural de Paúl de Arzila - CMs de Condeixa, Coimbra e Montemor-o-Velho (Condeixa, 11/12); Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional - CMs de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco e Idanha-a-Nova (Vila Velha de Ródão, 15/12); - Plano de Ordenamento das Albufeiras de Santa Águeda e Pisco - CMs de Castelo Branco e Fundão (Castelo Branco, 15/12); - Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela – CMs de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia (Seia, 17/12); - Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela e Plano de Ordenamento da Cova do Viriato (Covilhã, 17/12); - Plano de Ordenamento do Parque Natural do Douro Internacional (Figueira de Castelo Rodrigo, 22/12); - Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros (Porto de Mós, 29/12). <p>Acresce, ainda, a realização de 1 ação de divulgação sobre os novos Diplomas no âmbito do OT e respetiva aplicabilidade aos procedimentos de revisão do PDM, no município de Pinhel, em 19/11.</p>

<p>Participar com outras entidades ou Unidades Orgânicas da CCDRC</p>	<p>Foi garantida a participação em todas as reuniões em representação da CCDRC bem como a emissão de contributos para outras Unidades Orgânicas da CCDR, o que perfaz uma taxa de execução de 100%. A saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ERRANC: 33 reuniões (729 processos); - COMAC e Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro – RJACSR - 5 reuniões (DIA PORTUGAL – Minipreço - Vila Nova de Poiares; Pingo Doce - Condeixa-a-Nova; Sonae-Foz Plaza - Figueira da Foz, JOM – Mealhada; Continente - Oliveira do Hospital) - Grupos de trabalho (5) e contributos sobre regularização de atividades económicas (6) - explorações de massas minerais, operações de gestão de resíduos, estabelecimentos industriais e explorações pecuária e 73 Reuniões com outras entidades [Câmaras Municipais, entidades externas (ICNF, ARH Centro, ERRANC), empresas, cidadãos,...]; - Comissão Distrital de Proteção Civil, Comissão Nacional para a valorização dos territórios comunitários (baldios); - Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Coimbra; - Foram elaborados contributos quanto ao descritor ordenamento do território, nomeadamente nas áreas ambientais, em processos de AIA e AinC, operações de gestão de resíduos, planos de gestão de lamas, entre outros; - Participação no Grupo de Ligação do programa comunitário URBACT III, liderado pela DGT que é o Ponto URBACT Nacional. Este grupo de ligação acompanha a implementação deste programa comunitário que promove, em termos europeus, a constituição de redes de cidades no domínio da aprendizagem e da troca de experiências em matéria de desenvolvimento urbano sustentável; - Participação no Grupo de Trabalho liderado pela DGT que elaborou o Relatório Nacional Habitat III que constitui o contributo de Portugal para a terceira conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre habitação e desenvolvimento urbano sustentável (Habitat III); - Participação no Núcleo Regional do Programa de Ação Nacional Contra a Desertificação na elaboração da respetiva proposta de Plano de Trabalhos Regional 2016/2017; - Participação, com a DSDR, na finalização dos pareceres sobre as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial que prepararam a contratualização com as CIM de Fundos Comunitários, no âmbito do Centro 2020; - Elaboração para a Vice Presidência de informação de base sobre a região Centro; - Colaboração com a DSAJAL em processos de contraordenação e judiciais em aspetos específicos de ordenamento do território; - Colaboração com a DSF na verificação do cumprimento do Regime Jurídico da REN nos loteamentos da área do distrito de Coimbra.
<p>Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matérias de uso, ocupação e transformação do território</p>	<p>No âmbito da gestão territorial, foram rececionados 1485 pedidos externos, tendo sido dada resposta a todos os pedidos dentro do prazo legal, nunca ultrapassando os 30 dias (tempo médio de resposta de 9,45 dias), conforme quadro de circulação interna de processos. Do exposto, resulta uma taxa de execução de 100%, superando-se, assim, o objetivo.</p>
<p>Garantir a decisão concertada das Entidades Externas (EE), no âmbito do RJUE, da REN e na formação e dinâmica de PMOT</p>	<p>100% das intervenções da CCDR no SIRJUE, foram efetuadas no prazo legalmente estabelecido (1099 - QUAR, onde a CCDRC interveio diretamente em 541), onde se incluem 40 conferências decisórias ao abrigo do artigo 13.º-A do RJUE. No âmbito do RJREN foi realizada a totalidade das conferências de serviço no prazo legal (127), perfazendo uma taxa de realização de 100%. A realização de Conferências de Serviço relativas à elaboração/ alteração/revisão de Planos Territoriais (PDM, PU,PP), no âmbito do RJIGT, obteve uma taxa de realização de 100%, uma vez que todas as 29 solicitações foram concretizadas no prazo legal estabelecido.</p>

<p>Garantir a colaboração permanente com as entidades de tutela, contribuindo para a definição das bases gerais de ordenamento de território e urbanismo</p>	<p>Este objetivo foi superado, porquanto foi dada resposta a todos os pedidos de colaboração da Tutela, no prazo solicitado, nunca ultrapassando 30 dias, dos quais se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas (RERAE), aprovado pelo Decreto -Lei n.º 165/2014, de /2012, de 5 de novembro; - Portaria dos elementos instrutórios de licenciamento único de ambiente (LUA) de uma atividade industrial ou similar a industrial. - Comentários Projeto de Portaria - Taxas – REN; - Portaria que identifica os dados e os elementos instrutórios a constar nas comunicações prévias relativas às atividades previstas no n.º 1 do artigo 4.º do Regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro. - Proposta de diploma de alteração do regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios; - Proposta de Portaria de elementos instrutórios de LUA de atividades pecuárias; - Proposta de portaria sobre a possibilidade de suspensão por motivo de aperfeiçoamento do requerimento no SIRJUE; - Alterações ao SIRJUE, para a DGAL, nomeadamente quanto a: <ul style="list-style-type: none"> - Prazo para pronúncia das entidades externas - convocação de entidades excluídas de consulta para a conferência decisória; - Prazos de decisão da CCDR; - Listagens e pesquisas dos municípios; - Portaria que identifica os dados e os elementos instrutórios que os pedidos de autorização relativos às atividades previstas no n.º 1 do artigo 5.º do RJACSR, anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro; - Projeto de Decreto-Lei n.º - Seveso III - Controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas; - Colaboração com a IGAMAOT, no âmbito do art.º 5º do DL 256/2007, nos processos inspetivos relativos ao Regime Jurídico da REN (CCDR, Municípios de Mira e Vagos e área do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode); - Novo Regime Jurídico dos instrumentos de Gestão Territorial e legislação complementar, como sejam o decreto regulamentar da classificação e qualificação do solo, decreto regulamentar que fixa os conceitos no âmbito do ordenamento do território e urbanismo e a portaria que regulamenta a constituição e o funcionamento das comissões consultivas; - Regime jurídico do ordenamento do espaço marítimo nacional; - Guia Metodológico para a integração dos PEOT nos PDM.
<p>Efetuar o acompanhamento dos processos de elaboração, alteração e revisão dos IGT bem como a sua suspensão e estabelecimento de Medidas Preventivas</p>	<p>Este objetivo foi superado porquanto foi dada resposta a todas as solicitações dentro dos prazos legais estabelecidos, nunca ultrapassando 30 dias. O acompanhamento dos processos de elaboração, alteração e revisão dos IGT, bem como a suspensão de plano e o estabelecimento de medidas preventivas foi feito através da emissão de pareceres e da realização de reuniões de esclarecimento, setoriais e de trabalho, totalizando 131.</p> <p>No âmbito do acompanhamento dos processos de Avaliação Ambiental Estratégica, relativos à elaboração/ alteração/revisão de Planos Territoriais (PDM, PU,PP) e outros Planos e Programas, foram emitidos 36 pareceres e realizadas 3 reuniões, respondendo a todas as solicitações e respeitando sempre os prazos legais estabelecidos.</p>
<p>Identificar as normas dos Planos especiais a incorporar nos PDM</p>	<p>No seguimento da publicação da Lei n.º 31/2014, de 30/05, que veio determinar a obrigatoriedade das normas diretamente vinculativas dos particulares constantes dos Planos Especiais (PEOT) serem transpostas para os Planos Diretores Municipais (PDM), a DSOT, em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), procedeu à identificação das referidas normas, tendo o resultado desse trabalho sido disponibilizado, a 26 de junho de 2015, aos municípios abrangidos na nossa área de intervenção, através do ofício DOTCN 990/15, o qual seguiu com conhecimento, também para a Secretaria de Estado.</p> <p>Assim, foi dado cumprimento a este objetivo, dado que o prazo estabelecido no Diploma acima citado, para identificação das referidas normas era de um ano após a sua publicação (29 de junho de 2015).</p>

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Ambiente	DSA/DAA/DLPA	Sensibilizar cidadãos e instituições para a temática do Ambiente	Taxa de cobertura territorial das ações de sensibilização relacionadas com o ambiente (N.º de municípios, abrangidos pelo menos por 1 ação/77)*100	65%	x		
		Manter atualizado o Portal, no que respeita às temáticas da competência da DSA, bem como as normas de procedimentos	Os constantes das fichas de atividade	As fixadas nas fichas de atividade	x		
		Atualizar a informação sobre os 40 indicadores inerentes às temáticas da DSA que integram o DATACENTRO	Data de comunicação dos dados à DSDR	30 de setembro			x ¹
		Contribuir para a execução das políticas de ambiente através da participação assídua nas Comissões e Grupos de trabalho externos de âmbito nacional e regional e em ações externas e internas de uniformização de procedimentos	(N.º de convocatórias/N.º de Presenças)*100	95%	x		
		Continuar a dar resposta às solicitações não integradas em procedimentos com prazos legais estabelecidos, no prazo máximo médio de 1 mês	N.º de respostas dadas por mês, em menos de 30 dias corridos/ n.º total de respostas dadas	85%	x		
		Dar continuidade à georreferenciação de processos na área do ambiente	(N.º de processos georreferenciados em 2015/N.º total de processos)*100	5%	x		
	DSA/DAA	Manter a média de redução dos prazos legais estabelecidos na execução das atividades inerentes ao regime jurídico de AIA	N.º total de dias gastos na emissão da DIA/ N.º total de procedimentos	n≥(n-1)		x	
			N.º Total de dias gastos nos restantes procedimentos do RJAIA/N.º total de procedimentos	As fixadas nas fichas de atividade			
		Garantir o tempo médio gasto na tomada de decisão sobre os procedimentos de AInCA (FER)	N.º total de dias gastos/ N.º total de procedimentos	55 dias	(²)		
		Garantir com eficácia o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera e legislação complementar	Atraso máximo, em número de dias, na análise dos relatórios de caracterização das emissões gasosas e emissão de pareceres, a 31 de Dezembro.	30 dias			
Disponibilização do relatório anual da qualidade do ar na Região Centro, com base no funcionamento da rede regional da qualidade do ar	30-maio			x			
Disponibilização do inventário regional das emissões atmosféricas para 2014	30-junho						
	Índice de eficiência da rede da qualidade do ar: (n.º horas de funcionamento/n.º total de horas do mês)*100	85%					

¹ Os indicadores 14 e 15 relativos a dados sobre produção, tratamento e destino dos resíduos urbanos, carece do envio de dados por parte da APA, o que só veio a ocorrer em novembro.

² Durante o ano de 2015 não houve nenhum procedimento de Avaliação de Incidências Ambientais.

DSA/DLPA	Manter a eficácia no procedimento de licenciamento das operações de gestão de resíduos.	N.º total de dias gastos/ N.º total de pareceres emitidos	Reg. Geral: 30 dias	x x		
			Reg. Simplificado: 25 dias			
	Manter a eficácia nos processos de licenciamento: industrial (SIR) e atividade pecuária (REAP).	N.º total de dias gastos/ N.º total de pareceres emitidos	SIR: 23 dias	x		
			NREAP: 20 dias			
	Manter a eficácia na aprovação do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP) de pedreiras	N.º total de dias gastos/ N.º total de pareceres emitidos	25 dias	x		
Garantir a salvaguarda do cumprimento das obrigações ambientais por parte dos industriais, através da participação na realização das vistorias conjuntas, nos termos do REAI/SIR, REAP e RJPMM	%	95%	x			
Assegurar a monitorização operacional das entidades gestoras de RU, em linha de ação com o PERSU 2020	N.º de RAA analisados	5	x			

Direção de Serviços do Ambiente	
Objetivos	Fundamentações
Sensibilizar cidadãos e instituições para a temática do Ambiente	Pretendia-se com este objetivo promover ações de sensibilização relacionadas com o ambiente destinadas a abranger o maior número de Municípios da Região Centro. Nestas ações estão incluídas as sessões de sensibilização ambiental realizadas em várias Escolas, visitas de estudo às Estações da Qualidade do Ar, reuniões de esclarecimento de procedimentos ambientais com operadores económicos, visitas de acompanhamento ambiental. Pode-se considerar que houve total cobertura territorial, na medida em que 2 das ações foram dirigidas para toda a Região, logo o objetivo foi superado.
Manter atualizado o Portal, no que respeita às temáticas da competência da DSA, bem como as normas de procedimentos	Foram atualizados 6 itens no Portal da responsabilidade da DSA: Consultas Públicas, Inventário de Emissões Gasosas, Relatórios da Qualidade do AR, Planos de Gestão de Solventes, Relatórios de Monitorização Ambiental e Declarações de impacte Ambiental. Foi prevista uma meta de 5, pelo que o objetivo foi superado.
Atualizar a informação sobre os 40 indicadores inerentes às temáticas da DSA que integram o DATACENTRO	A meta de envio à DSDR da informação sobre os 40 indicadores da responsabilidade da DSA, era 30 de setembro de 2015. No entanto, em virtude de estarmos dependentes da APA para obtenção dos dados relativos aos indicadores 14, 15 e 16, o que veio a ocorrer só em novembro, não foi possível dar cumprimento, pelo que o objetivo não foi cumprido.
Contribuir para a execução das políticas de ambiente através da participação assídua nas Comissões e Grupos de trabalho externos de âmbito nacional e regional e em ações externas e internas de uniformização de procedimentos	A DSA participou de uma forma assídua em todas as reuniões internas e externas quer inseridas em Comissões e Grupos de Trabalho quer enquadradas noutras missões e objetivos. Além daquelas que se encontravam identificadas e previstas, participou ainda em muitas outras no âmbito de Grupos de Trabalho criados ao longo do ano ou em função de necessidades que foram surgindo. Em 2015 estiveram em pleno funcionamento os GT e Comissões: NREAP, o Grupo de Apoio à Gestão do PERSU 2020, Grupo de Pontos Focais do RJAIA (GPFNRJAIA), GTAR e o GT para a Estratégia Nacional para o AR (ENAR), GT para a tomada de decisão sobre processos de regularização das atividades económicas, reuniões na APA e na SEAmb sobre a operacionalização do diploma do Licenciamento Único Ambiental (LUA) e harmonização e procedimentos sobre a temática resíduos. O objetivo foi superado.
Continuar a dar resposta às solicitações não integradas em procedimentos com prazos legais estabelecidos, no prazo máximo médio de 1 mês	Para um universo de 1734 pedidos externos enquadrados neste objetivo, foi dada resposta em menos de 30 dias, correspondendo a 97,5%. O objetivo foi superado.

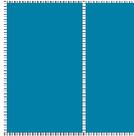
Dar continuidade à georreferenciação de processos na área do ambiente	Este objetivo consistia em dar continuidade ao procedimento de georreferenciação dos processos da DSA, com uma meta estabelecida de 5% em relação ao número de processos criados em 2015. Esta percentagem foi ultrapassada, pelo que o objetivo foi ultrapassado.
Manter a média de redução dos prazos legais estabelecidos na execução das atividades inerentes ao regime jurídico de AIA	Tempos médios gastos nas seguintes atividades: ✓ AIA, cuja autoridade de AIA foi a CCDRC: dos 11 procedimentos, a média de n.º dias foi 89 dias úteis, tendo sido inferior ao ano de 2014 (91 dias); ✓ AIA cuja Autoridade de AIA foi a APA: dos 4 procedimentos, a média de n.º dias foi 6 dias úteis, cuja meta era de 3 dias antes do prazo concedido; ✓ Aplicabilidade do regime jurídico de AIA: dos 46 procedimentos, média de n.º dias gastos foi 9 dias úteis, cuja meta era de 30 dias. As atividades designadas por Proposta de Definição de âmbito (PDA), dispensa de AIA e Pós Avaliação cuja Autoridade de AIA foi a CCDRC não ocorreram no ano de 2015 O presente objetivo foi superado
Garantir o tempo médio gasto na tomada de decisão sobre os procedimentos de AlncA (FER)	Durante o ano de 2015 não houve nenhum procedimento de Avaliação de Incidências Ambientais.
Garantir a divulgação da Qualidade do ar da Região	✓ O atraso máximo, em dias, na análise dos relatórios de caracterização de emissões gasosas e emissão de pareceres, a 31 de dezembro, foi de 49 dias, sendo a meta de 30 dias. ✓ O relatório da qualidade do ar relativo a 2015 foi disponibilizado ao público, no portal da CCDR em 29 de abril e cuja meta era de 30 maio. ✓ Foi elaborado o inventário regional de poluentes atmosféricos para o ano de 2014, tendo sido disponibilizado o respetivo relatório em 29 de junho cuja meta era 30 de junho. ✓ O Índice de eficiência da rede da qualidade do ar relativo ao ano de 2015 na Região centro foi de 97,01%, cuja meta era de 85%. O objetivo foi superado.
Manter a eficácia no procedimento de licenciamento das operações de gestão de resíduos.	Relativamente ao presente objetivo cujas metas são: Regime simplificado: 25 dias; Superação: 23 dias; Regime geral: 30 dias; superação: 27 dias, os resultados obtidos para o ano de 2015 permitem concluir pelo seu cumprimento, com os seguintes resultados: 22 dias e 28 dias, respetivamente para o RS e para o RG, num universo de trabalho que envolveu a emissão de 56 Alvarás de Licença. Atendendo ao volume de pedidos de licenciamento ao abrigo do regime geral do RGGR, a ponderação dos resultados permite concluir pelo cumprimento do objetivo.
Manter a eficácia nos processos de licenciamento: industrial (SIR) e atividade pecuária (REAP).	O tempo médio gasto nos processos de licenciamento industrial (SIR), foi de 17 dias (meta:23 dias), e o tempo médio despendido na análise de processos de licenciamento da atividade pecuária, foi de 18 dias (meta: 20 dias), num universo de trabalho de 96 pedidos de parecer no âmbito do SIR, e de 64 pedidos de parecer no âmbito do NREAP. A manutenção, a tempo inteiro, de duas técnicas superiores afetas ao licenciamento e acompanhamento da atividade industrial, para além de outros técnicos responsáveis pela análise de instalações industriais específicas, como sejam os anexos de pedra e a indústria alimentar, permitiu alcançar o resultado mencionado. A manutenção de uma técnica Superior afeta à atividade de análise/acompanhamento/vistoria de processos de licenciamento da atividade pecuária, durante o ano de 2015 permitiu a superação do objetivo.
Manter a eficácia na aprovação do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP) de pedreiras	No ano de 2015 foram analisados 5 (cinco) PARP, tendo sido despendidos em média, 19 dias na respetiva análise. Atendendo à meta preconizada para o presente objetivo (25 dias) considera-se que o mesmo foi superado. A DLPA tem dois técnicos afetos às atividades de análise e acompanhamento dos diversos procedimentos associados ao regime de pesquisa e exploração de massas minerais. À semelhança do ano transato, não foram considerados os PARP aprovados em sede de AIA, cujos prazos não se compaginam por inerência ao próprio procedimento, com os estabelecidos nas fichas de atividade da DLPA.
Garantir a salvaguarda do cumprimento das obrigações ambientais por parte dos industriais, através da participação na realização das vistorias conjuntas, nos termos do REAI/SIR, REAP e RJPEMM	À semelhança do ano anterior, em 2015, registou-se um decréscimo no número de convocatórias para a realização de vistorias no âmbito do REAI/SIR, a par com a manutenção das convocatórias para vistorias no âmbito do NREAP e decréscimo acentuado nas vistorias a explorações de massas minerais (pedreiras). No total, foram realizadas 185 vistorias, num universo de 188 convocatórias, com desempenho de 98,4%, para uma meta de 95%. O objetivo foi superado.

<p>Assegurar a monitorização operacional das entidades gestoras de RU, em linha de ação com o PERSU 2020</p>	<p>A publicação do PERSU2020 veio alterar/otimizar o paradigma da gestão de resíduos urbanos, pelo que no ano de 2015 a atividade preponderante da CCDRC enquanto entidade coordenadora do licenciamento e acompanhamento da atividade em questão centrou-se na análise dos planos de adequação ao PERSU2020, num total de 9 PAPERSU, dos quais, 6 (seis) respeitam aos sistemas de tratamento de RU: ERSUC (Coimbra e Aveiro) Valorlis (Leiria), Ecobeirão (Tondela), VALNOR (Castelo Branco), Resiestrela (Fundão) e ainda 3 (três) respeitantes a Municípios. Foram ainda, efetuadas 5 (cinco) visitas aos sistemas de tratamento de RU: Valorlis – Visita ao aterro/Março2015, Ecobeirão – Visita ao CTRU/abril2015, ERSUC – Visita ao aterro sanitário de Aveiro e estação de triagem/outubro2015, e ERSUC – CITRU Aveiro/outubro2015. Atendendo à meta preconizada para este objetivo (5) e ao número de intervenções abrangidas pelo mesmo (9), considera-se que o mesmo foi superado.</p>
--	---

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Fiscalização	Implementar plano de fiscalização	N.º de ações de fiscalização técnica do plano realizadas pela DSF	70	X		
	Dar resposta às reclamações em tempo útil Garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território	n.º de dias de calendário médio para uma resposta em 90% das reclamações/ ((\sum (data da entrada da reclamação i – data da resposta à Reclamação i))/(n.º de reclamações)	30	X		
	Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente	n.º de situações resolvidas. Resolvidas - Cumprimento das normas legais aplicáveis após notificação aos infratores	70	X		
	Sessões temáticas de articulação de procedimentos com DSR's	N.º de ações de sensibilização vocacionadas para os municípios nos temas dos resíduos e resíduos de construção e demolição.	4 ações			X
	Implementar plano de fiscalização	N.º de sessões	2	X		

Direção de Serviços de Fiscalização	
Objetivos	Fundamentações
Implementar plano de fiscalização	Relativamente à implementação do plano de fiscalização de 2015, foram realizadas pelos Técnicos da Direção de Serviços de Fiscalização 75 ações de fiscalização relativas a diferentes depósitos ilegais de veículos em fim de vida e de resíduos, operadores de gestão de resíduos licenciados, à gestão de resíduos perigosos, passivos ambientais e pedreiras, gestão de RCD, lamas de ETAR, loteamentos, Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura 2000, distribuídos por diferentes locais da Região Centro. A meta de superação era de 70 ações de fiscalização, pelo que o objetivo foi superado.
Dar resposta às reclamações em tempo útil	O tempo de resposta dado em 2015 às reclamações no âmbito do ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza, tratadas na Direção de Serviços da Fiscalização foi de 13 dias. A meta de superação era de 30 dias em 90% das reclamações, pelo que o objetivo foi superado
Garantir o cumprimento da legislação de ambiente e de ordenamento do território	Na sequência das ações de fiscalização efetuadas no âmbito do plano de fiscalização de 2015 e das ações extra plano de fiscalização foram resolvidas 137 situações de incumprimento da legislação ambiental e de ordenamento do território. O critério de superação estabelecido era a resolução de 70 situações de incumprimento da legislação ambiental e de ordenamento do território, sendo assim superado o presente objetivo.
Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente	Relativamente ao número de ações de sensibilização vocacionadas para os municípios nos temas dos resíduos e resíduos de construção e demolição, apesar da Direção de Serviços da Fiscalização ter diligenciado junto das CIM's, Comunidades Intermunicipais da Região Centro, no sentido de serem realizadas ações de sensibilização neste âmbito, apenas uma aderiu a iniciativa. Assim, apenas foi possível, por razões alheias à Direção de Serviços de Fiscalização, a realização de uma ação na CIM de Viseu Dão Lafões, que teve uma elevada participação dos técnicos dos respetivos municípios. Contudo pelas razões referidas não foi possível dar cumprimento ao objetivo dado que estava previsto a realização de pelo menos 4 ações.
Sessões temáticas de articulação de procedimentos com DSR's	Em 2015 foram realizadas pela Direção de Serviços da Fiscalização duas sessões técnicas (temáticas) de articulação de procedimentos com as Divisões Sub Regionais da CCDRC. As sessões técnicas realizadas foram as seguintes com as respetivas agendas: <ul style="list-style-type: none"> • “A Lei 114/2015, e uniformização de procedimentos com a fiscalização” realizada em 26/11/2015; • “Ponto de situação do plano de fiscalização de 2015; Plano de fiscalização de 2016 – Preparação; O Despacho 16426/2002; Análise de reclamações na área do ordenamento do território”, realizada em 18/12/2015. O critério de superação para este objetivo era a realização de pelo menos duas sessões temáticas tendo sido assim o mesmo superado.

		Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
					superou	cumpriu	não cumpriu
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	DTCI	Consolidar a infraestrutura tecnológica, melhorar os recursos e a base tecnológica de suporte a toda a atividade da rede local e alargada da CCDRC potenciando os aspetos de mobilidade.	Melhoria dos postos de trabalho (PCs desktop) - 30%	90% dos utilizadores com equipamento adequado	X		
			Sistema de Monitorização – 15%	Até 31 de Dezembro		X	
			Posto de Trabalho Móvel (e-@) - 40 %	100% dos utilizadores até 31 de Dezembro			X
			Primeira revisão do plano de segurança do SI - 15%	Até 31 de Dezembro	X		
		O desenvolvimento aplicacional para inovar e desenvolver - nos tempos atuais a informação é um ativo importante nos aspetos de crescimento e desenvolvimento sustentado.	Novas aplicações para o Portal do Trabalhador – 25%	2 aplicações		X	
			Disponibilização dos módulos Tronco comum, candidaturas e pagamentos do Centro 2020 no WebGep; – 50%	Até 30 de Dezembro		X	
	Desenvolvimento da secretaria virtual – 25%		Até 30 de Novembro		X		
	A Comunicar é que nos entendemos – potenciar a comunicação interna e externa como fator decisivo para o sucesso da organização.	Otimizar o arquivo documental da CCDRC	Até 30 de Dezembro			X	
		Ampliar e melhorar o serviço do CRUU, sugerindo o atendimento do Centro2020	Até 30 de Setembro		X		
	DORH	A história ao alcance de um clique - disponibilizar o percurso profissional do trabalhador no portal do trabalhador/GestFunc	Processos <i>on line</i> carregados com o percurso profissional do trabalhador	60% dos processos inseridos em 31 de Dezembro			X
			Normas: a via verde da simplificação – atualizar as Normas e disponibilizar os respetivos requerimentos de preenchimento automático	Normas atualizadas e disponibilização de requerimentos em “modo automático” – 100%	Até 30 de junho de 2015	X	
		A formação que dinamiza – potenciar a dinamização adquirida nos últimos anos na área da formação; investir na formação específica	1- Investir em ações de formação em áreas específicas de Ordenamento/Vencimentos/Contabilidade/Fundos Comunitários – 50%	20 Ações de formação		X	
2- Desenvolver um Regulamento Interno de Formação (RIF) – 30%			Até 30 de junho de 2015		X		
3- Iniciar processo de certificação de um gabinete de formação – Estudo de viabilidade – 20%			Até 30 de setembro de 2015			X	
DGFP	O fiscal único como garante da legalidade - criar as condições necessárias para que seja elaborado parecer favorável do fiscal único nas contas e relatório trimestrais	Parecer sobre a conta de Gerência 2014 Pareceres sobre os relatórios financeiros trimestrais	100% Favorável	X			
	Melhor frota redução de custos - Redução dos custos de manutenção relacionados com a manutenção das viaturas da CCDRC	Valor pago nas revisões das viaturas	Redução em 5% relativamente a 2014			X	

 Carregar informação melhor controlo - Envio para a Tutela da informação financeira definida na Lei de Execução Orçamental	Parecer sobre a conta de Gerência 2014 Pareceres sobre os relatórios financeiros trimestrais Mapa Fundos Disponíveis (FD) validado	100% de aprovações pela tutela	X	
--	---	--------------------------------	---	--

Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	
Objetivos	Fundamentações
Consolidar a infraestrutura tecnológica, melhorar os recursos e a base tecnológica de suporte a toda a atividade da rede local e alargada da CCDRC potenciando os aspetos de mobilidade.	Durante o ano de 2015 foram dados passos significativos no que respeita à consolidação da infraestrutura tecnológica. Foram adquiridos diversos PCs de secretária, PCs AIO e algum equipamento móvel, que possibilitaram apetrechar a maior parte dos utilizadores com equipamento adequado. Em 2015 foi desenvolvido um sistema de monitorização da infraestrutura tecnológica que contudo não foi colocado em produção. No entanto, foram desenvolvidas algumas peças deste sistema como a verificação do estado das comunicações com os diversos sites, servidores, switches e ups. Destaca-se ainda a implementação de diversas funcionalidades do Ms-System Center. O DPM efetua a monitorização da unidade de storage e armazenamento. Foram também criados mecanismos de controlo de quotas da storage. No que respeita às condições físicas do datacenter, foi criado um sistema de monitorização de vários parâmetros entre os quais a temperatura e o controlo de humidade No que respeita ao Posto de Trabalho Móvel não foi possível concluir a distribuição do novo ambiente, pela necessidade de ultrapassar algumas dificuldades técnicas relacionadas com a sua implementação.
O desenvolvimento aplicacional para inovar e desenvolver - nos tempos atuais a informação é um ativo importante nos aspetos de crescimento e desenvolvimento sustentado.	No período em análise foi concluído o desenvolvimento de algumas aplicações para o portal do trabalhador, entre as quais se destaca a ficha de perfil do trabalhador, a lista de contactos e a consulta de dados da storage/pastas do trabalhador. Foram ainda disponibilizados diversos módulos do WebGEP, designadamente o Tronco Comum e a Análise Técnico-Financeira, por falta de requisitos da AD&C não foi possível ir mais longe. Foi desenvolvida a nova secretaria virtual.
A Comunicar é que nos entendemos – potenciar a comunicação interna e externa como fator decisivo para o sucesso da organização.	No que respeita aos objetivos da comunicação, não foi possível iniciar a mudança de arquivos por motivos administrativos relacionados com o aluguer das instalações da Pedrulha. Foi elaborado um documento com sugestões de melhoria do CRUU tendo em vista o atendimento do Centro2020. No entanto, por decisão estratégica foi criado o GAP que veio a assumir estas funções.
A história ao alcance de um clique - disponibilizar o percurso profissional do trabalhador no portal do trabalhador/GestFunc	Em 2015 a DORH fez um enorme esforço para compatibilizar este objetivo com as tarefas regulares da Divisão, sendo que não foi possível compatibilizá-las, durante a maior parte do ano. A entrada de um recurso apenas para a tarefas deste objetivo, em setembro, acelerou em muitos a atividade, mas era impossível atingir os 60% dos processos. O processo implicou a reorganização dos processos em papel; a elaboração de um índice; a impressão de todos os separadores de acordo com o índice estabelecido e a digitalização dos documentos para disponibilização <i>on line</i> . A 31 de dezembro estavam organizados, em papel, 134 processos dos 234 existentes (57,2%).
Normas: a via verde da simplificação – atualizar as Normas e disponibilizar os respetivos requerimentos de preenchimento automático	Este objetivo que se esperava estruturante para o desenvolvimento das tarefas da DORH e para a otimização da relação com os trabalhadores, foi realizado com a participação de todos. Foram atualizadas, decorrente das alterações legislativas verificadas, todas as 17 Normas, elaborados requerimentos-tipo, em word e pdf, para cada uma das Normas e disponibilizados na intranet.
A formação que dinamiza – potenciar a dinamização adquirida nos últimos anos na área da formação; investir na formação específica	A área da formação foi fortemente dinamizada quer na organização de sessões técnicas: desenvolveram-se 10 sessões técnicas, num total de 26 turmas, com a participação de 99 trabalhadores. A taxa de participação em formação interna foi de 22,5% e de formação externa de 12,5%. Privilegiou-se a organização de formação interna, na perspetiva da economia de meio humanos e financeiros. No total os trabalhadores participaram em 24 ações de formação.
O fiscal único como garante da legalidade - criar as condições necessárias para que seja elaborado parecer favorável do fiscal único nas contas e relatórios trimestrais	Durante o ano de 2015 foram remetidos para análise e elaboração de parecer os documento de prestação de contas de 2014, o relatório trimestral referente ao 4º trimestre de 2014 e os 1º, 2º e 3º relatórios trimestrais de 2015. Todos estes documentos mereceram parecer favorável por parte daquele órgão de fiscalização que foi remetido para a DGO junto dos relatórios trimestrais e para o Tribunal de Contas junto dos documentos de Prestação de contas de 2014.
Melhor frota redução de custos - Redução dos custos de manutenção relacionados com a manutenção das viaturas da CCDRC	Durante o ano de 2015 os custos de manutenção das viaturas foram de 24.219€, enquanto que no ano de 2014 tinham sido de 23.083€. Este aumento resulta do aumento do número de Kms percorridos (em 2014 foram percorridos 550.877Kms e em 2015 foram percorridos 582.921Kms). De salientar que o custo de manutenção por Kms percorrido diminuiu de 0.0419€ para 0.0415€
Carregar informação melhor controlo - Envio para a Tutela da informação financeira definida na Lei de Execução Orçamental	Durante o ano de 2015 a informação financeira que a Lei de Execução Orçamental define com obrigatória para enviar para a tutela foi sempre remetida dentro dos prazos estabelecidos, não tendo ocorrido, durante o ano, nenhum incumprimento.

Objetivos	Indicadores desempenham	Meta	Da Avaliação		
			superou	cumpriu	não cumpriu
1 – Contribuir para o acompanhamento eficaz da elaboração, alteração e revisão de IGT's	T>16– não cumpre T=15 ou 16-cumpre T<15 supera	15 dias úteis para emissão de parecer		X	
2 - Assegurar a resposta, em tempo útil, às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	M>20 – não atinge M>15 e M<21 atinge M<15 - supera	20 dias úteis para emissão de parecer ou para comunicação de decisão ao requerente, nas matérias subdelegadas à DSRA	X		
3 – Fiscalizar o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e Ordenamento do Território	N<18 – não atinge N> ou=18 e N<32 atinge N>32 – supera	32 de ações do Plano de Fiscalização com relatório / ordem validada (Peso: 40%)			
	N<15– não cumpre N=15 e N<26-cumpre N>25 supera	20 ações extra - Plano de Fiscalização com relatório / ordem validada (Peso: 40%)	X		
	N<5 não atinge N> ou = 5 e N<8 atinge N>8 supera	4 operadores ilegais erradicados (Peso: 20%)			
4 – Contribuir para a resposta, em tempo útil, em matérias na área do ambiente	T>16– não cumpre T=15 ou 16-cumpre T<15 supera P<70– não cumpre P>=70 e M<95-cumpre P>=95 supera	15 dias úteis para emissão de parecer (Peso: 60%) Comparência a 90% das vistorias confirmadas (Peso: 40%)	X		
5 – Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	P<60– não cumpre P>60 e M<85-cumpre P>=85 supera	Assegurar 80% das convocatórias	X		

Divisão Sub-Regional de Aveiro	
Objetivos	Fundamentações
Acompanhamento eficaz da elaboração, alteração e revisão de IGT's	Em 2015, a DSR de Aveiro teve intervenção concreta no acompanhamento a processos de elaboração de Planos de Pormenor, através da análise de documentos elaborados pelas Câmaras Municipais ou outras entidades, aferição das intervenções no terreno, realização de reuniões com as equipas técnicas e elaboração de informações para efeitos de pareceres intermédios e finais em articulação com a DSOT/DOTCN. <u>meta cumprida</u>
Resposta, em tempo útil, às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	De um volume global de 572 processos entrados e analisados na DSR de Aveiro (fonte: GEP), os mais relevantes para este objetivo são ações sujeitas ao regime da Reserva Ecológica Nacional (vulgo “comunicações” REN, bem como reconhecimentos de relevante interesse público, RIP's), desafetação de áreas submetidas ao regime florestal, operações urbanísticas em área abrangida por medidas preventivas. Desta frente de trabalho decorre, mensalmente, a alimentação das bases de dados da REN, em articulação com a DSOT/DGT que, por sua vez, permite a atualização da plataforma Datacentro com indicadores de ordenamento do território e gestão territorial; <u>meta superada, com tempo médio de resposta de 6 dias úteis</u> (fonte: registo próprio)
Fiscalizar o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e Ordenamento do Território	Foram realizadas pelos técnicos da DSR de Aveiro 140 ações de fiscalização , das quais cerca de 100 inscritas pela DSF no Plano de Fiscalização de 2015. Trata-se de uma frente de trabalho intensa e em linha com a dinâmica económica instalada na Sub Região de Aveiro, que implica varrimentos de campo, pesquisa e elaboração de informações, de autos de notícia, de propostas de notificação (ordem), verificação de cumprimento, contacto com municípios e forças policiais, audiências em Tribunal; <u>meta superada</u>
Resposta, em tempo útil, em matérias na área do ambiente	A DSR de Aveiro informou, na sua área geográfica de incidência, cerca de 80 processos com incidência para este objetivo, a maioria dos quais remetidos pela DSA, para efeitos do descritor ordenamento do território (EIA, Estudos de Impacte Ambiental, EInca, Estudos de incidências ambientais, Operações de gestão de resíduos, pedidos de regularização de estabelecimentos industriais, pedidos de adaptação de EMM's – pedreiras - não tituladas por licença). A DSR de Aveiro integrou, ainda, vistorias conjuntas com a Economia e Agricultura, no âmbito de situações de regularização e análise de condições de exploração; <u>meta superada com tempo médio de resposta de 10 dias úteis</u>
Participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	Este objetivo compõe-se, basicamente, da análise dos dossiers, recolha de contributos e pareceres, formalização de sínteses e propostas de atuação designadamente nas seguintes matérias: vistorias DRAPC e REAI, grupo de trabalho COMAC, projeto POLIS; regime especial de regularizações e ainda: Representação da CCDRC no projeto ADAPT-MED (UA/ISCTE) estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas Representação da CCDRC no Conselho Estratégico da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro Representação da CCDRC no Conselho Estratégico do parque Natural das Dunas de São Jacinto Representação da CCDRC no GT intersetorial para a ex-colónia Agrícola da Gafanha <u>Meta superada com comparência em 100% das reuniões e ações conjuntas.</u>

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	1 - Contribuir para o acompanhamento eficaz da elaboração, alteração e revisão de IGT's	1 - Tempo médio para emissão de parecer (Peso: 100%)	10 dias úteis para emissão de parecer		X	
	2 - Garantir a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	1 - Ações realizadas em acordo com o Plano da DSF (Peso: 40 %)	30 ações	X		
		2 - Ações não inseridas em plano (Peso: 40 %)	20 ações	X		
		3 - Apreciação de reclamações (Peso: 20 %)	15 dias úteis para emissão de parecer	X		
	3 - Melhorar a resposta às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	1 - Tempo médio de resposta (ações com delegação de competências) (Peso: 50%)		X		
		2 - Tempo médio de resposta (ações sem delegação de competências) (Peso: 50%)		X		
4 - Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	1 - Presenças em reuniões, com prévia emissão de parecer (Peso: 100%)			X		

Divisão Sub-Regional de Castelo Branco	
Objetivos	Fundamentações
1 - Contribuir para o acompanhamento eficaz da elaboração, alteração e revisão de IGT's	Foi garantido o prazo de 10 dias úteis para a emissão de pareceres referentes aos processos de acompanhamento da elaboração, alteração e revisão de IGT's
2 - Garantir a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	A DSRCB desenvolveu um trabalho intenso e eficaz na área da Fiscalização, tendo, não só, superado as metas previstas no Plano da Fiscalização, como promovendo um vasto conjunto de novas intervenções
3 - Melhorar a resposta às solicitações dos utentes em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	De acordo com o controlo interno efetuado e registos do Mapa de Circulação de Processos, o tempo médio de resposta às solicitações dos utentes ficou abaixo de 7 dias em ambos os parâmetros
4 - Assegurar a participação assídua nas Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos	Foi garantida a participação assídua em todas as Comissões e Grupos de Trabalho, internos e externos, com uma taxa de 100% de presenças

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Guarda	1- Garantir a verificação/análise dos documentos previsionais e de prestação de contas remetidos pelas autarquias locais pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda.	1.1 –Percentagem dos documentos analisados de entre os remetidos pelas Juntas de Freguesia Peso: 50%	90%	X		
		1.2 – Percentagem dos documentos verificados, no prazo estabelecido pela DGAL, de entre os remetidos pelas Câmaras Municipais Peso: 50%	95%	X		
	2- Garantir um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos PMOT	2.1–Percentagem de pareceres /respostas emitidos no prazo estipulado, sem prejuízo do cumprimento do limite máximo de 30 dias	95%	X		
		3 – Garantir resposta eficaz e atempada às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	3.1 – Percentagem de situações em que o tempo de resposta, após processo devidamente instruído, não excede 15 dias (Peso 50%)	95%	X	
	3.2 - Percentagem de situações em que o tempo de resposta, após processo devidamente instruído, para elaborar e enviar à DSOT informação/parecer não excede o prazo estipulado e não ultrapassa os 15 dias (Peso 50%)		95%	X		
	4 – Garantir, através da realização de ações de fiscalização, o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	4.1 - Nº de ações de fiscalização realizadas e devidamente informadas de acordo com os procedimentos/normas Peso: 50	25	X		
		4.2 - N.º de operadores ilegais erradicados (Erradicados significa eliminados ou licenciados) Peso: 30%	4	X		
		4.3 - Percentagem de situações em que o tempo de resposta às reclamações apresentadas e/ou remetidas para a DSR não excede 30 dias Peso: 20%	95%	X		

Divisão Sub-Regional de Guarda	
Objetivos	Fundamentações
1- Garantir a verificação/análise dos documentos previsionais e de prestação de contas remetidos (pelas autarquias pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda)	<p>Foram verificados todos os documentos previsionais de 2015 e de prestação de contas de 2014 remetidos pelas Juntas de Freguesia pertencentes à área de intervenção da DSR da Guarda e os das pertencentes ao distrito de Castelo Branco. A meta era analisar 90% dos documentos remetidos, com uma tolerância de 5%</p> <p>Foram verificados, dentro do prazo estabelecido, em cooperação com a DSAJAL/DCTF, 100% dos documentos previsionais para 2015 dos municípios pertencentes às NUTS III/CIM Beiras e Serra da Estrela, Viseu Dão-Lafões e Leiria, conforme distribuição estabelecida com a DSAJAL. A DSR da Guarda também participou na elaboração do relatório de acompanhamento dos documentos previsionais de 2015 dos municípios da Região Centro.</p> <p>Procedeu-se, em cooperação com a DSAJAL/DCTF e a DGAL, à verificação, dentro do prazo estabelecido, de 100% dos documentos de prestação de contas de 2014 dos municípios pertencentes às NUTS III/CIM Beiras e Serra da Estrela, Viseu Dão-Lafões e Leiria, conforme distribuição estabelecida com a DSAJAL, e à sua validação, após as Câmaras Municipais terem procedido às necessárias retificações, quando aplicável. A DSR da Guarda também participou na elaboração do relatório de acompanhamento da prestação de contas de 2014 dos municípios da Região Centro</p>
2- Garantir um acompanhamento eficaz na elaboração, alteração e revisão dos PMOT	<p>A DSR da Guarda emitiu, no prazo estipulado e sem nunca ultrapassar os 30 dias úteis, as necessárias informações/pareceres para, conjuntamente com a DSOT/DOTCN, a CCDRC dar seguimento aos procedimentos de elaboração, alteração e revisão dos processos PMOT da área de intervenção da DSR da Guarda.</p> <p>A DSR da Guarda respondeu a 99,1% das solicitações externas num prazo inferior a 15 dias úteis. A meta, com uma tolerância de 3%, era responder a 95% das solicitações num prazo inferior a 15 dias úteis.</p>
3 – Garantir resposta eficaz e atempada às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	<p>Foram utilizados, em 100% dos processos, menos de 15 dias úteis para enviar à DSOT as informações/pareceres, com proposta de resposta/ofício quando aplicável, relativas às solicitações em matéria de uso, ocupação e transformação do solo. A meta era de 95% dos processos num prazo inferior a 15 dias úteis, com tolerância de 3%</p>
4 – Garantir, através da realização de ações de fiscalização, o cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	<p>No âmbito do Plano de Fiscalização, foram realizadas e devidamente informadas 52 ações de fiscalização. A meta era realizar 25 ações, com uma de tolerância de 2 ações.</p> <p>Estas ações de fiscalização conduziram, entre outros efeitos positivos, à erradicação de 6 depósitos ilegais de resíduos. A meta era erradicar 4 depósitos ilegais de resíduos, com uma tolerância de 1.</p> <p>A DSR da Guarda informou, com proposta de resposta quando aplicável, e remeteu à DSF, num prazo inferior a 15 dias úteis, 100% das reclamações apresentadas e/ou remetidas a esta U.O.. A meta, com uma tolerância de 3%, era responder a 95% das reclamações num prazo inferior a 30 dias</p>

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Leiria	1 - Dinamizar os processos de elaboração, alteração e revisão dos IGT, com particular incidência nos PMOT	Ind.1– Percentagem de respostas dadas através de pareceres/ contributos/reuniões setoriais ou de trabalho, nos procedimentos de elaboração, alteração, revisão e suspensão dos PMOT, dentro dos prazos solicitados pelas autarquias e/ou DSOT, sem prejuízo do cumprimento do limite máximo de 30 dias. (Peso: 100%)	92% (número de respostas / número de solicitações) x100	x		
	2 - Garantir, em tempo útil, a emissão de pareceres em matéria de uso, ocupação e transformação do solo.	Ind.1 – Tempo médio de resposta, em dias úteis, em matérias, com delegação de competências) (Peso: 40%)	15 dias	x		
		Ind. 2 – Tempo médio de resposta, em dias úteis, em matérias sem delegação de competências (em processos RJREN e outros enviados à DSOT) (Peso 30%)	15 dias	X		
		Ind.3 – percentagem de contributos dentro do prazo estabelecido pela DSA, (Peso 30%)	90 % (número de contributos dentro do prazo estabelecido pela DSA / número de solicitações) X100	x		
	3 – Garantir com eficácia a participação em Ações/Vistorias, Grupos de Trabalho, Comissões, Conselho Estratégicos	Ind.1 – Percentagem de presenças em reuniões, com prévia análise/informação/ concertação de posição a incorporar nas respetivas atas Peso: 100%	92% (número de presenças / número convocatórias) x100	x		
	4 - Garantir a fiscalização do cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do ambiente e do ordenamento do território.	Ind.1 – Número de ações de fiscalização realizadas e devidamente informadas de acordo com os procedimentos e normas (Peso: 50%)	25 ações	x		
		Ind.2 – Percentagem de situações em que o tempo de resposta a reclamações não excede um mês (Peso: 50%)	95 %	x		

Divisão Sub-Regional de Leiria	
Objetivos	Fundamentações
Objetivo 1	Foram sempre analisadas e respondidas as solicitações que chegaram a esta DSR, quer através de informações no GEP, quer através de e-mails e reuniões.
Objetivo 2	<p>Ind.1- o tempo médio de resposta foi de 6 dias úteis, pelo que houve uma superação inequívoca do indicador utilizado para “Meta”.</p> <p>Ind. 2- O tempo médio de resposta foi superado, pois utilizaram-se em média 11 dias úteis, tendo em consideração o indicador utilizado para “Meta”.</p> <p>Ind. 3- Tendo em conta o n.º de solicitações e os prazos estabelecidos para as respetivas respostas, quer pela DLPA, quer pela DAA , verifica-se que foi superado o indicador para a “Meta”.</p>
Objetivo 3	<p>Não obstante, haja uma dinâmica socioeconómica muito grande na área de atuação desta DSR, durante 2015, notou-se uma diminuição significativa do número de solicitações para a intervenção na regularização de atividades económicas.. Tal deve-se ao facto da nova legislação da regularização extraordinária das atividades económicas (DL 165/2014) ter revogado anteriores regimes especiais de regularização e só no final de 2015 terem começado a surgir os primeiros pedidos de regularização ao abrigo da nova legislação.</p> <p>Contudo, relativamente à meta estabelecida, verificou-se uma presença de representantes desta DSR, em praticamente 100% das solicitações .</p>
Objetivo 4	<p>Ind. 1 - Realizaram-se 57 ações, pelo que houve uma superação inequívoca do indicador utilizado para “Meta”</p> <p>Ind. 2- O tempo médio de resposta foi superado (utilizaram-se em média 12 dias úteis) , tendo em consideração o indicador utilizado para “Meta”</p>

	Objetivos	Indicadores desempenho	Meta	Da Avaliação		
				superou	cumpriu	não cumpriu
Divisão Sub-Regional de Viseu	1- Garantir o acompanhamento, no âmbito da cooperação técnica e financeira, às autarquias locais e outras entidades pertencentes à área de intervenção da DSR de Viseu	1.1. Verificação da conformidade dos documentos previsionais e da prestação de contas recebidos. (Peso =50%)	90%	x		
		1.2. Tempo médio de resposta , em dias úteis, para apreciação das candidaturas e para a verificação dos trabalhos com elaboração das propostas de processamento das participações. (Peso =50%)	10	x		
	2.Melhorar a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	2.1. N.º de ações de fiscalização realizadas e devidamente informadas, de acordo com os procedimentos e normas estabelecidos. (Peso =50%)	20	x		
		2.2. Percentagem de situações em que o tempo de resposta, às reclamações apresentadas na DSR, não excede 30 dias. (Peso =50%)	95%	x		
	3.Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações, no âmbito da gestão territorial, nas áreas do ordenamento do território e do ambiente	3.1. Percentagem de situações em que o tempo de resposta, na emissão de pareceres e propostas de decisão, em matéria de uso, ocupação e transformação do solo, não excede 15 dias úteis, após a correta instrução do processo. (Peso =50%)	95%	x		
		3.2. Tempo médio de resposta, em dias úteis, para promover o agendamento de reunião solicitada pelas CM, após entrega dos documentos. (Peso =50%)	10		x	
	4. Assegurar a participação em Grupos de Trabalho/Vistoria, Comissões e Conselhos Estratégicos	4.1. Assegurar as reuniões convocadas	95%	x		

Divisão Sub-Regional de Viseu	
Objetivos	Fundamentações
1- Garantir o acompanhamento, no âmbito da cooperação técnica e financeira, às autarquias locais e outras entidades pertencentes à área de intervenção da DSR de Viseu	Todos os documentos previsionais de 2015 e de prestação de contas de 2014, remetidos pelas Juntas de Freguesia pertencentes à área de intervenção desta DSR, foram verificados. A apreciação das candidaturas, no âmbito do SP2, e a verificação dos pedidos de comparticipação, com verificação dos trabalhos, apresentados pelas Entidades pertencentes à área de intervenção da DSR de Viseu, foi, em média, de 5 dias úteis.
2.Melhorar a fiscalização do cumprimento da Legislação e Regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território	Foram realizadas e devidamente informadas 32 ações de fiscalização, das quais 13 estavam previstas no Plano de Fiscalização de 2015. Foram ainda informadas e remetidas à DSF, todas as reclamações apresentadas a esta DSR, num prazo médio de 9 dias úteis e sempre inferior aos 30 dias da meta..
3.Garantir celeridade e eficácia na resposta às solicitações, no âmbito da gestão territorial, nas áreas do ordenamento do território e do ambiente	O tempo de resposta às solicitações foi inferior à meta estipulada de 15 dias úteis, em 99.4% das situações. Num universo de 490 procedimentos, apenas 3 excederam o prazo estipulado. Todas as reuniões realizadas nesta DSR foram agendadas num período que não ultrapassou os 10 dias úteis.
4. Assegurar a participação em Grupos de Trabalho/Vistoria, Comissões e Conselhos Estratégicos	Todas as solicitações para participação foram asseguradas.

**Inquérito externo realizado no âmbito do artigo 15.º n.º 2
alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro**

Questionário de Avaliação do grau de satisfação dos utentes/parceiros da CCDRC

Considerando a sua experiência de relacionamento com a CCDRC, qual é o grau de satisfação que associa a cada um dos seguintes serviços:

Presidência da CCDRC e Comissão Diretiva do Mais Centro

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito	<input type="checkbox"/>	Muito Satisfeito										
--------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	------------------

Serviços de Ambiente

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito	<input type="checkbox"/>	Muito Satisfeito									
--------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	------------------

Serviços de Fiscalização

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito	<input type="checkbox"/>	Muito Satisfeito									
--------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	------------------

Serviços de Ordenamento do Território

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito	<input type="checkbox"/>	Muito Satisfeito									
--------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	------------------

Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito	<input type="checkbox"/>	Muito Satisfeito									
--------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	------------------

Serviços de Desenvolvimento Regional

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito	<input type="checkbox"/>	Muito Satisfeito									
--------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	------------------

Divisões Sub-regionais (Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu)

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito											Muito Satisfeito
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------

Mais Centro - Programa Operacional do Centro

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito											Muito Satisfeito
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------

CCDRC e Mais Centro numa apreciação global

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Muito Insatisfeito											Muito Satisfeito
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------

Resultados

